



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
(TROPEN)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDMA)

POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA (PI)

STELLA MARIA SOUSA CARVALHO

TERESINA (PI)

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
(TROPEN)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDMA)

STELLA MARIA SOUSA CARVALHO

**POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA (PI)**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN) como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Professor Dr. José Luis Lopes Araújo

TERESINA (PI)
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

C331p Carvalho, Stella Maria Sousa.
Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia (PI) [manuscrito] / Stella Maria Sousa Carvalho. – 2010.
164 f.

Cópia de computador (printout).
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), 2010.
“Orientador: Professor Dr. José Luis Lopes Araújo”.

1. Desenvolvimento Sustentável – Aspectos Ambientais.
2. Turismo – Meio Ambiente – Biodiversidade. 3. Turismo Sustentável. I. Título.

CDD 333.72

STELLA MARIA SOUSA CARVALHO

**POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA (PI)**

Dissertação apresentada no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em

Prof. Dr. José Luis Lopes Araújo
Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Prof. Dra. Iara Lúcia Gomes Brasileiro
Universidade de Brasília (CET/UnB)

Prof. Dr. João Batista Lopes
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

A Deus, que sempre esteve presente em minha vida, em todos os momentos. A meus pais, Eulália e Sócrates, aos meus irmãos, Leonardo e Marina, a toda minha família, e amigos, pelo carinho e companhia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por ter iluminado meu caminho durante esta jornada.

À Universidade Federal do Piauí e ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela oportunidade de realizar este Mestrado.

Ao CNPq pelo incentivo financeiro a esta pesquisa.

Ao meu orientador, professor Dr. José Luis Lopes Araújo, por sempre me incentivar a fazer um ótimo trabalho, e por escutar minhas idéias e opiniões ao longo deste trabalho.

A toda minha família, pai, mãe, irmãos, avós, madrinha, tios, tias, primos, primas, que sempre acreditaram em mim e me deram força sempre que precisei. Em especial aos meus pais e à minha madrinha, Carminha, pelas inúmeras vezes em que me acompanharam em minhas viagens de campo.

A todos meus amigos, que torceram por mim e nunca me deixaram desistir deste sonho, independente de onde estivessem, longe ou perto, em especial aos amigos Léo Lima e Pollyana Matos que me ajudaram durante as pesquisas.

À Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia, pelo incentivo a minha pesquisa, em especial ao Sr. Francisco Rocha, pelos materiais fornecidos.

À população do município de Cajueiro da Praia, pelas informações prestadas, as quais constituíram a base desta pesquisa, e por toda a hospitalidade percebida durante a pesquisa de campo.

Aos integrantes do Projeto Peixe-Boi Marinho, em especial ao Valdelino Castro e Patrícia Claro.

E a todos que me ajudaram e me incentivaram, direta ou indiretamente, para que pudesse concluir este trabalho, contribuindo, assim, para o meu sucesso e vitória.

Para viajar basta existir.
Vou de dia para dia, como de estação para
estação, no comboio do meu corpo ou do meu
destino, debruçado sobre as ruas e as praças
sobre os gestos e os rostos, sempre iguais e
sempre diferentes, como afinal as paisagens são.
A vida é o que fazemos dela. As viagens são os
viajantes. O que vemos não é o que vemos,
senão o que somos.

Fernando Pessoa

RESUMO

O turismo, baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável, pode ser uma alternativa de geração de emprego e renda, de melhoria da qualidade de vida e de preservação ambiental para localidades que têm potencial para tal. Entretanto, é necessária a participação da comunidade local, para que este desenvolvimento não seja limitado à participação de poucos. Assim, este trabalho mostra como o potencial turístico do município de Cajueiro da Praia – PI, englobando a sede municipal e os povoados da orla marítima – Barra Grande, Barrinha e Morro Branco – pode ser fator propulsor do desenvolvimento sustentável local. Para tanto, foram avaliadas as formas de exploração dos atrativos turísticos do município, como a prática de atividades esportivas, por meio do *kitesurf*, atividades de aventura, passeios ecológicos e a observação da vida animal. Analisou-se, ainda, a percepção da comunidade frente à atividade turística, e dos próprios turistas que visitam o município, e, por fim, foram levantadas as possibilidades e limitações do turismo local. A metodologia deste trabalho foi dividida em duas fases: uma fase de escritório, contemplando a fundamentação teórica; e a fase de campo, envolvendo a coleta de dados, em seis períodos diferentes (de maior fluxo de turistas), com registro fotográfico e com a aplicação de formulários com a comunidade local e os turistas, buscando compreender qual a imagem que eles têm do turismo local e do município. Percebeu-se, então, que a comunidade do município de Cajueiro da Praia aceita e quer que o turismo seja desenvolvido, porém grande parte dos moradores não tem consciência da natureza do turismo e dos seus impactos. Percebeu-se, também, que a maioria dos turistas pesquisados gostou do município e pretende voltar, o que é um dado positivo para o desenvolvimento turístico local. Notou-se que apesar de o município ter vários atrativos e potenciais turísticos, eles necessitam ser estruturados para atrair mais visitantes, gerando mais empregos e renda. Deste modo, percebeu-se que o turismo pode ser um propulsor do desenvolvimento sustentável local, mas é preciso que algumas medidas sejam tomadas no município, nos âmbitos ambiental, sociocultural e turístico, como: melhorar o sistema de coleta de lixo do município; realizar um estudo sobre a capacidade de carga local; resgatar a história, as tradições e a cultura local; melhorar a sinalização turística do município e de seus atrativos; criar um plano de marketing turístico e de desenvolvimento do turismo.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento local. Observação da vida animal. Turismo de aventura. Turismo sustentável.

ABSTRACT

Tourism, based on sustainable development principles may be a way of income and employment generation, life quality improvement and, more importantly, environmental preservation for places which have tourism capabilities. However, it's necessary that the local community engages so this development is not limited to a few people participation. Based on this, this paper shows how the tourist potential of Cajueiro da Praia - PI county's, by encompassing the main city area and seafront villages – Barra Grande, Barrinha e Morro Branco – may be a driving factor to local sustainable development. To accomplish that, the ways of exploitation of tourist attractions were evaluated, like adventure and sport activities, by means of kitesurf, ecotours and animal life watching. It was also analyzed the community perception ahead of tourist activity and from the tourists themselves who visit the county, and in the end, both possibilities and limitations of local tourism were raised. This paper's methodology was split into two phases. The first one, contemplating theoretical substantiation, was office based. The second one was field based and was about data collection, in six different periods (a greater flow of tourists), with photographic documentation and the application forms with the local community and tourists, trying to understand what image they have of local tourism and the city. It was felt then that the Cajueiro da Praia city's community not only accepts but also has a will that tourism is developed, but most residents are unaware of the nature of tourism and its impacts. It was felt, also, that most of the tourists surveyed liked the city and plans to return, which is a good thing for local tourism development. And although the city has many attractions and tourist potential, they need to get a better structure to attract more visitors, generating jobs and income. Thus, it was noted that tourism can be a catalyst for local sustainable development, but some measures need to be taken in the city, at the environmental, cultural and tourism spheres, like improving the garbage collection system in the city, realizing a study on the local load capacity, rescuing local history, traditions and culture, improving municipal signaling of tourism points and attractions, and last, creating a tourism marketing and development plan.

KEYWORDS: Local development. Animal life Observation. Adventure tourism. Sustainable tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

1 - Diagrama da classificação dos viajantes.....	25
2 - Localização dos Pólos de turismo do Nordeste	49
3 - Bandeira oficial de Cajueiro da Praia – PI	55

FOTOGRAFIAS

1 - Lagoa do Santana – Povoado Barrinha, Cajueiro da Praia – PI.....	53
2 - Lagoa dos Pemas – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI.....	53
3 - Barcos de pesca em Cajueiro da Praia – PI.....	56
4 - Praia do Cajueiro – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI.....	67
5 - Praia da Itam – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI	68
6 - Lagoa dos Pemas – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI	68
7 - Praia do Morro Branco – Povoado Morro Branco, Cajueiro da Praia – PI.....	69
8 - Praia da Barrinha – Povoado Barrinha, Cajueiro da Praia – PI	69
9 - Praia Sardim – Povoado Morro Branco, Cajueiro da Praia – PI	70
10 - Lagoa do Santana – Povoado Barrinha, Cajueiro da Praia – PI	70
11 - Praia da Barra Grande – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI	71
12 - VIII Ciclismo do Peixe-Boi Marinho – Cajueiro da Praia – PI	72
13 - IV Corrida de Jegues – Cajueiro da Praia – PI	73
14 - IV Regata de Canoas Peixe-Boi Marinho, Cajueiro da Praia – PI	73
15 - Tenda de shows do Barrajazz na Pousada Ventos Nativos – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI	74
16 - Prática do <i>kitesurf</i> – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI.....	80
17 - Sede da Barratur – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI.....	83
18 - Cultivo de ostras – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI.....	84
19 - Cartaz indicativo do número de visitantes que utilizaram os serviços da Barratur – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI	85
20 - Sede da Nativos: Arte – Ecotur – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI.....	86
21 - Observação de cavalos-marinhos – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI	87
22 - Trilha do Barbaço – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI	89

23 - Peixe-boi avistado em Alagoas.....	93
24 - Fotografias da atual base do Projeto Peixe-Boi – Cajueiro da Praia – PI: 24A Museu; 24B Tanque de reabilitação; 24C Eco-oficina; 24D Centro de Convivência.....	94
25 - Projeto Peixe-Boi: antiga base – Cajueiro da Praia – PI.....	94
26 - Torre de observação do Projeto Peixe-Boi – Cajueiro da Praia – PI	96
27 - Fachada da Pousada Takavi – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI	98
28 - Pousada Ventos do Mar – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI	98

LISTA DE GRÁFICOS

1 - Distribuição percentual das residências segundo tipo de parede – Cajueiro da Praia – PI, 2009.....	60
2 - Distribuição percentual das residências segundo destino dado ao lixo – Cajueiro da Praia – PI, 2009.....	62
3 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo locais em que estão hospedados	101
4 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo gênero.....	101
5 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo faixa etária	102
6 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo a cidade de origem.....	103
7 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo conhecimento de Barra Grande como um povoado do município de Cajueiro da Praia – PI	105
8 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo informação de como souberam do povoado/município	106
9 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo percepção sobre a divulgação do município.....	106
10 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo motivo da viagem.....	107
11 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo a permanência no município.....	109
12 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo a quantidade de vezes que já visitaram o município.....	109
13 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo conhecimento de outros povoados do município.....	110

14 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo percepção sobre a infraestrutura turística do município (I).....	111
15 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo percepção sobre a hospitalidade do município (I).....	112
16 - Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo a percepção sobre a infraestrutura turística do município (II).....	113
17 - Distribuição percentual de moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande segundo o gênero – Cajueiro da Praia – PI.....	114
18 - Distribuição percentual de moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande segundo faixa etária – Cajueiro da Praia – PI.....	115
19 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande que têm relação com o turismo – Cajueiro da Praia – PI.....	116
20 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo participação de parentes no turismo – Cajueiro da Praia – PI.....	116
21 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo os benefícios proporcionados pelo turismo local – Cajueiro da Praia – PI	117
22 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo a percepção dos impactos negativos provocados pelo turismo – Cajueiro da Praia – PI.....	118
23 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo indicação das potencialidades turísticas do povoado – Cajueiro da Praia – PI	120
24 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo indicação das limitações para o desenvolvimento turístico local – Cajueiro da Praia – PI.....	121
25 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo conhecimento sobre a existência da APA do Delta do Parnaíba – Cajueiro da Praia – PI.....	122
26 - Distribuição percentual de moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo o gênero – Cajueiro da Praia – PI.....	123
27 - Distribuição percentual de moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo a faixa etária – Cajueiro da Praia – PI.....	124
28 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo a percepção dos possíveis impactos negativos que o turismo pode proporcionar ao município – Cajueiro da Praia – PI	125

29 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo percepção dos possíveis benefícios que o turismo pode proporcionar ao município – Cajueiro da Praia – PI.....	126
30 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco que têm relação com o turismo – Cajueiro da Praia – PI.....	127
31 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo a participação de parentes no turismo. – Cajueiro da Praia – PI.....	127
32 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo indicação das potencialidades turísticas das localidades – Cajueiro da Praia – PI.....	128
33 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo indicação das limitações para o desenvolvimento turístico local – Cajueiro da Praia – PI.....	129
34 - Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo conhecimento sobre a existência da APA do Delta do Parnaíba – Cajueiro da Praia – PI.....	129

MAPAS

1- Localização do município Cajueiro da Praia – PI.....	46
2 - Pólos de turismo do Piauí.....	48
3 - Mapa rodoviário de parte da região norte do Piauí	104

QUADROS

1 - Componentes do desenvolvimento sustentável	34
2 - Características das formas de turismo quanto à sustentabilidade	41

LISTA DE TABELAS

1 - Distribuição da população, por faixa etária e por sexo – Cajueiro da Praia – PI, 2009	57
2 - Distribuição das unidades escolares de Ensino Fundamental por localidade, com número de salas e alunos – Cajueiro da Praia – PI, 2007	58
3 - Distribuição das residências, na sede municipal e nos povoados da orla marítima, segundo o tipo de abastecimento de água – Cajueiro da Praia – PI, 2009.....	59
4 - Distribuição das residências, na sede municipal e nos povoados da orla marítima, segundo o tipo de parede – Cajueiro da Praia – PI, 2009.....	60
5 - Distribuição das residências, na sede municipal e nos povoados da orla marítima, segundo o destino dado ao lixo – Cajueiro da Praia – PI, 2009	61
6 - Distribuição dos turistas, segundo cidade de origem e motivo da viagem – Cajueiro da Praia – PI, 2009	108

LISTA DE SIGLAS

ABETA – Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABK – Associação Brasileira de *Kitesurf*
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACONTUR – Associação de Condutores de Turismo Tremembés
AIEST – Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo
APA – Área de Proteção Ambiental
BARRATUR – Associação de Condutores de Turismo de Barra Grande
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CBCa – Confederação Brasileira de Canoagem
CDS – Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
CET – Centro de Excelência em Turismo
CMA – Centro de Mamíferos Aquáticos
CMMAD – Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes
FIC – Federação Internacional de Canoagem
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IKO – *International Kiteboarding Organization*
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
KPWT – *Kite Pro World Tour*
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MTur – Ministério do Turismo
OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB – Produto Interno Bruto
PLANAP – Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PSF – Programa Saúde da Família
SEAP/PR – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETUR – Secretaria de Turismo do Piauí
SIAB – Sistema de Informação de Atenção Básica
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UH – Unidade Habitacional
UnB – Universidade de Brasília
UNEP – *United Nations Environment Programme*
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNSD – Divisão de Estatísticas das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 TURISMO E MEIO AMBIENTE	22
2.1 A evolução da definição do turismo	22
2.2 Conceituações básicas no turismo	24
2.3 Turismo e meio ambiente	26
2.4 A construção do desenvolvimento sustentável do turismo.....	29
2.5 Desenvolvimento do turismo de base local	41
3 O MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA - PI: CARACTERIZAÇÃO GERAL ...	45
3.1 Programas e projetos de desenvolvimento turístico no município de Cajueiro da Praia – PI	47
3.2 Aspectos ambientais	50
3.3 Aspectos econômicos	55
3.4 Aspectos sociais	57
4 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI	65
4.1 Atrativos e potenciais turísticos naturais	67
4.2 Atrativos culturais	71
4.3 Turismo de aventura como atrativo turístico.....	75
4.3.1 Kitesurf	78
4.3.2 Caminhadas e canoagem.....	81
4.4 Serviço de condução de visitantes	83
4.4.1 Associações de condutores do povoado Barra Grande	83
4.4.2 Associação de condutores da sede municipal de Cajueiro da Praia – PI.....	88
4.5 Turismo de observação e o Projeto Peixe-Boi Marinho no Piauí	90
4.6 Estrutura hoteleira de Cajueiro da Praia – PI	97
5 PERCEPÇÃO DO TURISMO: ANÁLISE DE DADOS COLETADOS	100

5.1 Percepção dos turistas	100
5.2 Percepção dos moradores do povoado Barra Grande	114
5.3 Percepção dos moradores da sede municipal e dos outros povoados da orla marítima.....	123
6 CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE.....	143
ANEXOS	149

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo. Pode trazer inúmeros benefícios para localidades com potencial para desenvolvê-lo, desde a geração de emprego e renda até a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Porém, desenvolver o turismo não é uma tarefa fácil para os gestores públicos, pois requer planejamento e participação de todos os envolvidos, direta e indiretamente no processo, como governo local, moradores, empresários e até mesmo os turistas. Se faz ainda necessário que todos tenham conhecimento dos impactos que o turismo pode ocasionar, tanto positivos como negativos, e aceitem que a atividade turística seja desenvolvida. Entretanto, este desenvolvimento deve ser baseado nos princípios da sustentabilidade para que a atividade provoque o mínimo de impacto negativo e promova o desenvolvimento local, atrelado à preservação ambiental e ao bem-estar da comunidade local.

A ligação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que o desenvolvimento da atividade turística sem estar em equilíbrio com o meio ambiente, estará destinado ao fracasso, pois pode provocar a destruição dos atrativos, comprometendo a continuidade da atividade.

Os litorais configuram-se como áreas naturais de grande atração de turistas em todo o mundo. Portanto, as áreas litorâneas que começam a ser estruturadas para receber fluxos de turistas, como no caso do município de Cajueiro da Praia – PI, devem ter um planejamento que minimize os impactos dessa atividade, pois caso contrário, os danos ocasionados exigirão onerosos investimentos para sua correção.

Neste contexto, desde 2007, quando foi criada a Secretaria de Turismo do Piauí (SETUR), o governo estadual passou a dar mais atenção a municípios do Estado com potenciais turísticos, divulgando e investindo em tais localidades, a fim de promover o desenvolvimento local, através do turismo. Esta política de desenvolvimento turístico trouxe resultados positivos para o Piauí, como o aumento do fluxo de visitantes e maior divulgação dos atrativos, principalmente no litoral do Estado.

Deste modo, a problemática deste trabalho partiu do questionamento se o turismo pode ser considerado fator impulsionador do desenvolvimento sustentável no município de Cajueiro da Praia. Assim, foram suscitados os seguintes questionamentos:

- Quais os principais atrativos turísticos da sede municipal e dos povoados da orla marítima do município, se estão sendo explorados turisticamente e de que maneira?
- A comunidade local aceita o desenvolvimento do turismo? Tem conhecimento das suas conseqüências?
- De que forma a comunidade local está sendo inserida no desenvolvimento turístico do município?
- Qual a percepção dos turistas que visitam o município?

Assim, com esta dissertação objetivou-se analisar como o potencial turístico do município de Cajueiro da Praia, englobando a sede municipal e os povoados da orla marítima – Barra Grande, Barrinha e Morro Branco – pode ser fator propulsor do desenvolvimento sustentável local.

Com esse propósito, buscou-se: identificar os atrativos turísticos do município; verificar as formas de exploração desses atrativos; analisar a percepção da comunidade frente à atividade turística; levantar as possibilidades e limitações do turismo como propulsor do desenvolvimento sustentável local.

A dissertação está dividida em cinco seções, sendo a primeira formada pela introdução, com definição dos objetivos, da problemática e dos aspectos metodológicos.

Na Seção 2, abordam-se as relações entre o turismo e o meio ambiente. O item 2.1 apresenta a evolução da definição de turismo, em seqüência tem-se as conceituações básicas existentes na atividade turística (item 2.2). Após as discussões iniciais a respeito do turismo, em si, no item 2.3, estuda-se a ligação entre o turismo e a natureza, bem como os seus impactos e fases de relacionamento. No item 2.4 é mostrado como se deu o processo de construção do conceito do desenvolvimento sustentável do turismo, seguido pelo item 2.5, que aborda o desenvolvimento turístico de base local.

Na Seção 3, constituída de quatro itens, faz-se uma caracterização geral do município de Cajueiro da Praia, sobre diferentes aspectos. No item 3.1, mostram-se os projetos e programas de desenvolvimento turístico dos quais o município faz parte. No item 3.2, descreve-se o município sob os aspectos ambientais, como clima, vegetação e hidrografia. No item 3.3, aborda-se os aspectos econômicos do município, e no item 3.4 os aspectos sociais.

Na Seção 4, é feita análise das possibilidades e limitações do desenvolvimento turístico do município de Cajueiro da Praia. No item 4.1, apresentam-se os principais atrativos e potenciais turísticos naturais do município e no item 4.2 os atrativos culturais. O item 4.3

mostra como as atividades de turismo de aventura podem ser atrativos turísticos, descrevendo as principais atividades que estão sendo desenvolvidas no município, como *kitesurf* (4.3.1), caminhadas e canoagem (4.3.2). No item 4.4, mostram-se os serviços de condução de visitantes que são oferecidos no município, e os itens 4.4.1 e 4.4.2 mostram quais são as associações de condutores de visitantes existentes no povoado Barra Grande e na sede municipal, respectivamente, bem como as atividades desenvolvidas por elas. Em seguida, aborda-se sobre o turismo de observação e o Projeto Peixe-Boi Marinho no Piauí, no item 4.5. No item 4.6 aborda-se a estrutura hoteleira local.

A Seção 5 trata da percepção do turismo, a partir das impressões dos turistas (5.1), dos moradores do povoado Barra Grande (5.2) e dos moradores da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco (5.3).

A Seção 6, última parte deste trabalho, é composta pela conclusão do estudo, na qual se incluem algumas recomendações para que o desenvolvimento turístico do município de Cajueiro da Praia aconteça de maneira sustentável.

Metodologicamente, ordenou-se a pesquisa em duas fases: a fase de escritório e a fase de campo. A fase de escritório consistiu na pesquisa bibliográfica, abrangendo a leitura, análise e interpretação de obras escritas sobre o tema em estudo, como turismo, desenvolvimento sustentável e local, com a finalidade de servir de fundamentação teórica ao estudo. Essa pesquisa é complementada com a busca de fontes primárias, ou seja, documentos de primeira mão conservados em arquivos públicos ou bibliotecas, e de fontes secundárias ou documentos de segunda mão, como mapas rodoviários do DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes) e relatórios e dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A pesquisa de campo foi composta pela observação direta do local de estudo, pelo registro fotográfico e pela coleta de dados, por meio da aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa foi realizada nas seguintes datas: 25 de julho de 2008 (pré-teste, com aplicação de 20 formulários); 20 e 21 de setembro de 2008; 22 de fevereiro de 2009, durante o período do Carnaval; 11 de abril de 2009, durante o feriado da Semana Santa; 19 de maio de 2009, e foi concluída nos dias 6 e 7 de julho, período de férias. Essas datas foram escolhidas por serem as épocas de maior fluxo de turistas no município.

Durante a pesquisa, foram aplicados dois tipos de formulários: um para turistas e outro para moradores locais. Nos formulários destinados aos turistas (APÊNDICE A) foram investigados dados como: idade, gênero, cidade onde mora, motivação da viagem, tempo de permanência e opinião sobre as localidades. Este formulário teve uma amostragem do tipo não

probabilística por conveniência ou acidental, em que, segundo Braga (2007), as amostras são selecionadas por conveniência e julgamento do pesquisador, devido a população da pesquisa ser infinita, ou seja, desconhecido o número total de elementos do universo amostral.

Assim, para o cálculo da amostra foram utilizados os únicos dados disponíveis sobre a demanda do município de Cajueiro da Praia, contidos no documento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE II) (BNB, 2009), datado de 2001. Nesse ano, segundo o citado documento registrou-se a presença de 1.941 turistas, em apenas quatro pousadas existentes, com um total de 31 Unidades Habitacionais – UH. Em seguida, estes dados foram comparados com os de Carvalho (2008), com pesquisa em 2007, verificando-se aumento do número total de UH em 113%. Em relação ao número de turistas, como não havia dados atuais, definiu-se que houve o mesmo aumento em número de turistas, ou seja, estimou-se que, em 2007, estiveram no município cerca de 4.134 turistas.

Deste modo, depois de definido a possível população da pesquisa, utilizou-se do programa Raosoft (2009) para calcular a quantidade de formulários que seriam aplicados, com uma margem de erro de 8% e nível de confiança de 90%, totalizando 104 formulários. Os formulários foram aplicados aos turistas que estavam em pousadas do município, selecionando aproximadamente 30% da demanda de cada estabelecimento hoteleiro no dia da pesquisa.

Os formulários destinados à comunidade local (APÊNDICES B e C) identificaram a percepção que os moradores têm da atividade turística no povoado onde vivem, enfocando seus pontos positivos e negativos e a sua participação no processo de desenvolvimento do turismo local. Estes formulários foram analisados separadamente, pois os moradores do povoado Barra Grande, por terem um contato maior com o turismo, já sentem os seus efeitos, enquanto os moradores da sede municipal e outros povoados ainda não vivenciam a atividade rotineiramente, expressando opiniões sobre os seus impactos e conseqüências no futuro.

Desta forma, utilizou-se o mesmo programa, Raosoft (2009), para delimitar as amostras que são proporcionais ao número de famílias de cada povoado: 26 formulários no povoado Barra Grande; 11 no povoado Barrinha; 13 no povoado Morro Branco e 48 na sede municipal.

2 TURISMO E O MEIO AMBIENTE

2.1 A evolução da definição de turismo

O estudo do turismo é uma preocupação relativamente nova, mas tem importância e impactos bastante significativos, como por exemplo: contribuir para geração de empregos e renda, aumento da consciência ambiental, mas também pode provocar poluição sonora, urbana e das águas. Por ter um complexo caráter multidisciplinar, existem muitos conceitos e interpretações criados por vários autores, demonstrando não haver consenso a esse respeito, apesar de cada definição contribuir para o aprofundamento dos estudos. Alguns autores tentaram caracterizar o turismo do ponto de vista econômico e sociológico, enquanto outros o definiram como uma indústria ou um fenômeno.

Segundo Barreto (1995, p. 9), a primeira definição de turismo foi elaborada, em 1911, pelo economista austríaco Herman Von Shullern zu Shattenhofen, em seu livro “Turismo e economia nacional”, que privilegiou o aspecto econômico da atividade. Ele considerava que o turismo “compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na afluência, permanência e regresso do turista, dentro e fora de um determinado município, país ou Estado” (BARRETO, 1995, p. 9).

De acordo com Andrade (2002), em 1929, foi criada na Faculdade de Economia da Universidade de Berlim o Centro de Pesquisas Turísticas, cuja produção teórica passou a ser chamada como corpo de doutrina da Escola de Berlim, que estudou o turismo nos seus aspectos econômicos.

Em 1942, professores suíços da Universidade de Berna aperfeiçoaram os estudos da Escola de Berlim e formularam a sua própria definição, segundo a qual, o

turismo é o conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa (HUNZIKER; KRAPF, 1942 apud DIAS, 2005, p. 16).

Este conceito de Hunziker e Krapf foi aprovado e adotado pela Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo (AIEST), e é bastante amplo, mas nele se pode identificar duas partes do turismo: a estática, referente às estadas; e a dinâmica, referente às viagens ou deslocamentos. Observa-se, ainda, que no conceito referido, para se fazer

turismo, não se pode exercer atividade remunerada, pois o turista deveria ser exclusivamente um consumidor.

De La Torre (1992, p. 19) adota a seguinte definição:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, onde não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (tradução da autora).

O conceito de De La Torre é um dos mais comentados e nele o autor destacou a importância sócio-cultural e econômica da atividade turística, que gera múltiplas inter-relações. Desta forma, o turismo se bem planejado e desenvolvido, pode produzir benefícios para todos os agentes envolvidos e ser uma das ferramentas para o desenvolvimento de localidades com potencial para tal.

Porém, a definição mais aceita por pensadores e estudiosos da área é de 1994, da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p. 38), considerando que “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Esta definição foi criada como forma de padronizar o conceito de turismo dentro dos países-membros da Organização e para facilitar o controle estatístico, podendo ser usada para identificar tanto a atividade turística entre países quanto a exercida dentro do mesmo país, sem, contudo revelar sua verdadeira magnitude.

Diante de tantos conceitos, considerou-se neste trabalho, o turismo como um fenômeno social, cultural e econômico, caracterizado pelo deslocamento de pessoas, por variados motivos, para um local diferente do seu ambiente de trabalho e residência, por no mínimo 24 horas ou pernoite, e, no máximo, um ano, sem exercício de atividade remunerada no novo destino. Entretanto, apesar das muitas definições, elas não traduzem a sua real dimensão, pois a prática em si é muito mais abrangente que isso.

2.2 Conceituações básicas no turismo

Em 1999, a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSD, 2009) atualizou o documento “*Recomendaciones sobre estadísticas de Turismo*”, elaborado em 1994 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com a OMT. Segundo esse documento, as pessoas que viajam, independente do motivo, fazem parte de um grande grupo, o dos viajantes e entre estes existem duas modalidades: ‘viajantes’ e ‘outros viajantes’.

No grupo ‘outros viajantes’ estão inclusas as pessoas que viajam, mas que não estão relacionadas com a atividade turística, conforme as definições anteriormente mencionadas, como por exemplo, as pessoas que exercem algum tipo de atividade remunerada, os imigrantes, os nômades, os refugiados, expositores, artistas, membros da força armada, passageiros em trânsito.

No grupo ‘viajantes’ estão incluídos todos os tipos de pessoas que realizam viagens ligadas ao turismo, seja por lazer, descanso, saúde, entre outras razões. Estes ‘viajantes’ são denominados como ‘visitantes’. Ainda de acordo com o citado documento, o visitante é uma unidade básica do turismo e é definido como “toda pessoa que se desloca a um lugar que não seja aquele de seu meio habitual por um período inferior a 12 meses e cujo motivo da visita não seja o exercício de uma atividade remunerada no lugar que visite” (UNSD, 2009, p. 8).

Assim, os visitantes podem ser de caráter internacional, quando viajam para outro país; ou podem ser visitantes internos, quando viajam no interior do país em que residem. Esta classe subdivide-se em duas categorias: ‘turistas’ e ‘excursionistas’. Os turistas são visitantes que pernoitam no destino ou permanecem por mais de 24 horas hospedados em algum tipo de alojamento coletivo ou privado. Enquanto os excursionistas, também denominados visitantes por um dia, são aqueles que não utilizam alojamento coletivo ou privado e que permanecem no local que visitam menos de 24 horas. Nessa categoria, estão incluídos os passageiros de cruzeiros que usam a própria embarcação em que viajam para pernoite (Figura 1).

Desta forma, foram considerados ‘turistas’, nesta pesquisa, somente os visitantes que pernoitaram em algum meio de hospedagem, como pousadas e hotéis. Assim, os excursionistas e outra categoria não mencionada no documento ONU/OMT, porém descrita pela UNSD, como veranistas¹ foram excluídos.

¹ Pessoas que ocupam/utilizam de casas próprias, de amigos, parentes ou alugam residências por temporadas, para aproveitar o verão. No litoral do Piauí, considera-se “verão” o período de estiagem, de julho a dezembro, pois as chuvas ocorrem de dezembro a abril, quando no hemisfério sul é verão e início de outono.

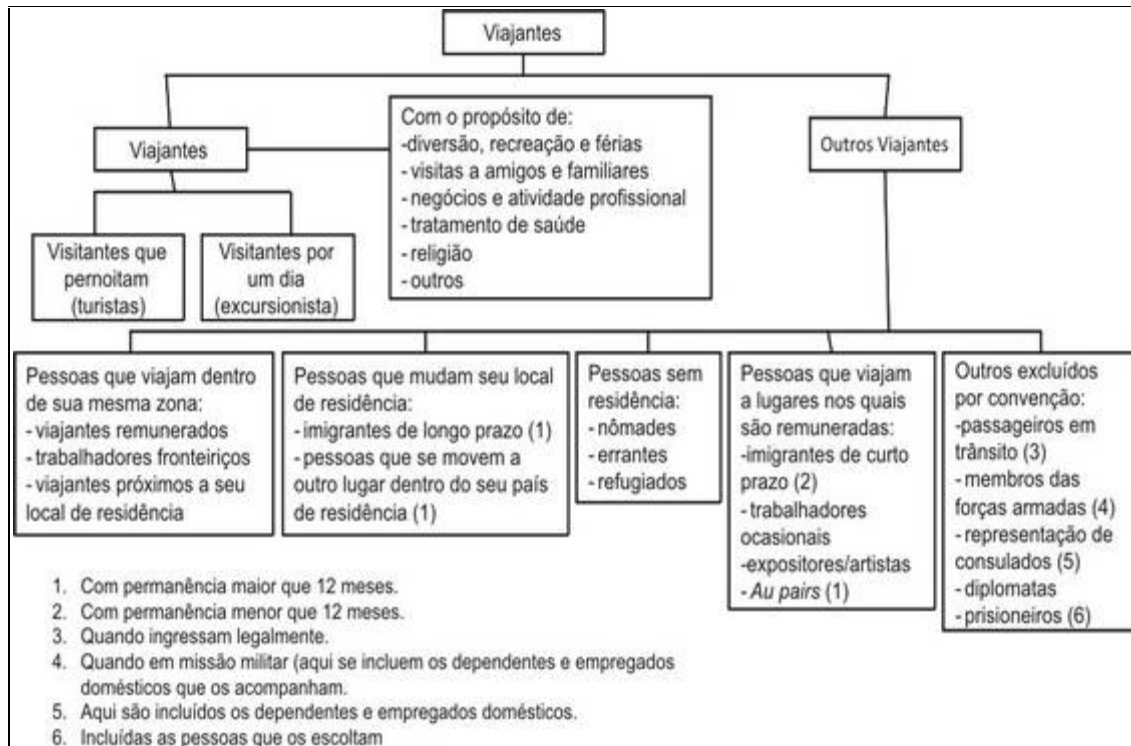


Figura 1 – Diagrama da classificação dos viajantes

Fonte: Adaptado pela autora, a partir do diagrama da OMT (1994 apud DIAS, 2005, p.20)

Dentre os elementos básicos no conceito do turismo, segundo a OMT (2001, p.39), destacam-se os conceitos de demanda e oferta turística. A demanda turística é composta por um “conjunto de consumidores ou possíveis consumidores de bens e serviços turísticos”. A oferta turística é formada pelo “conjunto de produtos, serviços e organizações envolvidas ativamente na experiência turística”. A demanda turística, ainda de acordo com a OMT é classificada em três grupos:

- demanda efetiva: número de pessoas que efetivamente viajam;
- demanda não-efetiva: setor da população que por algum motivo não viaja. Divide-se em: demanda potencial (grupo que viajará quando houver alguma mudança em circunstâncias pessoais, como mais dinheiro ou tempo livre) e demanda adiada (grupo que não pode viajar por algum problema próximo ou pela oferta, como falta de alojamento);
- não demanda: grupo de pessoas que não desejam viajar.

Há, ainda, mais algumas definições básicas na área do turismo, segundo Barretto (1995), como:

- serviços turísticos: são aqueles prestados exclusivamente para o turista e que se sustentam do turismo, como o serviço de guias e condutores de turismo;

- recurso turístico: é a matéria-prima com a qual se pode planejar turismo num determinado local. Divide-se em recursos naturais e culturais, e é composto de atrativos, facilidades, acesso e infra-estrutura;

- infra-estrutura turística: é constituída pela soma da infra-estrutura de acesso (estradas, aeroportos, portos, rodoviárias, estações de trem), infra-estrutura básica urbana (ruas, iluminação pública, rede de esgoto, saneamento, etc.), equipamentos turísticos (construções que permitem a prestação de serviços turísticos, como alojamentos e agências de viagem) e equipamentos de apoio (instalações que permitem a prestação de serviços que não são exclusivamente turísticos, mas que são indispensáveis para o desenvolvimento do turismo, como hospitais, postos de gasolina, farmácias, etc.).

Porém, Gunn (1993 apud OMT, 2001) diferencia o recurso turístico do atrativo turístico. Para o autor, os recursos são o fundamento para o desenvolvimento posterior da atração, ou seja, podem-se oferecer praias, montanhas ou lagos, mas se estes elementos estiverem situados em localidades inacessíveis e inválidas para a exploração turística, não podem ser considerados realmente atrativos turísticos. Assim, os recursos são a matéria-prima de futuros atrativos, e estes são qualquer lugar, objeto, manifestação ou evento que atraiam o interesse de visitantes. Entretanto, se não houver, efetivamente, visitação turística, os atrativos não passam de potenciais. Estes atrativos podem fazer parte do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico de uma localidade, e não somente os recursos naturais existentes.

2.3 Turismo e o meio ambiente

Durante todo o processo de desenvolvimento da atividade turística, a sua relação com o meio ambiente sempre foi uma circunstância necessária para que a mesma pudesse existir. Deste modo, concebendo o turismo como um fenômeno que sempre trabalhou com um número expressivo de pessoas, é indispensável considerar as várias faces que circundam o debate sobre o turismo, meio ambiente, comunidades e desenvolvimento sustentável.

O meio ambiente, para Branco (1999), reúne os elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais onde o homem está inserido, individual e socialmente, num processo de interação que envolva o desenvolvimento das atividades humanas, a preservação

dos recursos naturais e das características essenciais do entorno. Deste modo, o meio ambiente está relacionado com o ser humano e todas as suas relações sociais.

Casasola (2000) divide o meio ambiente em três subconjuntos: ambiente natural (conjunto de ecossistemas naturais), ambiente transformado (conjunto dos espaços criados ou modificados pelo homem) e ambiente sociocultural (reúne todas as instituições, crenças, valores e sistemas de vida que as sociedades criaram).

Assim, indiscutível é a ligação do meio ambiente com o turismo, já que o desenvolvimento deste de maneira aleatória, sem estar equilibrado com aquele, comprometerá a continuidade da atividade turística, com a destruição dos atrativos. Conforme Coccossis (1996 apud SWARBROOKE, 2000a, p. 76)

uma característica importante da interação entre o turismo e o meio ambiente é a existência de fortes mecanismos de realimentação: o turismo com frequência tem efeitos adversos sobre a quantidade – e a qualidade – dos recursos naturais e culturais, mas ele também é afetado pelo declínio da qualidade e da quantidade desses recursos.

Nesse sentido, para desenvolver o turismo em áreas naturais, principal foco deste trabalho, é necessário que aconteça a partir de um planejamento ordenado dos espaços, equipamentos e da atividade em si, gerando renda e empregos para o local e contribuindo, igualmente, para a preservação de seus recursos naturais. Este planejamento é, segundo Braga (2007, p. 1 e 2), “um processo contínuo e renovável, ele ocorre no período presente, resultante de um aprofundado estudo da realidade, com o intuito de ordenar ações que acontecerão em um momento futuro”.

Conforme Magalhães (2002, p. 70), o turismo “apodera-se do espaço (de valor de uso), transforma-o (em valor de troca), ou agrega a ele uma gama de facilidades que, na maioria das vezes, compromete não só a sua qualidade ambiental, mas também a sua qualidade social”. Por este motivo, não se deve esquecer que as localidades, antes de se tornarem destinos turísticos, existem para os seus moradores, e se são boas para as comunidades locais, certamente serão para os seus visitantes. Entretanto, muitos planejadores pensam que as localidades devem ser modificadas para atender os desejos dos turistas em primeiro lugar.

Assim, esta relação do turismo com o meio ambiente é antiga. De acordo com Ruschmann (1997), há algumas fases que caracterizam este relacionamento:

- 1ª fase: ocorreu no século XVIII, e caracterizou-se pela ‘descoberta da natureza e das comunidades receptoras’. Nesta fase, os turistas buscavam locais onde a industrialização ainda não havia chegado ou centros turísticos desenvolvidos à beira-mar;

- 2ª fase: ocorreu no final do século XIX e início do século XX, onde não havia preocupação com a proteção ambiental e a intensificação da demanda turística estimulou as construções e a explosão imobiliária;

- 3ª fase: aconteceu a partir dos anos 1950, com apogeu nas décadas de 1970 e 1980, correspondendo ao turismo de massa. De acordo com Ruschmann (1997, p. 110), “o turismo de massa é caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano”. Nesta fase, a demanda turística dos países desenvolvidos cresceu em um ritmo muito rápido e as localidades turísticas viveram uma expansão sem precedentes, saturando os recursos naturais. Foi o período mais devastador, caracterizado pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras, pois o turista era bastante consumista e individualista;

- 4ª fase: a partir dos anos 1970, quando o turismo passa a considerar os problemas do meio ambiente e a qualidade ambiental começa a constituir um elemento de destaque do produto turístico.

Entretanto, pode-se considerar a existência de uma nova fase, iniciada na década de 1990, quando houve um aumento nas discussões sobre o futuro do planeta, em decorrência das degradações sofridas pelo meio ambiente, e a crescente preocupação por parte dos governantes em formular políticas públicas para atender as questões ambientais.

O turismo gera impactos positivos e negativos, principalmente, ao meio ambiente, que é bastante frágil e vulnerável a qualquer tipo de mudança. Dentre os inúmeros efeitos negativos desta atividade, destacam-se: o uso excessivo dos recursos naturais, como água e a terra; a poluição sonora e do ar; o aumento do acúmulo de resíduos sólidos e do lixo das destinações; poluição dos mares, rios e lagoas; poluição estética ou visual causada pelas construções turísticas inadequadas; destruição da fauna e da flora; depredação de monumentos e sítios históricos, entre outros. Quanto aos efeitos positivos, a atividade turística pode promover a conservação do meio ambiente, por meio de contribuições financeiras dos turistas e de fontes governamentais, do aumento da consciência ambiental no seio das comunidades receptoras, da criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais e de educação ambiental.

Para Dias (2007, p. 22),

a relação turismo e meio ambiente deve ser intermediada por um trabalho intenso de educação ambiental, para que não se repitam os erros do passado, quando os recursos podiam ficar cada vez mais disponíveis para usufruto imediato, sem preocupação com sua manutenção.

Para melhorar as relações do turismo com o meio ambiente algumas diretrizes podem ser adotadas, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (1996 apud OMT, 2003), como:

- as considerações ambientais devem ser completamente incorporadas aos planos de desenvolvimento turístico, principalmente com referência à qualidade do ar e da água potável, conservação do solo, proteção do patrimônio natural e cultural e qualidade dos povoamentos humanos;

- as metas do turismo devem basear-se na capacidade de carga dos locais e na sua sustentabilidade ambiental;

- as decisões devem basear-se nas mais completas informações disponíveis referentes às suas implicações ambientais, como através de análises dos impactos ambientais;

- o poder regulador deve ser empregado para limitar a exploração em áreas sensíveis, e a legislação deve ser redigida para proteger os ambientes raros, ameaçados e sensíveis.

Ruschmann (1997) recomenda mais algumas medidas para diminuir os impactos ambientais do turismo, como: identificar e minimizar os problemas ambientais originários da operação dos equipamentos, concentrando as atenções nos novos projetos; economia no consumo de energia; reduzir e reciclar o lixo; controlar o consumo de água potável e o tratamento das servidas; controlar e reduzir a emissão de gases e outros poluentes; respeitar e proteger objetos e sítios históricos e religiosos; considerar aspectos ambientais como fatores fundamentais na capacidade de desenvolvimento de destinações turísticas.

Assim, o relacionamento do turismo com o meio ambiente não é nada simples, pois há muitos conflitos devido à fragilidade dos ambientes e a complexidade do processo de desenvolvimento turístico. Desta forma, a ligação entre os mesmos deve ser de completa harmonia, já que a qualidade do meio ambiente é fundamental para a sobrevivência da atividade turística.

2.4 A construção do desenvolvimento sustentável do turismo

Machado (2007) afirma que o turismo vem se consolidando desde os primeiros anos do século XXI como um dos mais importantes fenômenos da sociedade contemporânea. O movimento por lugares que não eram conhecidos e o consumo das singularidades alheias proporcionou ao turismo ser um dos principais geradores de riqueza do mundo, segundo o

autor. Sua renda supera a do petróleo, armas, telecomunicação, têxteis, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda de acordo com o autor. Para Lanza (1998 apud VAZ, 2002), o turismo vem crescendo ao longo dos anos, e hoje é uma das atividades econômicas mais importantes no mundo, contribuindo para o desenvolvimento local e impactando mais de 50 setores produtivos de bens e serviços.

Conforme informações do Ministério do Turismo (MTur), durante o período de 1975 a 2000 o turismo no mundo cresceu num ritmo anual médio de 4,4%, levando a um maior consumo da natureza sem dar atenção à preservação e à conservação dos atrativos que sustentam a atividade (BRASIL, 2007a). Este percentual refere-se apenas ao turismo internacional, mas se for considerada a quantidade de turistas que viajam dentro do próprio país, as estatísticas seriam muito mais expressivas.

Somente no período de janeiro a abril de 2008, as chegadas de turistas internacionais, no mundo, aumentaram mais de 5%, em relação ao mesmo período de 2007, alcançando um número superior ao de 266 milhões de viajantes, um incremento de 12 milhões de chegadas (OMT, 2008). No Brasil, segundo dados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), desembarcaram em 2008, neste mesmo período, cerca de 2,3 milhões de passageiros, registrando um aumento de 78 mil passageiros, comparando ao mesmo período de 2007 (BRASIL, 2008a).

A atividade turística, antes das discussões sobre um novo modelo de desenvolvimento, o sustentável, crescia de maneira aleatória e os destinos convergiam para a idéia de que o melhor era atrair o maior número de turistas. Deste modo, muitos governantes, por não terem vivência na construção, no planejamento e na direção do turismo, terminaram direcionando todas as atenções em ações errôneas, como o estímulo ao turismo de massa.

Segundo Ruschmann (1997, p.110),

o excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados ao alojamento, alimentação, transporte e entretenimento, que impreterivelmente ocupam grandes espaços, agredindo paisagens e destruindo ecossistemas.

No início da prática de atividades de turismo de massa, os impactos negativos não eram tão visíveis, tanto que o turismo ganhou o apelido de “indústria sem chaminés”, por passar a imagem de uma atividade limpa e não poluidora do meio ambiente. Todavia, a massificação do turismo afetou profundamente o ambiente natural. Infelizmente, o turista não percebia isso e, logo após o consumo dos recursos naturais das destinações voltava para a sua residência,

deixando os problemas para a população local que era diretamente afetada. Eles acreditavam que não tinham responsabilidade nenhuma com os locais visitados, e que o pouco tempo que passaram, era insuficiente para agredir o meio ambiente, não levando em consideração que a quantidade e a frequência dos passeios causassem a deterioração da natureza. Estes turistas simplesmente “esqueciam” que havia milhares de outros turistas que praticavam ações semelhantes, impactando o meio ambiente.

Conforme Swarbrooke (2000a, p. 12),

à medida que os impactos negativos do turismo foram sendo reconhecidos, uma série de iniciativas foram tomadas pelos órgãos do setor público para tentar administrar o turismo empregando técnicas de gestão de turistas. Em geral, as iniciativas de administração do setor foram criadas para amenizar os maiores excessos do turismo a curto prazo. Elas eram geralmente em pequena escala e não buscavam mudar a natureza do turismo como um todo.

De acordo com Moura e Garcia (2007, p. 192),

o turismo de massa consolida-se a partir da segunda metade do século XX e seu crescimento reflete-se na dimensão econômica que a atividade turística passa a assumir na economia mundial. O crescimento desse tipo de turismo produziu uma série de impactos que têm se manifestado de forma mais evidente nos últimos anos, pois a atividade turística tem operado segundo a lógica dos negócios, buscando retornos econômicos em curto prazo, o que pode comprometer o ambiente natural ou cultural dos destinos, aumentar as desigualdades sociais das populações receptoras através da apropriação da prosperidade gerada, estimular a dependência econômica das comunidades receptoras sem oferecer garantias de longo prazo e descaracterizar as culturas locais, substituindo-as por formas estereotipadas que anulam o interesse turístico original.

Porém, este comportamento foi mudando, à medida que surgiu um aumento da consciência ambiental e a preocupação com o desenvolvimento baseado na sustentabilidade. O primeiro grande alerta mundial foi feito pelo Clube de Roma, composto por cientistas, industriais e políticos com o objetivo de analisar a situação sócio-econômica mundial e apresentar previsões e soluções para o futuro. Em 1972, através do estudo intitulado “Limites do Crescimento”, foi denunciado que o crescente consumo mundial levaria à limitação do crescimento e ao esgotamento dos recursos naturais em médio prazo. Meadows et al. (1973, p. 40) alertavam que

se mantiverem as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, contaminação ambiental, produção de alimentos e esgotamento de recursos, este planeta alcançará os limites do seu crescimento

no curso dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio tanto da população como da capacidade industrial.

Esse documento apesar de bastante criticado e considerado alarmista influenciou a opinião pública, políticos e organizações internacionais. Ainda em 1972, houve a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia, na qual foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental (LEFF, 2001). Essa Conferência tornou-se um “divisor de águas” no debate mundial sobre as questões ambientais, mostrando as diferentes posições dos países do Norte e do Sul sobre a problemática ambiental. Um dos seus resultados foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), com a finalidade principal de analisar o estado do meio ambiente e avaliar as tendências mundiais.

Em 1973, Maurice Strong (1973 apud SANTOS; CAMPOS, 2003) utilizou pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento, um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, caracterizando-se, assim, uma percepção alternativa de política de desenvolvimento. Ignacy Sachs formulou os princípios básicos deste novo modelo de desenvolvimento, consubstanciado na satisfação das necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras, preservação dos recursos naturais e do meio ambiente (BRUSEKE, 1998). Esta definição, entretanto, caiu em desuso, sendo posteriormente substituída por desenvolvimento sustentável.

Em 1980, o PNUMA publicou o documento “Uma estratégia mundial para a conservação”, reafirmando as críticas ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países desenvolvidos, responsáveis por uma grande degradação ambiental. Para diminuir esta degradação deve-se: manter os processos ecológicos e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do homem; preservar a diversidade genética e assegurar o aproveitamento racional das espécies e dos ecossistemas (BARBIERI, 1998).

A OMT e o PNUMA (1982 apud DIAS, 2007) divulgaram, posteriormente, a Declaração sobre Turismo e Meio Ambiente, mostrando que o desenvolvimento das atividades de férias e de tempo livre, juntamente com uma boa gestão do meio ambiente são elementos essenciais e interdependentes de um rico processo de desenvolvimento, pelo qual deve beneficiar-se o próprio homem. A declaração afirma, ainda, que a satisfação das exigências para o desenvolvimento do turismo não pode ser prejudicial às comunidades locais, ao meio

ambiente e, principalmente, aos recursos naturais que são a atração primordial da atividade turística.

As bases teórico-conceituais do novo modelo de desenvolvimento, o sustentável, foram definidas pelo Relatório Brundtland, o “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD, 1987, p. 49), que o conceituava como “aquele que atenda às necessidades de hoje, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. Este relatório foi o resultado de pesquisas realizadas de 1983 a 1987 sobre a situação da degradação ambiental e econômica do planeta, e baseou-se na percepção de que o crescimento econômico tinha de ocorrer de um modo ecológico e socialmente mais igualitário.

Antes de se discutir o conceito de desenvolvimento sustentável deve-se entender os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento econômico. Segundo Giasanti (1998), o crescimento econômico tem um sentido mais estrito e remete ao aumento da capacidade produtiva da economia, portanto da produção de bens e serviços de um determinado país ou setor, enquanto o desenvolvimento econômico leva em consideração os fatores de crescimento econômico acompanhados pela melhoria dos padrões de vida de uma população.

Para Binswanger (1997), o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser compreendido como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, que está associado ao crescimento material, quantitativo da economia. Entretanto, isto não significa que como resultado do desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico deva ser totalmente abandonado, pois a natureza é a base necessária e indispensável da economia moderna, assim como das vidas das gerações atuais e futuras. Deste modo, o desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente.

Lemos (1999) explica que o desenvolvimento sustentável é um processo de decisão, baseado num consenso, no qual o impacto das atividades econômicas, o meio ambiente e a saúde da sociedade estão integrados e equilibrados, sem comprometer a capacidade de as gerações presentes e futuras satisfazerem as suas necessidades, de modo que os três componentes possam ser sustentados no futuro. Leff (2001) comenta, ainda, que o desenvolvimento sustentável surge com o propósito de conseguir um ordenamento racional do ambiente em que a degradação ambiental não se sobreponha ao uso racional dos recursos naturais.

O desenvolvimento sustentável tem alguns componentes básicos, definidos pelo Relatório de Brundtland, adaptados por Murphy (1995 apud SWARBROOKE, 2000a, p. 7).

Estes componentes dão ênfase principalmente ao meio ambiente, ao mencionar, por exemplo, que devem ser estabelecidos limites ecológicos aos padrões de consumo, que o desenvolvimento sustentável deve buscar a conservação dos recursos naturais e a capacidade de carga dos mesmos, como pode ser observado no Quadro 1.

COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
PRINCÍPIOS	OBRIGAÇÕES
Estabelecimento de limites ecológicos e padrões mais igualitários	“... exige a promoção de valores que encorajem padrões de consumo que estejam dentro dos limites do ecologicamente possível e aos quais todos possam aspirar sensatez.”
Redistribuição de atividades econômicas e de recursos	“A satisfação de necessidades essenciais depende em parte de alcançar-se completo potencial de crescimento, e o desenvolvimento sustentável claramente exige crescimento econômico nos lugares onde tais necessidades não estão sendo satisfeitas.”
Conservação dos recursos básicos	“... o desenvolvimento sustentável não deve colocar em risco os sistemas naturais que permitem a vida na Terra: a atmosfera, a água, os solos e os seres vivos.”
Capacidade de carga e rendimentos sustentáveis	“... a maioria dos recursos renováveis são parte de um complexo e interligado ecossistema, devendo-se definir o rendimento sustentável máximo depois de se ponderar a dimensão dos efeitos do sistema de exploração.”
Minimização de impactos adversos	“O desenvolvimento sustentável exige que os impactos adversos sobre a qualidade do ar, da água e de outros elementos naturais sejam minimizados de forma a sustentar a integridade total do ecossistema.”
Controle por parte da comunidade	“... controle por parte da comunidade sobre as decisões de desenvolvimento que afetam os ecossistemas locais.”
Viabilidade econômica	“... as comunidades devem perseguir o bem-estar econômico e, ao mesmo tempo, reconhecer que as políticas [governamentais] podem definir limites ao crescimento material.”
Qualidade ambiental	“A política ambiental das empresas é uma extensão da administração de qualidade total.”
Auditoria ambiental	“Um sistema efetivo de auditoria ambiental está no cerne da boa administração do meio ambiente.”

Quadro 1 – Componentes do desenvolvimento sustentável

Fonte: Adaptado de Murphy (1995 apud SWARBROOKE, 2000a, p. 7)

Em 1990, houve a Conferência Globe’90, no Canadá, onde se reuniram integrantes do segmento de turismo, governos, acadêmicos, entre outros, para discutir os efeitos degradantes da atividade sobre o meio ambiente, e as possibilidades de um turismo sustentável. De acordo com Loureiro et al. (2003), nessa Conferência foram propostas as primeiras estratégias ligando o turismo e a sustentabilidade, quando se discutiu sobre a importância do meio ambiente para a sustentação das atividades turísticas e os impactos decorrentes de empreendimentos turísticos mal planejados.

O turismo baseado na sustentabilidade considera a:

gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos (GLOBE'90 1990 apud RUSCHMANN 1997, p. 110).

Nessa Conferência foram discutidos, também, os princípios do desenvolvimento sustentável do turismo, para que os planejadores os adotem nas políticas locais de desenvolvimento da atividade. Estes princípios estão assim discriminados:

- O planejamento do turismo e seu desenvolvimento devem fazer parte das estratégias do desenvolvimento sustentável de uma região, estado ou nação. Esse planejamento deve envolver a população local, o governo, as agências de turismo, etc. para que consiga os maiores lucros possíveis;
- Agências, associações, grupos e indivíduos devem seguir princípios éticos que respeitem a cultura e o meio ambiente da área, da economia e do modo tradicional de vida, do comportamento da comunidade e dos princípios políticos;
- O turismo deve ser planejado de maneira sustentável levando em consideração a proteção do meio ambiente;
- O turismo deve distinguir os lucros de forma equitativa entre os promotores de turismo e a população local;
- É essencial ter boa informação, pesquisa e comunicação da natureza do turismo, especialmente para os moradores do local, dando prioridade para um desenvolvimento duradouro, que envolve a realização de uma análise contínua e um controle da qualidade sobre os efeitos do turismo;
- A população deve se envolver no planejamento e no desenvolvimento dos planos locais junto com o governo, os empresários e outros interessados;
- Ao iniciar um projeto, há necessidade de realizar a análise integrada do meio ambiente, da sociedade e da economia, dando enfoques distintos aos diferentes tipos de turismo;
- Os planos de desenvolvimento do turismo devem permitir à população local que se beneficie deles ou que possa explicar as mudanças que se produzem na situação inicial (GLOBO'90, 1990 apud OMT, 2001, p. 247).

De acordo com estes princípios, a elaboração de um planejamento turístico deve ter como base a tomada de decisões políticas duradouras, e não ações voltadas somente para o presente. É de fundamental importância, também, a atenção à comunidade local, pois ela é conhecedora e vivencia a sua realidade imediata, identificando os problemas e as necessidades locais. Ela é capaz de propor alternativas e soluções, em conjunto com os planejadores. Neste sentido, Sachs (2002) afirma que o desenvolvimento sustentável requer um planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área utilizada.

Dias (2003, p. 38) comenta que:

o planejamento é uma condição necessária, mas não suficiente para nortear a atividade turística; é fundamental incluir a perspectiva da sustentabilidade da atividade em todas as suas dimensões para que o desenvolvimento se dê contemplando todos os setores da sociedade.

Assim, é necessário o planejamento turístico para reduzir os efeitos negativos do turismo e maximizar os seus benefícios visando o bem-estar da comunidade receptora e a rentabilidade dos empreendimentos do setor, além de promover o seu desenvolvimento sustentável. Se a comunidade local não apoiar este processo, ele estará fadado ao fracasso, o que acarretará a deterioração da localidade, acabando com os motivos que levaram os turistas a visitá-la.

De acordo com Dias (2007, p. 69) o desenvolvimento sustentável, com a participação do turismo, se identifica

como um processo de mudança qualitativo, produto da vontade política que se expressa mediante o planejamento e a gestão, com participação imprescindível da população local; assim se obterá um desenvolvimento turístico baseado em equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social do desenvolvimento.

Isto significa que, para atingir os seus objetivos, o planejamento deve ter um caráter dinâmico e ser monitorado constantemente, se adaptando, ao máximo, à realidade que se pretende organizar, a fim de garantir um desenvolvimento turístico sustentável. Conforme Dias (2007), o monitoramento é considerado um dos aspectos essenciais do desenvolvimento turístico sustentável, principalmente nos ambientes naturais mais sensíveis.

Para que o desenvolvimento sustentável seja possível, no seu planejamento, devem ser consideradas algumas dimensões, de acordo com a OMT (1994 apud DIAS 2007), como a sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

A sustentabilidade econômica inclui a maximização da utilização dos recursos naturais, com redução dos custos ambientais, englobando, também, a geração de trabalho e renda, a promoção do desenvolvimento das potencialidades locais e a diversificação de setores e atividades econômicas. Como exemplo de ações que levem a este tipo de sustentabilidade, pode-se citar a criação de cooperativas de taxistas municipais ou de Centro de Informações Turísticas, empregando somente moradores locais.

Já a sustentabilidade social prevê a adaptabilidade e a capacitação social, garantindo que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens e serviços de boa qualidade. Neste

caso, algumas medidas podem ser tomadas para a sua viabilização, como o investimento na educação, lazer e saúde preventiva dos jovens e adolescentes.

A dimensão ambiental da sustentabilidade analisa os níveis de visitação, os tipos de visitantes e o seu comportamento, aperfeiçoando a integração do homem com o meio ambiente, a fim de melhorar e controlar o uso dos recursos naturais. Promover ações de educação ambiental, como palestras educativas e coleta seletiva do lixo com os turistas e residentes, pode ter resultados bastante expressivos. Esta dimensão, também, prevê ações que visem a melhoria do saneamento básico, como tratamento de água, canalização e tratamento de esgotos, limpeza pública urbana, coleta e tratamento de resíduos orgânicos e materiais.

A sustentabilidade cultural envolve estudo sobre a singularidade, a força e a capacidade cultural, promovendo, preservando e divulgando a história, tradições e valores regionais, sem deixar de acompanhar as suas transformações. A aplicação de recursos na construção, reformas e ampliações de museus, centros culturais e prédios históricos são exemplos de ações que divulgam a história local, propiciando a todos o acesso ao conhecimento e à informação.

A sustentabilidade política é determinada pela sensibilização, mobilização e apoio dos residentes do destino turístico, com o objetivo de compreender os problemas locais e propor soluções, buscando superar as práticas e políticas de exclusão, procurando o consenso nas decisões coletivas que visem o bem-estar geral.

Para a OMT (2001, p. 245):

o conceito de crescimento sustentável tem sido ligado, tradicionalmente, ao conceito de meio ambiente, mas atualmente é um conceito mais global, que inclui numerosos campos de interação dentro do conceito de sustentabilidade, como aspectos econômicos e socioculturais. O desenvolvimento sustentável está baseado, portanto, num conceito mais amplo de desenvolvimento turístico que envolve, necessariamente, critérios sobre o meio ambiente sociocultural e econômico.

Sachs (2002) acompanha este discurso e afirma que o termo sustentabilidade é usado comumente para expressar a sustentabilidade ambiental, mas enumera também outras dimensões: a sustentabilidade cultural (busca o equilíbrio entre a tradição e a inovação, por exemplo), a sustentabilidade social (busca uma melhor distribuição de renda e igualdade social), a sustentabilidade econômica (busca o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado e segurança alimentar, por exemplo), a sustentabilidade política (tanto a nível nacional quanto internacional), a sustentabilidade ecológica (busca limitar o uso dos recursos não-renováveis), a sustentabilidade ambiental (procura respeitar e realçar a capacidade de

autodepuração dos ecossistemas naturais) e a sustentabilidade territorial (busca melhorar o ambiente urbano, superar as disparidades inter-regionais, balancear as configurações urbanas e rurais, entre outras).

Ferretti (2002) complementa que a sustentabilidade envolve o ambiente natural e suas inter-relações desenvolvidas entre os elementos que o compõem e, também, com o meio. Desta maneira, a sustentabilidade envolve várias dimensões, não só a ambiental, mas também a social, política, econômica e cultural, tornando-se um conceito mais global.

Vasconcelos (2002) também tem opinião semelhante e afirma que o modelo de desenvolvimento sustentável apresenta dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas, acompanhando o mesmo discurso da OMT. Isto se refere ao presente e ao futuro das sociedades, à satisfação de suas necessidades básicas, conservação e preservação dos ecossistemas, direitos humanos, cidadania, participação social, distribuição de poder, cultura, política e, principalmente, as atitudes e ideologias presentes no local.

Assim, ao planejar o desenvolvimento da atividade turística devem-se considerar, simultaneamente, todas essas dimensões da sustentabilidade, que se inter-relacionam de uma forma ativa, com o propósito de alcançar um equilíbrio final: a sustentabilidade em todo o sistema turístico.

Em 1992, no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), esta abordagem do desenvolvimento sustentável foi popularizada e passou por um maior detalhamento, sendo exposta na Agenda 21, que é um plano de ação que engloba o conjunto de proposições e recomendações sobre como as nações devem agir para alterar o seu modelo de desenvolvimento em favor de estilos sustentáveis e a iniciarem seus programas de sustentabilidade.

Neste mesmo encontro foi produzido o documento “Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo”, publicado pela OMT, em 1994. Nele, o desenvolvimento foi colocado como parte central da atividade turística, reconhecendo-se que as práticas sustentáveis serão as que controlarão os preços dos serviços turísticos a longo prazo (DIAS, 2007).

Segundo Born (2002, p. 14), a

Agenda 21 (local ou nacional) pode servir para sensibilizar a população e suas lideranças quanto aos desafios da construção de sociedades plurais, justas e ambientalmente sadias, contribuindo para fortalecer as responsabilidades individual e corporativa, sinais de cidadania planetária, assentadas na base das diversidades biológica, étnica, racial, religiosa, etc.

Já na Conferência Mundial de Turismo Sustentável, em Lanzarote, na Espanha, realizada em 1995, foi formulada a Carta de Turismo Sustentável. Ela é uma referência na definição de turismo sustentável, pois engloba os princípios fundamentais atribuídos a este conceito. Nesta Carta, esses princípios são descritos em 18 artigos sobre o desenvolvimento turístico sustentável, com destaque para o primeiro, que diz que este desenvolvimento “deverá ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais” (DIAS, 2007, p. 60).

Assim, é preciso que estes três pontos estejam em equilíbrio, ligando-se com o meio ambiente, a economia e a sociedade, para também suprir as demandas das gerações futuras. O turismo por poder contribuir para o desenvolvimento local deve fazer parte, desta forma, das políticas de desenvolvimento sustentável, promovendo a sustentabilidade dos seus atrativos que são a base de sustentação da atividade.

Em 1999, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), criada na Assembleia Geral da ONU em 1992, divulgou um informe sobre o turismo e o desenvolvimento sustentável. Instituiu um programa de trabalho internacional sobre o desenvolvimento do turismo sustentável, inicialmente nos países em desenvolvimento. Segundo o informe, a promoção do turismo sustentável tem como objetivo aumentar os benefícios para a população das comunidades anfitriãs e manter a sua integridade cultural e ambiental (DIAS, 2007).

Swarbrooke (2000a, p. 19) define o turismo sustentável como aquele “que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local”. Um conceito semelhante foi formulado pela OMT (2003, p. 23), que afirma que o turismo sustentável é aquele que:

atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantam a vida.

Em 2004, em Barcelona, na Espanha, durante o Fórum sobre “Globalização e Desenvolvimento”, o Chefe de Desenvolvimento Sustentável da OMT, Eugenio Yunis Ahués, resumiu seis condições necessárias para alcançar o desenvolvimento sustentável do turismo (DIAS, 2005, p. 110):

- Formular uma política de turismo nos níveis nacional, regional e local, pois o turismo não pode continuar crescendo de forma desordenada ou anárquica, com ações espontâneas por parte de atores que operam num contexto onde falta regulamentação e coordenação;
- A política de turismo deve ser o resultado de um processo participativo, no qual todas as partes interessadas especialmente a comunidade local são consultadas;
- É necessário adotar um enfoque integrador, no qual o turismo é parte de um desenvolvimento global da localidade ou do país, e no qual as infra-estruturas propriamente turísticas são planejadas de acordo com as exigências de infra-estrutura gerais, de formação de recursos humanos, de transportes etc., assim como também com adequado marco institucional;
- As técnicas de avaliação de impacto ambiental devem ser aplicadas desde o começo em todos os projetos turísticos e desde sua etapa inicial, antes que sejam implementados. Deve assegurar-se que os custos de se evitar certos efeitos potenciais negativos são levados em conta nas análises prévias de investimento;
- Aqueles responsáveis pela gestão dos destinos e das empresas turísticas que aí operam devem ter no centro de suas preocupações o meio ambiente natural, a cultura local e os residentes locais; nenhuma das ações que realizem [sic] as empresas turísticas para satisfazer aos turistas deve ser tomada em detrimento da localidade;
- Os limites do crescimento do turismo devem ser respeitados da mesma forma por autoridades públicas, empresários privados e turistas.

Assim, com o tempo e com a evolução da consciência ambiental, foi surgindo um novo tipo de turista que é cada vez mais exigente com os aspectos ambientais da destinação visitada, e com as ações governamentais para preservação dos atrativos naturais e a diminuição da poluição.

O contraste entre algumas características do desenvolvimento do turismo de maneira sustentável com o turismo não-sustentável estão apontadas no Quadro 2. Este confronto divide o debate em dois lados: o sustentável “bom” e o insustentável “ruim”. Algumas características do desenvolvimento sustentável do turismo são: desenvolvimento lento, controlado, a longo prazo e qualitativo. Enquanto o turismo não-sustentável se define por ser rápido, descontrolado, a curto prazo e sem planejamento. Contudo, na realidade, percebe-se que não há ações de desenvolvimento da atividade turística completamente ‘boas’ ou ‘ruins’, há uma combinação, em sua maioria, entre elas.

CARACTERÍSTICAS DAS FORMAS DE TURISMO QUANTO À SUSTENTABILIDADE	
Sustentável	Não-sustentável
Desenvolvimento lento e controlado	Desenvolvimento rápido e descontrolado
Longo prazo	Curto prazo
Qualitativo	Quantitativo
Controle local	Controle remoto
Planejamento, com posterior desenvolvimento	Desenvolvimento sem planejamento
Esquemas baseados em conceitos	Esquemas baseados em projetos
Promotores de desenvolvimento locais	Promotores de desenvolvimento no exterior
Moradores locais empregados	Força de trabalho importada
Arquitetura nativa	Arquitetura de outros tipos
Comportamento do turista: pouca valorização; algum preparo mental; aprende a língua local; fala baixo; repete as visitas	Comportamento do turista: muita valorização; pouco ou nenhum preparo mental; não aprende a cultura local; fala alto; improvável que volte

Quadro 2: Características das formas de turismo quanto à sustentabilidade

Fonte: Adaptado de Swarbrooke (2000a)

Deste modo, a sustentabilidade é um assunto tão importante que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) decretou a década de 2005 a 2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (MOURA; GARCIA, 2007).

Por conseguinte, a sustentabilidade deve valer para vários campos, além da área ambiental, a mais conhecida nos dias atuais. É imprescindível, além do planejamento turístico, a participação do Estado, da comunidade local, dos turistas, dos empresários, por fim, de todos os comprometidos com a localidade turística, para buscar o seu desenvolvimento de maneira sustentável.

Todavia, se a concepção de turismo sustentável não agregar as políticas e práticas do planejamento turístico em nível local, a sustentabilidade será apenas uma falácia, ficando, simplesmente, no debate. Assim, “de fato, o turismo sustentável não pode ser visto como uma situação ideal a ser alcançada, mas sim, como uma filosofia de desenvolvimento que serve para definir metas a longo prazo” (SANTOS, 2003, p. 167).

2.5 Desenvolvimento do turismo de base local

A mudança do antigo modelo de desenvolvimento para o novo paradigma do desenvolvimento sustentável requer uma maior preocupação com o local, e não exclusivamente com o global. Assim, o local passa a ser referenciado não somente no sentido valorativo da

escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante do desenvolvimento, preservando relações comunitárias pouco hierarquizadas e a continuidade de formas mais ambientalmente sustentáveis de produzir (BENEVIDES, 2002).

Conforme Godard et al. (1987, p.139), “uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores”. Para impulsionar o desenvolvimento local é preciso que haja uma participação integrada do governo local, iniciativa privada e comunidade.

O desenvolvimento local pode ser entendido, segundo Benevides (1998), como um processo no qual uma sociedade utiliza crescente, cumulativa e sustentavelmente a sua capacidade produtiva no sentido de canalizá-la para aumentar em quantidade e em qualidade os bens e serviços disponíveis. Isto significa que os moradores devem fazer uso dos seus próprios recursos, objetivando o bem comum.

O governo local assume o papel de orientador, planejador e coordenador das ações, enquanto a iniciativa privada é responsável pela maior parte dos investimentos no que se refere à infraestrutura turística. Ambos devem propor idéias que se adaptem à realidade local, pois não adianta promover mudanças baseadas em modelos prontos que negam de todo o contexto da comunidade e os seus objetivos.

Para Nascimento e Carvalho (2008), o desenvolvimento turístico de base local pode ser definido como um processo de crescimento e transformação estrutural que, mediante a utilização de um potencial de desenvolvimento existente no território, conduz a uma melhoria do bem-estar da comunidade local, sendo ela capaz de liderar este processo em todas as suas fases. Desta maneira, se organizado e bem planejado, pela comunidade, o turismo pode gerar mais efeitos positivos do que negativos, tornando-se um propulsor do desenvolvimento sustentável local.

Por conseguinte, no caso do turismo algumas orientações básicas de desenvolvimento podem vir através de reuniões com as lideranças e associações locais, nas quais explicam-se todo o processo de planejamento e organização da atividade, mostrando como cada um dos envolvidos (residentes, turistas, governo local, empresários, operadores, etc.) pode contribuir para o desenvolvimento da atividade de forma sustentável. Por este motivo, o desenvolvimento local depende da capacidade desses atores e da forma como a sociedade local se estrutura e se mobiliza, pois quanto maior a mobilização, maior o entendimento da atividade turística e dos seus benefícios.

Benevides (2002) mostra que o turismo como vetor de desenvolvimento local deve se opor às tendências e aos padrões dominantes, levando em consideração: a manutenção da

identidade cultural do lugar como fator de atratividade turística; que o desenvolvimento da localidade depende da articulação com o turismo para valorizar suas potencialidades ambientais e culturais, através da participação da população local; o estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infra-estrutura turística.

Desta forma, toda a comunidade torna-se articuladora e construtora da cadeia produtiva do turismo, ao mesmo tempo, onde a renda e o lucro permanecem na comunidade local, contribuindo para melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos moradores. Porém, essa sociedade deve estar madura, composta por indivíduos que queiram realmente o bem-comum, para que possam atingir o desenvolvimento comunitário.

Swarbrooke (2000b, p. 63) explica que os membros das comunidades podem ser divididos em

elites e o restante da população; residentes nativos e imigrantes; os que atuam na indústria do turismo e os que não atuam na mesma; proprietários e arrendadores de imóveis; pessoas mais jovens e pessoas mais idosas; empregadores e empregados ou os autônomos; os que possuem carros particulares e os que dependem do transporte público; residentes que estão 'bem de vida' e os menos prósperos; comunidades majoritárias e comunidades étnicas minoritárias.

Pelo fato de uma comunidade ser composta de diferentes grupos com características e gostos diversos, a busca por um objetivo comum se torna mais difícil, mas não impossível. Por este motivo, o autor afirma que para um envolvimento efetivo da comunidade com o planejamento turístico é necessário que cumpra o conceito da democracia; dê voto aos mais afetados pelo turismo; faça uso do conhecimento local, para que as decisões tomadas sejam bem fundamentadas; e reduza o conflito potencial entre os turistas e a comunidade local.

Coriolano (2006, p.200) afirma que

Os lugares onde o turismo se instalou de cima para baixo, de forma autoritária diferem substancialmente daqueles onde se originou por decisão das próprias comunidades, reativando a economia, valorizando a cultura e os padrões locais. Neste último modelo, o turismo é bem-visto, não se fala mal deste, pois beneficia o lugar.

Por conseguinte, devem ser inseridas melhorias em nível local para atender as necessidades e os interesses, inicialmente, da comunidade, para depois buscar a satisfação dos turistas, já que um local que é bom para os seus moradores, também será agradável para os seus visitantes.

Assim, nesta seção abordou-se a relação do turismo com o meio ambiente e suas interfaces. A atividade turística tem uma ampla abrangência de atuação, podendo envolver os mais diversos setores da economia, promovendo o desenvolvimento das localidades que têm potencial para este tipo de atividade.

O desenvolvimento do turismo deve estar baseado nos princípios da sustentabilidade, envolvendo toda a comunidade local, buscando a viabilidade da atividade a longo prazo. Este desenvolvimento deve estar atrelado à preservação ambiental e à proteção dos atrativos naturais que são os principais motivadores de atração de turistas, principalmente em áreas naturais protegidas, como a existente no município de Cajueiro da Praia – PI, que faz parte de uma unidade de conservação do tipo uso sustentável, a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba.

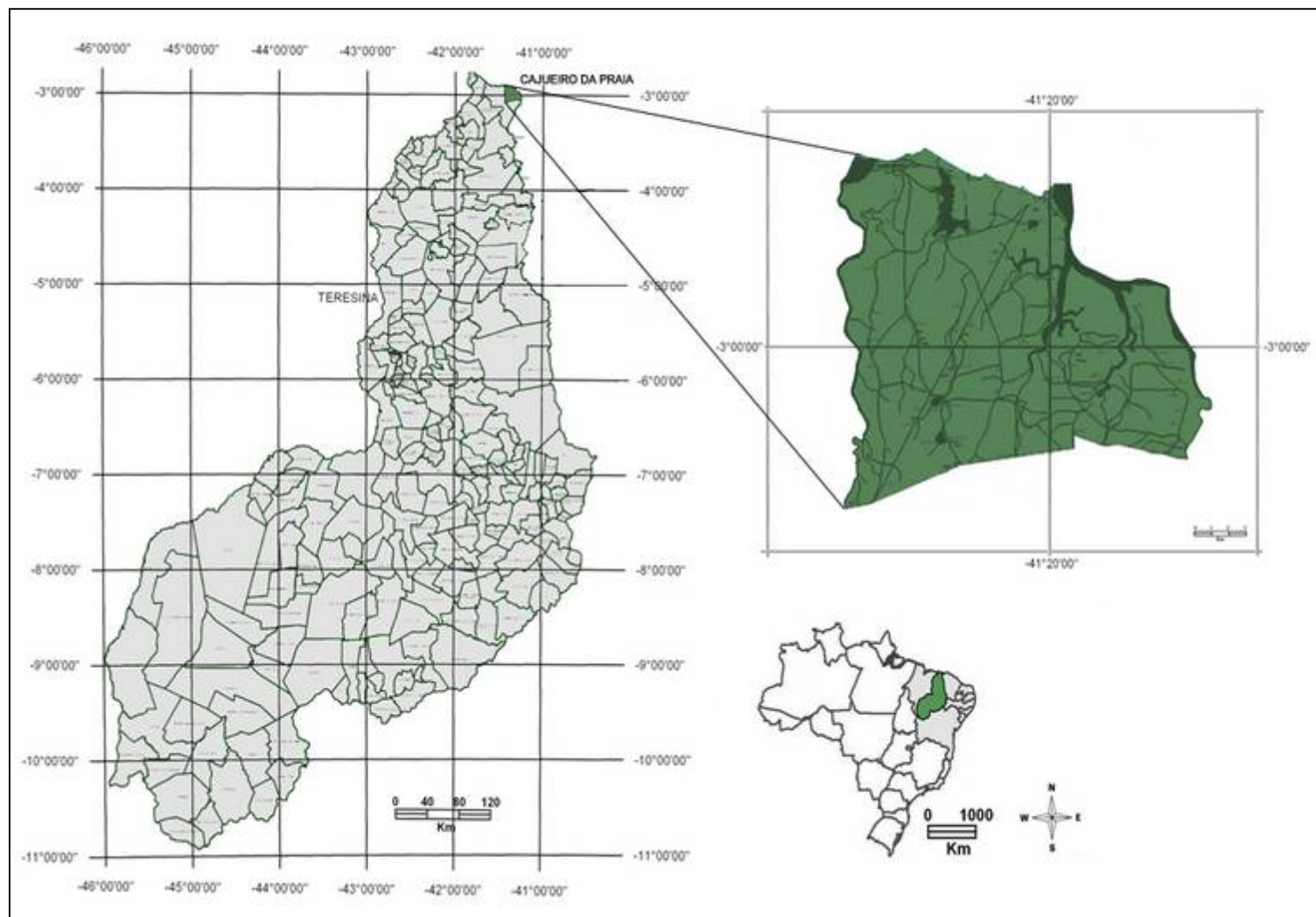
3 O MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI: CARACTERIZAÇÃO GERAL

Nesta seção serão abordadas características gerais do município de Cajueiro da Praia, como localização, programas e projetos de desenvolvimento turístico dos quais o município faz parte, aspectos ambientais, sociais e econômicos.

O município de Cajueiro da Praia foi criado pelo desmembramento de 281,75 km² do território do município de Luís Correia, Piauí, através do Decreto-Lei 4.810 de 27 de dezembro de 1995. Está localizado no extremo norte do Piauí, com sede situada na latitude 02° 56' 12" sul e na longitude 41° 20' 09" oeste. O município limita-se ao norte pelo Oceano Atlântico, ao sul e ao oeste pelo município de Luís Correia, e a leste faz fronteira com o Estado do Ceará (Mapa 1).

Cajueiro da Praia está localizado a aproximadamente 400 km nordeste da capital do Estado do Piauí, Teresina. Tem 20 povoados, porém, nesta pesquisa foram abordados apenas os povoados da sua orla marítima: Morro Branco, Barrinha, Barra Grande e a sede municipal.

A história de Cajueiro da Praia está ligada intimamente à história do município de Luís Correia, por ter sido emancipado do mesmo. Assim, conforme Piauí (1996), a origem de Luís Correia data de meados do ano de 1820, quando houve a fixação de pescadores advindos de áreas litorâneas dos estados do Maranhão e Ceará, bem como da cidade de Parnaíba. No início, a região era chamada de Amarração, por servir de ancoradouro para embarcações, e pertencia ao Estado do Ceará. Foi elevado à categoria de Vila em 5 de março de 1874. Através do Decreto-Lei 3.012 de 22 de outubro de 1880, o Governo do Piauí conseguiu reaver o mesmo, cedendo em troca dois municípios piauienses, Independência e Príncipe Imperial (atual município de Crateús).



Mapa 1: Localização do município Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Elaborado por Igor Soares (2010)

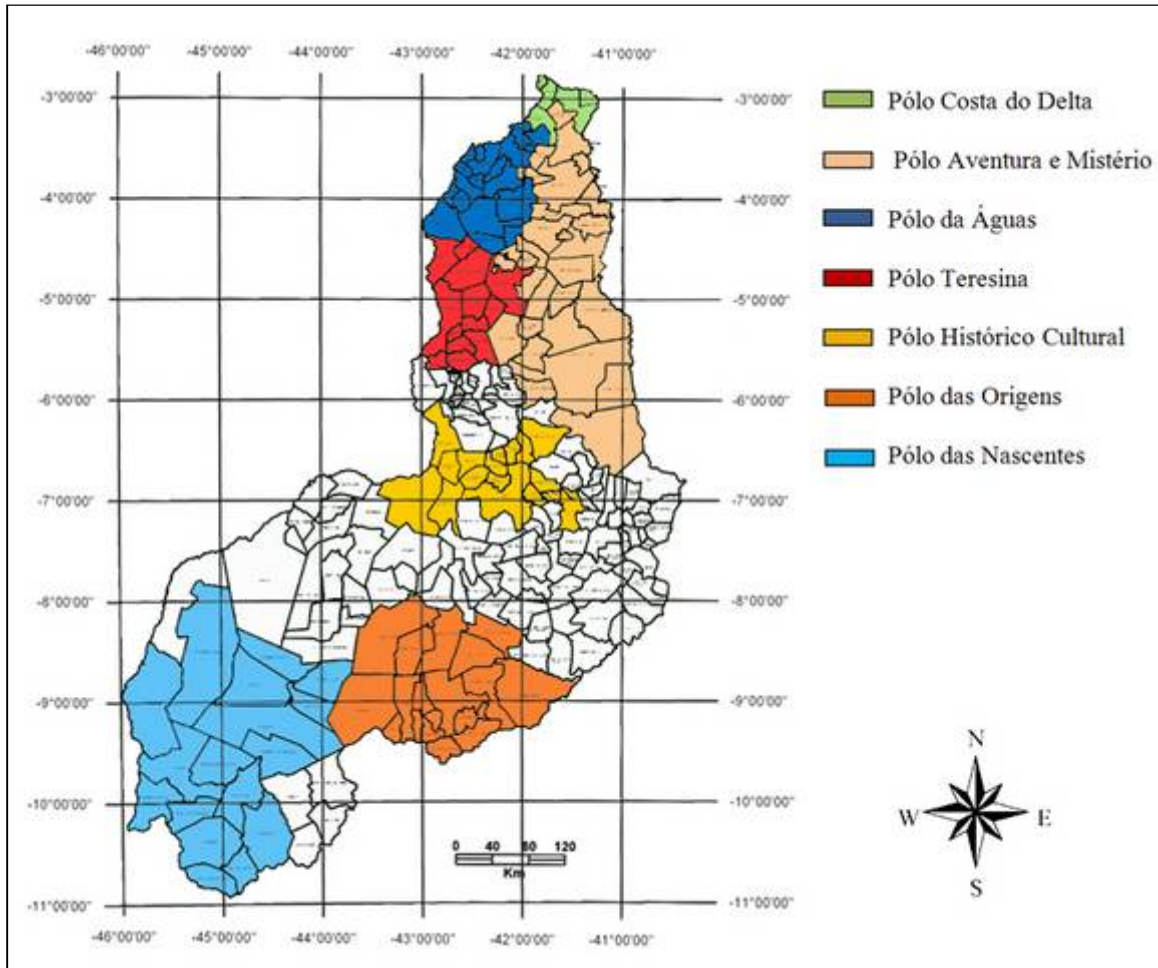
3.1 Programas e projetos de desenvolvimento turístico no município de Cajueiro da Praia – PI

Cajueiro da Praia faz parte da Bacia Hidrográfica Difusa do Litoral, por ter pequenos rios que deságuam no oceano Atlântico (ARAÚJO, 2006). Esta Bacia foi considerada como integrante da Bacia do Rio Parnaíba no Plano de Ação de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP), tendo em vista que esse projeto abrange todo o território piauiense.

O PLANAP é um projeto da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Parnaíba, buscando o crescimento da economia regional e a melhoria da qualidade de vida da população. De acordo com o Plano, a Bacia do Parnaíba foi dividida em onze territórios que compreendem municípios dos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão: Território da Planície Litorânea, Território dos Cocais, Território dos Carnaubais, Território Entre Rios, Território Vale do Sambito, Território Vale do Rio Guaribas, Território Vale do Rio Canindé, Território Serra da Capivara, Território Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, Território Tabuleiros do Alto Parnaíba e Território Chapada das Mangabeiras (CODEVASF, 2006).

Deste modo, segundo essa divisão, Cajueiro da Praia – PI está inserido no Território da Planície Litorânea, sub-divisão Aglomerado 1, composto basicamente pelos municípios litorâneos, sendo que três pertencem ao Maranhão (Tutóia, Água Doce do Maranhão e Araisos), quatro ao Piauí (Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia), e um ao Ceará (Granja).

O Piauí apresenta sete pólos com potencial para desenvolvimento da atividade turística. O município de Cajueiro da Praia está inserido no Pólo Costa do Delta, juntamente com Luís Correia, Parnaíba, Ilha Grande e Buriti dos Lopes, uma das regiões turísticas do Estado, com maior potencial para desenvolvimento da atividade turística (Mapa 2). Os Pólos, com o respectivo atrativo principal, são os seguintes: Pólo Costa do Delta (Delta do Rio Parnaíba), Pólo Aventura e Mistério (Parque Nacional Sete Cidades), Pólo das Águas (Cachoeira do Urubu), Pólo Teresina (cidade de Teresina), Pólo Histórico Cultural (cidade de Oeiras), Pólo das Origens (Parque Nacional Serra da Capivara) e Pólo das Nascentes (Parque Nacional das Nascentes) (PIAUI, 2009).



Mapa 2: Pólos de turismo do Piauí
 Fonte: Elaborado por Igor Soares (2010)

O Pólo Costa do Delta é um dos 16 destinos turísticos identificados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com vocação para o turismo, e único do Estado, conforme Figura 2. Foi incluso no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) como um instrumento técnico para a gestão, coordenação, planejamento e condução das decisões da política de turismo a longo prazo. O financiador é o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE, em sua segunda fase (BNB, 2009).



Figura 2: Localização dos Pólos de turismo do Nordeste
Fonte: BNB, 2009

O PRODETUR/NE é resultado da parceria entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo geral é a melhoria da qualidade de vida da população residente nas áreas de sua atuação, através do aumento das receitas provenientes das atividades turísticas e a capacitação gerencial para estados e municípios. O Programa foi dividido em duas etapas. A primeira, o PRODETUR/NE I, iniciada em 1994, contemplou uma soma de US\$ 670 milhões de investimentos, resultado da parceria entre os dois bancos, e trouxe significativas melhorias na infra-estrutura turística da Região, financiando, no total, cerca de 384 projetos. Porém, o Piauí só começou a receber recursos do Programa em 31/12/1999, devido a problemas institucionais. A segunda fase, o PRODETUR/NE II, tem como objetivo consolidar, completar e complementar as ações para tornar o turismo sustentável nos Pólos onde ocorreram investimentos do PRODETUR/NE I. Para tanto, foram introduzidos novos conceitos e mecanismos, tais como: Pólos de turismo; processo de planejamento setorial integrado e participativo; fortalecimento da capacidade municipal de planejamento e de gerenciamento ambiental, administrativo e fiscal (BNB, 2009).

Desde 2005, o Pólo Costa do Delta está inserido em um projeto de integração desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), denominado Projeto de Integração Turística – Ceará, Piauí e Maranhão: desenvolvimento de produtos e roteiros turísticos. Este Projeto é mais conhecido como Rota das Emoções, cujo

objetivo é desenvolver produtos e roteiros turísticos de integração dos destinos de Jericoacoara, Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses através da capacitação dos empreendedores locais e da identificação das potencialidades turísticas dos municípios envolvidos.

Em julho de 2009, o roteiro Rota das Emoções recebeu do MTur o prêmio Troféu Roteiros do Brasil, uma iniciativa do Programa de Regionalização do Turismo, na categoria Roteiro Turístico, como um exemplo de sucesso no desenvolvimento do turismo em regiões integradas. O Projeto concorreu com mais de 90 destinos turísticos do país, e ficou em 1º lugar nesta categoria. Assim, com este prêmio a região ganhou uma maior visibilidade no mercado turístico, o que pode levar a um aumento da demanda turística local, beneficiando as localidades pertencentes ao roteiro (BRASIL, 2009b).

3.2 Aspectos ambientais

É fundamental o conhecimento dos aspectos ambientais do município de Cajueiro da Praia, bem como de qualquer outra localidade que queira desenvolver o turismo baseado na sustentabilidade, pois estas características ambientais revelam a fragilidade local, e o seu estudo pode contribuir para a sua preservação e nortear as atividades a serem desenvolvidas.

Boud-Bovy (1977 apud CRUZ, 2003, p. 29), em relação às influências benéficas e maléficas do turismo sobre o meio ambiente, comentando a relação contraditória entre os mesmos, assevera que

ele [pode degradar] irreversivelmente as maiores atrações que o justificaram e o atraíram, erodindo recursos naturais, quebrando a unidade e a escala das paisagens tradicionais e suas construções características, poluindo as praias, destruindo florestas, degradação que pode ser limitada mediante um planejamento correto, embora nem todos os efeitos sobre o meio tradicional possam ser evitados. Ele [pode proteger] o meio uma vez que estimula o interesse da população e autoridades locais para a apreciação do valor do ambiente e introduz medidas compreensíveis para sua proteção, gerenciamento e melhoria, financiados pelos rendimentos oriundos do próprio turismo.

Esta preocupação com a manutenção dos recursos naturais trará inúmeros benefícios futuros, como a maior durabilidade da atividade turística. Este é um grande desafio dos que praticam e/ou promovem o turismo de massa, pois têm que compreender que o turismo não

deve ser um negócio de lucro rápido, e sim, uma atividade bem organizada, considerando a capacidade de carga dos ambientes, para o maior aproveitamento dos seus efeitos positivos.

Assim, o turismo pode contribuir para a preservação do meio ambiente, como afirma Ceballos-Lascuráin (2001 apud DIAS, 2007, p.23):

em áreas naturais, em particular as áreas protegidas legalmente, sua paisagem, fauna e flora – juntamente com os elementos culturais existentes – constituem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para turistas de todo o mundo. Por este motivo, as organizações para a conservação reconhecem a enorme relevância do turismo e estão cientes dos inúmeros danos que um turismo mal-administrado ou sem controle pode provocar no patrimônio natural e cultural do planeta.

Isto significa que os turistas que visitam estes locais, ao terem contato com os mesmos, vão conhecendo a importância desses ambientes para os ecossistemas de que fazem parte, valorizando-os e tomando consciência da necessidade de preservá-los, levando em consideração os limites do seu uso e as formas de sua manutenção, para um proveito em longo prazo. Desta forma, tornam-se turistas conscientes e responsáveis socioambientalmente.

Estes limites são conhecidos através de estudos de capacidade de carga da área. De acordo com a OMT (2001, p. 248), entende-se que a capacidade de carga total de um destino seja o “máximo uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou a cultura da área”.

Dias (2007, p. 81) afirma que “a capacidade de carga é o número de turistas que podem ser acomodados e atendidos em uma destinação turística sem provocar alterações significativas nos meios físico e social e na expectativa dos visitantes”. Ou seja, é o limite máximo para exploração e uso de um destino ou atrativo, sem que haja a sua saturação.

O conhecimento dos limites impostos pelos ambientes naturais é de fundamental importância para o planejamento turístico do local. Assim, os aspectos ambientais devem atuar como diretrizes para o adequado uso e ocupação do solo, com a finalidade de promover a sustentabilidade dos locais impactados.

De acordo com Cavalcanti (2000), o clima de Cajueiro da Praia, classificado segundo a metodologia de *Thornthwaite* (tipo de classificação climática baseada no confronto entre a precipitação pluviométrica e o cálculo de evapotranspiração potencial, ou seja, o total de perdas e ganhos de água pelo solo), pode ser denominado como sub-úmido, com moderado excesso de água no inverno, tipo megatérmico.

O município tem um monitoramento climatológico contínuo, realizado pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) desde 1961, na estação de Parnaíba, registrando que a umidade relativa média anual da região é da ordem de 75%. Em relação à pluviometria, a região dispõe de dados desde 1912, através do posto pluviométrico de Luís Correia, mostrando que a precipitação média anual do município de Cajueiro da Praia fica em torno de 1190,2 mm, sendo que o período chuvoso se estende de dezembro até junho (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA, 2008).

Em relação aos ventos, assim como em toda costa litorânea do Piauí, sofrem mudanças de direção, intensidade e velocidade durante o período diurno e noturno, ao longo do ano. Segundo Cavalcanti (2000), as máximas de velocidade dos ventos ocorrem nos meses de agosto, setembro e outubro, chegando a valor superior a 7 m/s.

Analisando as potencialidades ambientais para o turismo, o clima do município é bom para o desenvolvimento da atividade, pois pode atrair turistas de outros estados que estão em busca de climas mais quentes, porém nos períodos de chuva pode ser um fator limitante. Os ventos alísios, por serem bastante intensos, também favorecem a prática de esportes náuticos na região, como o *kitesurf* e o *windsurf*.

Geologicamente, o município, assim como a área litorânea do Estado, está inserido na bacia sedimentar do Parnaíba, com terrenos de formações recentes, compostos essencialmente de sedimentos quaternários inconsolidados, submetidos às ações de acumulação marinha, eólica, fluvial e flúvio-marinha. O seu solo é formado, principalmente de associações de areias quartzosas marinhas e continentais, juntamente com os mangues, que fazem parte de um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes marinhos e terrestres. Em algumas faixas de praias, há a presença de rochas de praia (arenitos) situadas abaixo da linha de alta maré (PIAUI, 1996).

Para Cavalcanti (2000), os recursos geológicos disponíveis na região litorânea piauiense não são muito significativos, restringindo-se basicamente às areias quartzosas e aos sedimentos aluviais, que poderiam ser utilizados na construção civil ou como material orgânico, mas não é aconselhável, pois provocaria degradação ambiental.

Em relação a aspectos hidrográficos em Cajueiro da Praia – PI destacam-se quatro rios principais: os rios Timonha e Ubatuba, do lado leste, e os rios Camurupim e Cardoso, do lado oeste. Há, também, várias lagoas, alimentadas por regimes pluvial, fluvial e freático, como a Lagoa da Santana (Fotografia 1) e Lagoa dos Pemas (Fotografia 2).



Fotografia 1 – Lagoa do Santana – Povoado Barrinha,
Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, set/2007



Fotografia 2 – Lagoa dos Pemas – Sede municipal de
Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

A Lagoa do Santana está localizada no povoado Barrinha, com área de aproximadamente 2,16 km², apresentando 3,7 km de extensão e largura aproximada de 0,6 km. A lagoa, por distar apenas 300 m do oceano, está totalmente condicionada à sua influência, seja referente à salinidade da água como à origem dos sedimentos que a compõem. A Lagoa dos Pemas também está condicionada à influência marinha e tem uma área aproximada de 0,17 km², de acordo com Cavalcanti (2000).

Para Salvati (2002) as formas sustentáveis de turismo têm potencial para contribuir para a conservação da diversidade biológica dentro e fora de áreas protegidas, assim como

promover a qualidade de vida das comunidades locais e regionais. Desta forma, o incentivo à visitação pública em unidades de conservação de uso sustentável, por meio de projetos de base comunitária, passa a ser percebido como uma alternativa de sustentabilidade destes locais.

O município de Cajueiro da Praia, juntamente com outros três municípios litorâneos do Piauí (Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande), dois do Ceará (Barroquinha e Chaval) e um município do Maranhão (Tutóia) fazem parte de uma unidade de conservação da categoria de uso direto (sustentável), do tipo Área de Proteção Ambiental (APA), a APA do Delta do Parnaíba. A sua área total é de 313.800 ha, incluindo a região estuarina e o mar continental. Foi criada pelo Decreto Federal s/nº de 28 de agosto de 1996, ficando sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Desde a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 26 de abril de 2007, a gestão desta APA, bem como das demais unidades de conservação federais, passou a ser de sua responsabilidade (BRASIL, 1996).

A APA do Delta do Parnaíba tem por objetivos principais: proteger os estuários dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar; proteger remanescentes de mata aluvial; proteger os recursos hídricos; melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais; fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental; preservar as culturas e as tradições locais.

A vegetação de Cajueiro da Praia é caracterizada como de transição restinga/mangue, com a presença de muitos elementos de caatinga, como as carnaubeiras (*Copernicia prunifera*), que em alguns locais ocorrem de uma maneira densa, e em outros aparecem em forma de pequenos maciços, com muitos indivíduos jovens. Há nos manguezais o predomínio das espécies mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*) nas margens dos cursos d'água, e as espécies mangue-manso (*Laguncularia racemosa*) e mangue-siriba (*Avicennia germinans*) presentes mais no interior do manguezal (PIAUI, 1996). Os mangues são vistos em várias paisagens do município e chamam atenção com suas raízes aéreas, que além de servir para fixar os solos, impedindo a erosão, estabilizam a linha costeira, protegendo os rios.

Em relação à fauna, Baptista (2004) afirma que o município de Cajueiro da Praia, por estar localizado numa área de plataforma continental, tem grande diversidade de espécies marinhas e terrestres, como: peixes coró-roxo (*Conodon nobilis*) e carapitanga (*Lutianus jocu*); répteis: tartaruga verde (*Chelonia mydas*) e jibóia (*Boa constrictor*); aves: garça azul

(*Florida caerulea*) e quero-quero (*Valenus chilenses*); e mamíferos: peixe-boi marinho (*Trichechus manatus manatus*).

O município de Cajueiro da Praia tem uma base do Projeto Peixe-Boi Marinho, de responsabilidade do Centro de Mamíferos Aquáticos (CMA) e do ICMBio. Foi o primeiro município brasileiro a receber o título de Patrimônio Natural do Peixe-Boi Marinho, através de uma lei municipal de 2003 (NETO, 2006). Assim, a prefeitura local é responsável, perante a lei, por proteger os sirênios e seus habitats (estuários, rios e mar), além de poder explorar este título para incrementar a atividade turística e articular parcerias com entidades para preservar este mamífero. A imagem do mamífero está tão assimilada pela comunidade que a figura do animal é parte integrante da bandeira oficial do município (Figura 3).



Figura 3 – Bandeira oficial de Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

3.3 Aspectos econômicos

O município de Cajueiro da Praia, no ano 2004, tinha um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$12.501.000,00 para uma população de 6.143 habitantes. O seu PIB *per capita* era de R\$2.035,00, um pouco abaixo do valor para o Estado, que é R\$2.892,00, e menos da metade de Teresina, R\$4.857,00 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA, 2008).

Uma importante atividade econômica do município é a pesca (Fotografia 3). Em 2004, havia 12 empresas envolvidas com a atividade pesqueira em Cajueiro da Praia, ocupando 283 pessoas, das quais 267 eram assalariadas, segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE

(2004 apud PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA, 2008). A pesca oceânica representa 8,27% do PIB municipal, e é escoada, principalmente, para os municípios vizinhos, devido à existência de portos de atracação e equipamentos de recebimento. Assim, esta atividade não abastece de maneira ideal o mercado local. Porém, com base na observação direta no município, nota-se que grande parte dos moradores dos povoados da orla marítima sobrevive mesmo é da pesca artesanal.



Fotografia 3 – Barcos de pesca em Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

Segundo Nascimento e Sassi (2007), 80% dos pescadores de Cajueiro da Praia são donos das suas canoas, o que ajuda a obter maior lucro nesta atividade. O restante não possui canoas e para usá-las paga com parte dos peixes pescados.

Em relação à pesca artesanal, um dos objetivos do PLANAP é organizar o arranjo produtivo local para esta atividade no litoral do Piauí, buscando a exploração sustentável de, no mínimo, seis espécies de valor econômico; implantar três centros educacionais para pescadores, jovens e crianças filhos de pescadores; instalar recifes artificiais e manejo rotativo e duas unidades de beneficiamento do pescado (CODEVASF, 2006). Entretanto, isto não ocorre no município de Cajueiro da Praia.

No município ainda há atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal que contam com duas empresas, porém não estão disponíveis informações sobre número de pessoas ocupadas e salários, segundo a Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia (2008).

A pecuária no município é caracterizada pela criação de vários rebanhos. Em 2007, havia cerca de 1.580 cabeças de gado bovino, dentre as quais 311 eram vacas leiteiras, com

uma produção anual de 153 mil litros de leite. O rebanho de suínos era de 3.198 cabeças; os ovinos, 1.181 cabeças; os caprinos, 2.810; eqüinos, 257; asininos (jumentos), 447; e muares (mulas), 60 (IBGE, 2007). As aves somavam 18.355 cabeças, com uma produção anual de 32 mil dúzias de ovos. Estes animais são, geralmente, criados soltos, sendo constante a sua presença nas vias urbanas da região, tornando-se um problema para o município por causa da poluição e da transmissão de doenças.

Em relação à lavoura permanente, as de destaque são as de castanha de caju e coco-da-baía. A castanha de caju, em 2007, teve uma produção de 38 toneladas, gerando R\$ 27.000,00 para seus produtores, enquanto a lavoura do coco-da-baía (coco da praia), também em 2007, teve uma produção de 99.000 frutos, gerando R\$ 50.000,00. Em relação à lavoura temporária, em 2007, destaca-se a produção do feijão, com 112 toneladas, mandioca, com 5.980 toneladas, e milho, com 314 toneladas (IBGE, 2007).

A população da sede municipal empregada formalmente trabalha, basicamente, no setor público (Prefeitura Municipal). No entanto, a sua renda é complementada com outra atividade, como agricultura ou pesca. No povoado Barra Grande há mais estabelecimentos comerciais, e muitos deles voltados para as atividades turísticas, como as pousadas.

3.4 Aspectos sociais

De acordo com dados do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB), da Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia (ANEXOS 1 – 7), através do cadastro de famílias para o Programa Saúde da Família (PSF), até maio de 2009, a população do município era de 7.047 habitantes, como mostrado pelos dados da Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição da população, por faixa etária e por gênero – Cajueiro da Praia – PI, 2009

Grupo de idade (anos)	Até menos de 1 ano	1- 9	10 - 19	20 - 39	40 - 49	50- 59	60 e mais	TOTAL
Masculino	24	602	765	1.286	315	254	386	3.632
Feminino	21	590	690	1.165	303	269	377	3.415
TOTAL	45	1.192	1.455	2.451	618	523	763	7.047

Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia, 2009.

Conforme observação direta, o município conta com três unidades de saúde: o Posto de Saúde da sede municipal e o Posto de Saúde de Barra Grande, como unidades de gestão pública estadual, e a Unidade de Vigilância Sanitária, cadastrada como unidade de gestão municipal.

No município de Cajueiro da Praia só existe uma escola privada, a Creche da Tia Adalgisa, que funciona como uma Unidade de Ensino Fundamental. Porém, em relação ao Ensino Infantil, a situação do município é precária, pois existe apenas um estabelecimento na sua sede. O Ensino Médio e Fundamental são oferecidos em escolas públicas estaduais e municipais. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação do município, há 16 escolas de Ensino Fundamental, distribuídas nos três principais aglomerados urbanos (sede municipal, Barra Grande e Barrinha) e em 12 pequenos povoados, atendendo a 1.765 estudantes, como mostram os dados da Tabela 2 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA, 2008).

Tabela 2: Distribuição das unidades escolares de Ensino Fundamental por localidade, com número de salas e alunos – Cajueiro da Praia – PI, 2007

LOCALIDADE	Nº SALAS	Nº ALUNOS
Cajueiro (sede municipal)	08	358
Barra Grande	09	460
Barrinha	03	89
Morro Branco	02	60
Outros povoados	23	798
TOTAL	45	1.765

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia (2008, p.71)

Segundo dados do SIAB, em 2009, havia no município de Cajueiro da Praia, 1.774 famílias cadastradas no Sistema. Na sede municipal há 679 famílias, com um total de 2.600 pessoas; o povoado de Barra Grande tem 375 famílias, com 1.553 pessoas; o povoado de Barrinha tem 151 famílias, com 564 pessoas; e o povoado de Morro Branco, 172 famílias, totalizando 667 pessoas.

Na sede municipal (Tabela 3), das famílias cadastradas apenas 37 (5,45%) possuem rede de abastecimento de água, enquanto outras 640 (94,26%) se abastecem através de poços ou nascentes. Com abastecimento de água através da rede pública, no povoado Barra Grande existem 222 famílias abastecidas o que corresponde a 59,20% do total. No povoado Barrinha e no povoado Morro Branco, encontraram-se dados estranhos, pois apenas uma família de

cada povoado possui abastecimento de água, por meio da rede pública, enquanto o restante utiliza-se de poços ou nascentes. Quando questionados sobre este dado, os funcionários do PSF não souberam explicar a veracidade do mesmo.

Tabela 3: Distribuição das residências, na sede municipal e nos povoados da orla marítima, segundo o tipo de abastecimento de água – Cajueiro da Praia – PI, 2009

Povoados	Rede Pública		Poço ou nascente		Outros		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sede Municipal	37	5,45	640	94,26	2	0,29	679	100,00
Barra Grande	222	59,20	151	40,26	2	0,54	375	100,00
Barrinha	1	0,66	149	98,68	1	0,66	151	100,00
Morro Branco	1	0,58	170	98,84	1	0,58	172	100,00
TOTAL	261	18,90	1.110	80,60	6	0,50	1.377	100,00

Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia, 2009.

O acesso à água em rede de distribuição é um forte indicador das condições sanitárias de um local. Em Cajueiro da Praia, conforme demonstram dados da Tabela 3, o povoado Barra Grande se sobressai frente às demais localidades pesquisadas, inclusive sobre a sede municipal, pois já conta com 59,2% das residências ligadas à rede de abastecimento, enquanto na sede municipal este número é de apenas 5,45%. Essa situação pode estar associada às condições de destino turístico, que Barra Grande vem adquirindo nas últimas três décadas.

Ainda conforme dados do SIAB, porém sem referência ao piso e cobertura das casas (Tabela 4), na sede municipal, 40,10% das casas têm paredes de tijolo/adobe, 36,70% de taipa revestida, e 23,12% de taipa não-revestida. Enquanto, no povoado Barra Grande, 46,4% das casas têm paredes de tijolo/adobe, 35,73% de taipa revestida, e 16,80% de taipa não-revestida. No povoado Barrinha, a maioria das casas (52,98%) têm paredes de tijolo/adobe, outras 41,72% são de taipa revestida, e o restante de taipa não revestida. No povoado Morro Branco, 47,09% das residências têm paredes de tijolo/adobe, enquanto 44,77% são de taipa revestida. Deste modo, as residências dos povoados da orla marítima e da sede municipal, são, no geral, 44,00% de tijolo / adobe, 38,00% de taipa revestida, 17,00% taipa não-revestida, conforme Gráfico 1.

Tabela 4: Distribuição das residências na sede municipal e nos povoados da orla marítima, segundo tipo de parede – Cajueiro da Praia – PI, 2009

Tipo de Parede	Tijolo / adobe		Taipa revestida		Taipa não revestida		Outros		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sede municipal	272	40,06	249	36,67	157	23,12	1	0,15	679	100,00
Barra Grande	174	46,40	134	35,73	63	16,80	4	1,06	375	100,00
Barrinha	80	52,98	63	41,72	8	5,30	-	-	151	100,00
Morro Branco	81	47,09	77	44,77	14	8,14	-	-	172	100,00
TOTAL	607	44,00	523	38,00	242	17,00	5	1,21	1.377	100,00

Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia, 2009.

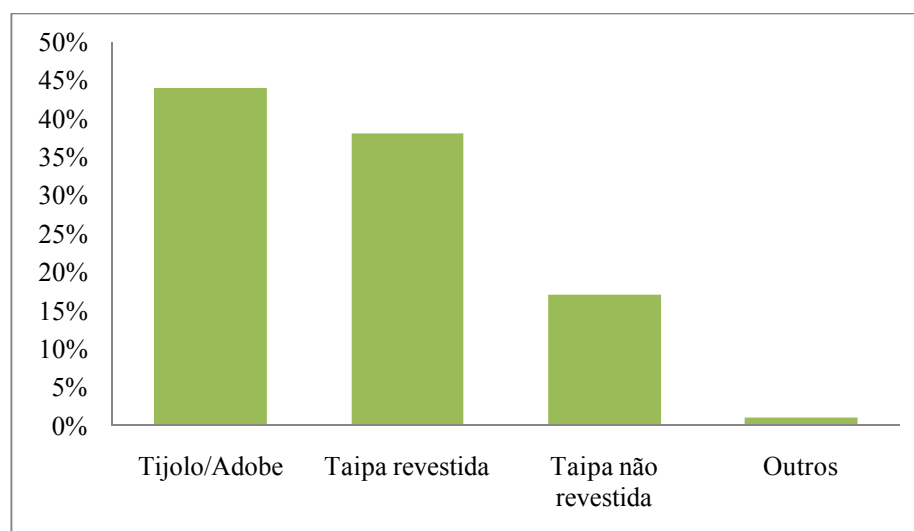


Gráfico 1 – Distribuição percentual das residências, segundo tipo de parede – Cajueiro da Praia – PI, 2009

Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia, 2009.

As paredes do tipo taipa são formadas por uma estrutura de ripas de madeira com uma mistura de barro ou argila, com uma estrutura simples e aparência rústica, podendo também ser rebocadas. Observa-se, ainda, no município de Cajueiro da Praia casas de taipa cobertas com palhas de carnaúba. O recomendado é que para este tipo de cobertura sejam usadas palhas verdes, tratadas com algum tipo de defensivo para proteger contra insetos e fungos. Isso normalmente não acontece em localidades desinformadas, proliferando doenças endêmicas, como a doença de Chagas. Entretanto, Rocha (2002) afirma que esta doença está

ligada à questões de sub-moradia, a construções mal executadas e às más condições de assepsia destas habitações, e não diretamente à construção de taipa, em si.

Já as casas de adobe são caracterizadas pelo uso de tijolos de barro secos ao sol, que são uma alternativa aos tijolos cerâmicos convencionais. Segundo Alexandria (2006, p. 31), o “adobe é um termo espanhol que deriva do árabe *attob* e de *thobe* em egípcio, e significa tijolo seco ao sol”.

Assim, essas construções utilizam materiais ecológicos, como a terra e a palha, encontrados na própria região, caracterizando, desta forma, construções sustentáveis, pois consomem o mínimo de energia na sua fabricação e produzem poucos resíduos. Porém, estes tipos de construções caíram em desuso devido a fraca resistência mecânica e à água, dos seus componentes, e a impossibilidade de construções de grandes alturas, conforme Pinto (2003 apud ALEXANDRIA, 2006).

Em relação ao destino dado ao lixo, em 2009, na sede municipal, 53,5% das famílias queimam ou enterram o lixo, e outros 11,05% o despejam a céu aberto, o que atrai animais e polui o meio ambiente. No povoado Barra Grande, 24,26% das famílias realizam esta prática, enquanto 30,6% queimam ou enterram, e o restante (45,06%) são beneficiadas pelo sistema de coleta pública. Esta coleta é feita em 56,29% das casas do povoado de Barrinha e em 54,07% em Morro Branco (Tabela 5). Na sede municipal e nos povoados da orla marítima, apenas 587 famílias têm o seu lixo recolhido pelo sistema de coleta pública, ou seja, 43%, enquanto o restante das famílias queima / enterra ou jogam o lixo a céu aberto (Gráfico 2).

Tabela 5: Distribuição das residências na sede municipal e nos povoados da orla marítima, segundo destino dado ao lixo – Cajueiro da Praia – PI, 2009

Destino do lixo Localidades	Coleta pública		Queimado/ enterrado		Céu aberto		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sede municipal	240	35,40	364	53,50	75	11,10	679	100,00
Barra Grande	169	45,06	115	30,60	91	24,26	375	100,00
Barrinha	85	56,29	55	36,42	11	7,28	151	100,00
Morro Branco	93	54,07	78	45,35	1	0,58	172	100,00
TOTAL	587	43,00	612	44,00	178	13,00	1.377	100,00

Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia, 2009.

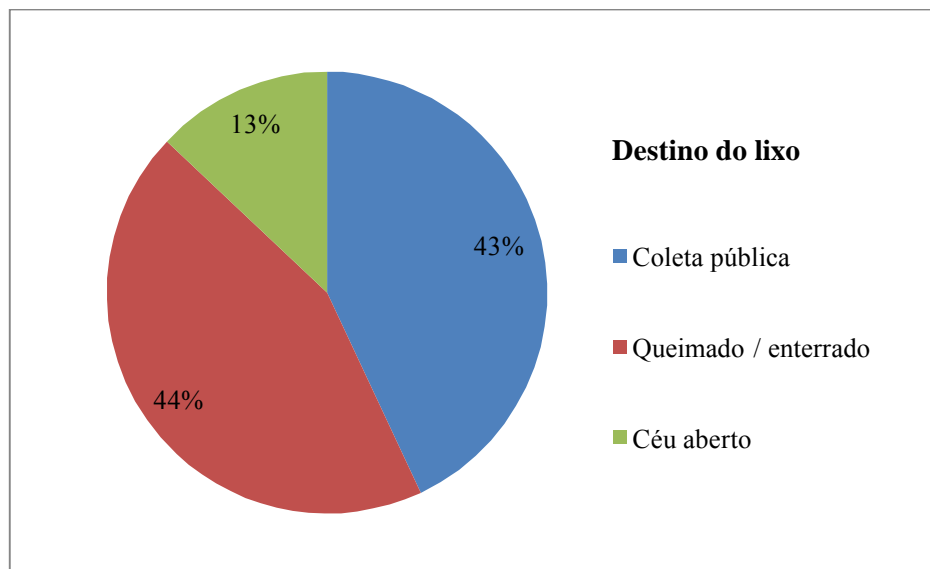


Gráfico 2 – Distribuição percentual das residências, segundo destino dado ao lixo – Cajueiro da Praia, 2009

Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia, 2009.

Estes dados indicam que o serviço de coleta de lixo do município de Cajueiro da Praia, é ineficiente. A coleta do lixo é realizada três vezes por semana, com a utilização de três carroças e um caminhão de carroceria aberta, segundo dados do Plano Diretor do município (PREFEITURA DE CAJUEIRO DA PRAIA, 2008). Apesar da periodicidade, o destino final do lixo é o descarte a céu aberto, sem qualquer seleção, tratamento ou isolamento dos lixões, propiciando a presença constante de animais nas ruas e nas estradas de acesso ao município. Esse lixo também está sujeito a queimadas, a ser carregado por águas pluviais, a se espalhar com ajuda dos ventos, levando ao mau cheiro e à poluição do meio ambiente.

Além disso, como uma boa parte dos moradores queima ou enterra o lixo, vários outros problemas ambientais são ocasionados. A queima do lixo provoca a liberação de gases tóxicos, poluindo o ar, e o enterro também não é uma boa solução para o problema, pois os materiais que o compõem poluem o solo e as águas, e podem demorar anos, até séculos, para se decompor. Assim, o lixo no município de Cajueiro da Praia, além de causar problemas ambientais, deixa as vias públicas com um aspecto nada agradável visualmente.

Em relação à energia elétrica, nos aglomerados urbanos do município, segundo a Prefeitura de Cajueiro da Praia (2008), a distribuição é feita a partir de uma única rede de alta tensão, com exceção no povoado Barra Grande que conta com duas derivações em alta. A partir destas redes é feita a distribuição em baixa tensão para toda a área da malha urbana. Conforme observação direta percebeu-se que essa distribuição não é regular, comprometendo

a qualidade da energia que chega ao município. Assim, é constante a queda de tensão e até a mesmo a falta de energia.

Sobre a telefonia fixa domiciliar, só está disponível na sede municipal e no povoado Barra Grande. Telefones públicos são encontrados somente nessas duas localidades. Em relação à telefonia móvel, o sinal é acessível apenas na sede municipal e no povoado Barra Grande, por duas operadoras, com grande limitação na qualidade das chamadas, uma vez que o sinal é recebido de antenas instaladas nos municípios vizinhos. No entanto, este problema em breve será minimizado tendo em vista que novas torres de transmissão de sinal estão em fase de construção na sede municipal, conforme observação de campo.

Cajueiro da Praia conta com um sistema de transporte escolar oferecido pela Prefeitura Municipal. As suas escolas, no geral, encontram-se em boas condições no que diz respeito a revestimento, pintura, cobertura, ventiladores, cantinas, instalações elétricas, iluminação, sanitários e áreas de esporte. Entretanto, só existem duas bibliotecas no município, uma em uma unidade escolar da sede municipal e outra no povoado Barra Grande, funcionando no prédio da Associação de Moradores do Balneário de Barra Grande, utilizando acervo público (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA, 2008).

Com referência ao lazer, as localidades pesquisadas dispõem de poucas opções, como três praças e três casas de shows privadas. O curioso é que a população local não tem a cultura de utilizar a “praia como lazer”, apesar de comumente as praias serem consideradas como uma opção de entretenimento.

Cajueiro da Praia não conta com programa de incentivo ao esporte, tanto que a estrutura física para a prática esportiva é muito restrita. Só existem três campos de futebol na sede municipal e um em Barra Grande, e em algumas escolas, há quadras esportivas. Em Barra Grande existe uma quadra poliesportiva bem estruturada, e outra, recém inaugurada na sede municipal. Entretanto, algumas atividades desportivas são organizadas pelos responsáveis pelo Projeto Peixe-Boi, em eventos comemorativos alusivos ao aniversário do município, tais como: regata de canoas, corrida de jumentos e de bicicletas.

Quanto à segurança da população, segundo observação direta no município, não há instalação ou efetivo permanente da Polícia Militar do Piauí. A Polícia Civil é representada apenas por um Posto Policial localizado na sede municipal, que funciona também como instituto de identificação, porém, não é equipado e conta com apenas uma cela e um efetivo de quatro policiais civis.

Referindo-se a transporte público, o realizado em Cajueiro da Praia tem como principal característica a informalidade. Devido às pequenas dimensões da malha urbana dos

três principais aglomerados urbanos (ANEXOS 8 a 13), é inviável a adoção de transporte coletivo interno em cada um deles. Em função da proximidade entre essas localidades (sede municipal a Barrinha: 5 km; sede municipal a Barra Grande: 8 km), o transporte é geralmente feito por moto-taxistas, de bicicleta ou a pé. Já o transporte intermunicipal entre Cajueiro da Praia e Parnaíba é feito por uma linha regular, diária, de ônibus e vans.

Assim, nesta seção abordaram-se as características principais do município de Cajueiro da Praia. Percebeu-se que o município tem características ambientais marcantes, com boa diversidade animal e de vegetação. Merece destaque a ocorrência do peixe-boi marinho e de mangues e o fato do município fazer parte de uma das Unidades de Conservação do Estado, a APA do Delta do Parnaíba.

Em relação a aspectos sociais, notou-se que grande parte da população do município é jovem, com idade entre 20 a 39 anos. A população de Cajueiro da Praia ainda é carente em alguns serviços urbanos, como posto de combustível, farmácia, hospital, posto dos Correios e bancos. Necessita, também, de melhorias nos sistemas de abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo e telefonia fixa e móvel.

No que se refere aos aspectos econômicos, percebeu-se que o município é dependente da pesca, que é a principal atividade econômica local. Porém, com o desenvolvimento do turismo em Cajueiro da Praia, podem surgir novas alternativas de emprego e renda para os moradores, com a abertura de novos empreendimentos. As possibilidades e limitações para esse desenvolvimento serão discutidas na próxima seção.

4 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI

O município de Cajueiro da Praia é o último município do litoral piauiense, do lado leste, na divisa com o Estado do Ceará. Assim como em todo o Piauí, o turismo no município é uma atividade ainda incipiente, e somente agora estão sendo iniciadas as discussões sobre o desenvolvimento do turismo de uma maneira planejada e sustentável, pois até então, ocorria de maneira espontânea.

Este planejamento, para ser rentável para os agentes envolvidos, como explicado na Seção 2, deve fazer parte das estratégias do desenvolvimento sustentável de uma região, estado ou nação com o envolvimento dos moradores, do governo, das agências de turismo, etc., e sempre levando em consideração a proteção do meio ambiente.

O turismo com base na sustentabilidade passou a se destacar não mais como uma simples prática de lazer, mas também como uma alternativa de melhoria de qualidade de vida às comunidades receptoras. De acordo com o *United Nations Environment Programme* (UNEP), ou seja, para o PNUMA (2005 apud IRVING et al., 2005), o turismo sustentável não significa uma forma especial de turismo. Deste modo, todas as modalidades de turismo devem ter práticas sustentáveis.

O desenvolvimento do turismo de maneira sustentável leva ao desenvolvimento local do destino turístico. Para Buarque (2002, p. 25), o desenvolvimento local pode ser definido como

um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Este processo endógeno significa um desenvolvimento interno, porém, o mesmo não pode estar limitado ao aspecto econômico, mas também ao social, cultural, ambiental e político. Cada município deve buscar espaços de competitividade conforme as suas possibilidades e potencialidades, apropriando-se da diversidade e da valorização local como

diferencial competitivo, e procurando estimular setores, antes não-competitivos, mas que possuem grande força para se desenvolver seja a médio ou longo prazos.

Deste modo, segundo Buarque (2002, p. 30), o “desenvolvimento local depende da capacidade de os atores e a sociedade local se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades”. No município de Cajueiro da Praia, esta mobilização pode ser vista por meio das associações existentes, como associação de moradores, de marisqueiras, de condutores de visitantes e colônia de pescadores.

Entretanto, é preciso que o planejamento em nível local esteja ligado, também, aos níveis regional e nacional, pois como afirma Shiki (2007, p. 60), “o local, por si só, não tem todos os elementos necessários para o seu desenvolvimento, sejam eles políticos, no que tange à cidadania e democracia, ou econômicos”.

O município de Cajueiro da Praia vem buscando encontrar o seu espaço de competitividade no mercado turístico, e possui algumas características que lhe favorecem, como a sua localização. Está situado a 72 km da cidade de Parnaíba, o portal de entrada para um dos principais atrativos turísticos do Piauí, o Delta do Rio Parnaíba. Está próximo, também, de outros dois destinos turísticos importantes, como Jericoacoara, no Ceará, e Lençóis Maranhenses, no Maranhão.

Deste modo, o município está no centro de um grande Roteiro Integrado de Turismo denominado de “Rota das Emoções”, que engloba os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão tendo como atrativos principais: Delta do Rio Parnaíba, Jericoacoara e Lençóis Maranhenses, respectivamente. O Roteiro “Rota das Emoções” liga o planejamento turístico local ao regional, beneficiando os municípios que o compõem, por meio de uma melhor comercialização dos destinos, levando ao aumento do fluxo turístico e a ampliação do tempo de permanência de turistas nas regiões, o que gera aumento de gastos no local, movimentando a economia destas localidades.

Porém, não é apenas pela sua localização que Cajueiro da Praia se destaca entre os destinos desse Roteiro. A beleza e o diferencial de seus atrativos turísticos chamam atenção de seus visitantes e moradores. No município há praias tranquilas, lagoas, passeios ecológicos, eventos esportivos, um Centro de Visitação do Projeto Peixe-Boi Marinho, atividades de turismo de aventura e ventos com velocidade compatível para a prática de esportes aquáticos, como o *kitesurf*.

4.1 Atrativos e potenciais turísticos naturais

Atrativos naturais são quaisquer elementos naturais capazes de provocar interesse de visitantes, como por exemplo, praias e lagoas. Serão descritos nesta seção os principais atrativos naturais do município de Cajueiro da Praia:

- Praia do Cajueiro: praia limpa e tranqüila, situada na sede municipal, cercada de coqueiros, mas sem estrutura para receber visitantes, havendo apenas uma barraca na beira da praia, que não funciona regularmente (Fotografia 4);



Fotografia 4 – Praia do Cajueiro – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

- Praia da Itam: praia deserta onde está situada a torre de observação do Projeto Peixe-Boi Marinho, na sede municipal (Fotografia 5). Não possui nem uma estrutura física na sua orla e nem utilização para fins turísticos;



Fotografia 5 – Praia da Itam – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

- Lagoa dos Pemas: localizada na sede municipal, entretanto sem estrutura receptiva e de acesso e nem utilização turística (Fotografia 6). Poderia ser utilizada para a prática de esportes aquáticos, como o *kitesurf* e o *windsurf*, atraindo visitantes para a localidade;



Fotografia 6 – Lagoa dos Pemas – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

- Praia do Morro Branco: localizada no povoado Morro Branco, é uma das praias mais tranquilas do município, porém, não é explorada pela atividade turística (Fotografia 7). Há, somente, algumas casas de veraneio na sua orla;



Fotografia 7 – Praia do Morro Branco – Povoado Morro Branco, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

- Praia da Barrinha: praia deserta, localizada no povoado Barrinha, sem estrutura receptiva e nem utilização turística (Fotografia 8);



Fotografia 8 – Praia da Barrinha – Povoado Barrinha, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

- Praia Sardim: localizada no povoado Morro Branco, chama atenção pela presença de um cemitério construído à beira-mar, que poderia ser um atrativo turístico, atraindo turistas para o povoado (Fotografia 9);



Fotografia 9 – Praia Sardim – Povoado Morro Branco,
Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, set./1007

- Lagoa do Santana: com águas claras, porém sem utilização para fins esportivos e turísticos (Fotografia 10);



Fotografia 10 – Lagoa do Santana – Povoado Barrinha,
Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, set./1007

- Praia da Barra Grande: a praia mais movimentada do município e a mais importante para o turismo local. Tem bares e restaurantes bem estruturados, além de pousadas (Fotografia 11). É a única praia que é efetivamente um atrativo turístico, pois atrai visitantes.



Fotografia 11 – Praia da Barra Grande – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, fev./2009

Assim, percebe-se que no município de Cajueiro da Praia há muitos potenciais turísticos naturais, com bom estado de conservação, que poderiam ser explorados pelo turismo, com o desenvolvimento de atividades como: pesca esportiva e prática de esportes aquáticos nas Lagoas dos Pemas e do Santana; prática do turismo de “sol e mar” nas praias da Barrinha, Cajueiro, Itam, Morro Branco e Sardim. O único destes atrativos que, efetivamente, tem exploração turística é a praia da Barra Grande, que é o principal atrativo turístico do município e uma das referências no litoral piauiense.

4.2 Atrativos culturais

Dias (2005) explica que o turismo cultural é uma das modalidades de turismo que tem uma diversidade de conteúdos que podem ser explorados, como o patrimônio histórico, arqueológico e religioso, a gastronomia e os eventos programados. Eles podem se relacionar a outras atividades, como turismo rural, de aventura e de pesca esportiva. Em Cajueiro da Praia existem vários atrativos de cunho cultural. Há algumas igrejas, como a Igreja Católica

Coração de Jesus, na sede municipal, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, no povoado Barra Grande, e as Igrejas São José e do Evangelho da Graça, no povoado Barrinha.

Conforme pesquisa de campo, durante o mês de aniversário do município, em dezembro, são realizados muitos eventos esportivos que já fazem parte da agenda cultural da cidade tais como corridas ciclísticas e de jegues e regata de canoas a vela. Essas atividades são organizadas pelos integrantes da base do Projeto Peixe-Boi Marinho, com apoio da prefeitura local e patrocínio de estabelecimentos comerciais. Esses eventos, além de integrarem a comunidade do município ao Projeto incentivam a proteção do mamífero. A iniciativa já teve resultados positivos, pois não há registro de ataque ou maus tratos aos animais por parte dos moradores locais.

Em 2008, esses eventos, segundo os organizadores, tiveram uma média de 3 mil espectadores. A oitava edição do Ciclismo do Peixe-Boi Marinho (Fotografia 12) contou com a participação de 42 inscritos, entre homens e mulheres e, como prêmios houve a distribuição de bicicletas, eletrodomésticos e dinheiro para os primeiros colocados.



Fotografia 12 – VIII Ciclismo do Peixe-Boi Marinho – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Castro (2008)

Neste mesmo ano aconteceu a IV Corrida de Jegues na Praia do Cajueiro com a participação de cinco competidores (Fotografia 13). Os jegues são constantemente vistos nas ruas do município e, esta atividade ressalta a importância deste animal para a vida da comunidade local e do nordestino em geral.



Fotografia 13 – IV Corrida de Jegues – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Castro (2008)

O evento esportivo que chama mais atenção é a Regata do Peixe-Boi Marinho (Fotografia 14). Em 2008, foi realizada a sua sétima edição onde participaram 26 canoas, com dois tripulantes em cada, percorrendo cerca de quatro milhas náuticas (aproximadamente seis quilômetros) com saída e chegada na Praia do Cajueiro, com premiações em dinheiro e eletrodomésticos.



Fotografia 14 – IV Regata de Canoas do Peixe-boi Marinho – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Castro (2008)

De acordo com observação em campo, em 2009, durante o feriado de carnaval, ocorreu no povoado Barra Grande, o Barrajazz, o primeiro festival internacional de jazz e

blues do litoral piauiense. Reuniu artistas importantes no cenário musical, como o guitarrista americano James Wheeler e os músicos brasileiros Rodrigo Eisinger, Teco Gaspar e Carlos Malta, e os piauienses Teófilo Lima e Caro Watson Band. O festival, além de oferecer ao turista uma alternativa cultural diferente, também objetivava promover a integração com a comunidade local, ao incluir na programação o desfile do tradicional bloco carnavalesco dos pescadores do povoado e oficinas de música destinadas especialmente às crianças da região.

A idéia de realização do festival visando oferecer mais um atrativo aos turistas que ocupavam 100% das UH durante o carnaval é interessante. Entretanto, a maioria dos frequentadores do povoado Barra Grande (58,3% dos entrevistados), como mostrou a pesquisa direta realizada no período, buscava tranquilidade e descanso. Assim, a poluição sonora dos shows noturnos foi apontada como ponto negativo para 25% dos turistas pesquisados, já que a tenda de shows localizava-se dentro de uma das pousadas situada na rua principal do povoado (Fotografia 15). Assim, a proposta do evento entrou em choque com o principal interesse dos visitantes ao povoado, o sossego.



Fotografia 15 – Tenda de shows do Barrajazz na Pousada Ventos Nativos – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, fev./2009

Em julho do mesmo ano, ainda conforme observação em campo, foi realizado outro evento musical, o IV Festival de *Reggae Roots* da Barra Grande, no mesmo local do anterior, reunindo vários Dj e bandas locais e regionais, atraindo vários turistas para o povoado em busca de diversão, mas provocando o mesmo problema do Barrajazz, a poluição sonora.

Deste modo, seria interessante que o Festival Barrajazz e o IV Festival de *Reggae Roots* da Barra Grande fossem realizados em períodos considerados de baixa estação como

alternativas para a sazonalidade local. Em edições futuras, caso repitam-se nos mesmos períodos, uma alternativa é mudar o local onde os eventos serão realizados para mais distante das pousadas, diminuindo, desta forma, a poluição sonora.

Apesar do inconveniente apontado, a promoção de eventos é uma alternativa de lazer e de renda para muitas pessoas. É uma estratégia para o desenvolvimento local, que afeta praticamente toda a comunidade, proporcionando mudanças nos campos social, cultural, econômico e ambiental. Os eventos contribuem para a promoção da cultura local, regional e nacional, e contribuem para revitalizar espaços, dinamizar mercados turísticos, formar novos consumidores e atrair novos investimentos.

4.3 Atividades de turismo de aventura como atrativo turístico

Atualmente, a segmentação da atividade turística é uma estratégia fundamental para ações de marketing de destinos turísticos. Segmentar o turismo significa separar a demanda em grupos mais homogêneos possíveis, para que o destino atraia o público-alvo para o qual tem potencial para receber. Assim, o turismo de aventura é outra modalidade de turismo que vem crescendo no Brasil. De acordo MTur (BRASIL, 2008b, p. 15), “o turismo de aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”. Envolve desafios e riscos controlados e conhecidos, podendo ser praticado tanto em ambientes naturais como urbanos e por pessoas leigas no assunto, desde que não tenha finalidade competitiva. Diferencia-se do turismo de esportes, pelo fato de este ser praticado por esportistas profissionais, com propósito de competir.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2007, p. 1) elaborou uma definição de atividades de turismo de aventura como sendo aquelas

oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos. NOTAS: 1. “Riscos assumidos” significa que ambas as partes têm uma noção dos riscos envolvidos. 2. As atividades de turismo de aventura podem ser conduzidas em ambientes naturais, rurais ou urbanos. 3. As atividades de aventura freqüentemente têm como uma das suas origens os esportes na natureza.

Por ser uma atividade que envolve riscos, é fundamental a qualificação dos instrutores e condutores das atividades de turismo de aventura. Os riscos assumidos por ambos os lados implicam na troca de informações sobre as atividades e na utilização de instrumentos formais para registro de concordância dos praticantes e dos instrutores.

Em relação à segurança no turismo de aventura, Abreu e Timo (2005, p. 51) diferenciam perigo, risco e acidente:

Perigo: fonte ou situação com potencial para provocar danos em termos de lesão, doença, dano à propriedade, dano ao meio ambiente, ao local de trabalho, ou uma combinação destes.

Risco: combinação da probabilidade de ocorrência e da (s) consequência (s) de um determinado evento perigoso.

Acidente: evento não planejado que resulta em morte, doença, lesão, dano ou outra perda.

A Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA, 2008) é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 2003, que tem como objetivo “promover o profissionalismo e as melhores práticas de segurança e qualidade entre os associados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do turismo de aventura no Brasil”. De acordo com esta associação, não há dados precisos sobre quando e como o turismo de aventura surgiu no Brasil, uma vez que ele surgiu em diferentes lugares, com diferentes formas e nomenclaturas variadas. Estima-se que os primeiros prestadores de serviços em turismo de aventura começaram a operar em 1975. Os seus precursores têm traços em comum significativos: a ligação com a natureza e o gosto por desenvolver atividades a ela relacionadas, além de espírito empreendedor e inovador. Nasceu de indivíduos que tinham contato com a natureza, mas também de pessoas que habitavam espaços urbanos e eram levadas a buscar ambientes naturais para extravasar, relaxar, praticar esportes etc.

Bruhns (2009, p. 74) tem um pensamento semelhante, ao afirmar que

a união das atividades na natureza com a viagem vem potencializar o aspecto da aventura, uma vez que a viagem é encarada como algo que ajuda a descentralizar as categorias habituais, sendo uma forma de jogar com a desordem cultural, com a mobilidade na vida contemporânea.

O *boom* do setor aconteceu na década de 1990, após o governo Collor, impulsionado pelo movimento ambientalista e pela Rio-92. Surgiram muitas empresas especializadas na atividade de aventura, e aumentou a clientela, cada vez mais diversificada. Por volta de 1995,

acidentes relacionados ao turismo de aventura se tornaram mais frequentes, o que provocou o início das discussões sobre os riscos da atividade (ABETA, 2008).

Entretanto, somente em 2005, foi publicada, pela ABNT, a primeira Norma Técnica de certificação das atividades de turismo de aventura. Hoje existem 16 normas objetivando prevenir acidentes e tornar o Brasil competitivo no que tange ao turismo de aventura. Estas normas são importantes, pois os turistas, muitas vezes, não têm conhecimento real dos riscos e acabam praticando atividades em condições inadequadas no que se refere à qualificação dos instrutores e à qualidade dos equipamentos. Para Oliveira (2008, p. 7)

Não se devem limitar os controles de segurança às atividades em si e às pessoas envolvidas, mas também aos materiais utilizados, às técnicas adotadas, aos níveis de qualificação de pessoal, à adequação dos locais, às possibilidades de resgate e salvamento. São muitos os ingredientes necessários para que se obtenha uma margem de segurança aceitável, mas que muitos descartam devido ao seu custo, raramente visto como investimento.

As atividades de turismo de aventura variam de acordo com o ambiente em que são operadas, com os equipamentos utilizados, com as habilidades e técnicas exigidas e com os riscos que podem envolver. Farah (2005, p. 29) classificou as modalidades de turismo de aventura oferecidas no Brasil, de acordo com três elementos da natureza:

- terra: arvorismo, *bungee jumping*, cicloturismo, caminhada, cavalgada, *canyoning*, escalada, espeleoturismo, fora de estrada, *motocross*, *rapel*, tirolesa;
- água: *boiacross*, canoagem, *duck*, *kite surf*, mergulho, *parasail*, *rafting*, surfe;
- ar: asa-delta, balonismo, parapente, pára-quedismo, ultraleve.

Em classificação semelhante, o MTur (BRASIL, 2008b) também agrupou as práticas de aventura, utilizando os mesmos elementos, com base em normas reconhecidas internacionalmente. Esse agrupamento levou em conta que algumas podem envolver mais de um desses elementos e ocorrer em ambientes diversos fechados, ao ar livre, em espaços naturais ou construídos. A classificação do MTur ficou, assim, definida:

- terra: arvorismo; ciclismo; espeleoturismo; cavalgadas; atividades fora-de-estrada com bugues ou veículos 4x4; *bungue jump*; cachoeirismo; canionismo; caminhadas e caminhadas de longo curso; escalada; observação da vida selvagem; montanhismo; *rapel*; tirolesa;

- água: *bóia-cross*; canoagem (percurso aquaviário utilizando canoas, caiaques e remos); flutuação; *kitesurf*; *windsurf*; mergulho; *rafting*;

- ar: vôo livre; balonismo; pára-quedismo;

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil identificou o potencial turístico do país no segmento de aventura. De acordo com este documento, 49 dos 87 roteiros nacionais oferecem atividades relacionadas ao turismo de aventura. Desses, o MTur definiu 15 destinos como prioritários, além de identificar as 23 atividades mais praticadas no País (ABETA, 2008).

As atividades de turismo de aventura são uma alternativa para o chamado “sol e praia”, que segundo Dias (2007) começou a surgir no final da década de 1980. Este tipo alternativo de turismo é o resultado de mudanças de valores e hábitos, decorrente do crescimento do movimento ambientalista que influenciou os turistas, que passaram a buscar a melhoria da qualidade de vida, procurando ambientes em contato com a natureza. Para Magalhães (2002, p. 28),

o turismo alternativo foi desenvolvido na Europa com o intuito de satisfazer as necessidades de uma clientela com aspirações e motivações, decorrentes de uma nova realidade contemporânea, bem como de tentar atender às exigências do meio ambiente. Talvez isso tenha sido, além de uma estratégia de expansão capitalista (em vista da saturação do turismo tradicional), como resultado da emergência das questões ambientais que vêm ocupando gradativamente o centro do cenário político internacional.

O turismo alternativo é caracterizado por todas as modalidades de turismo que têm no espaço natural o seu principal objeto de consumo, como o turismo rural, ecoturismo, turismo comunitário, espeleoturismo, entre outros, e pretende minimizar ao máximo os efeitos negativos da atividade turística convencional.

Neste contexto, o município de Cajueiro da Praia tem grande potencial para desenvolver um turismo alternativo, com várias atividades de aventura, como a prática de esportes aquáticos, caminhadas ecológicas, canoagem e observação da vida animal.

4.3.1 *Kitesurf*

O *kitesurf* é um esporte aquático, ainda sem certificação da ABNT, que tem como princípio básico “voar sobre a água” puxado por uma pipa movida pela força dos ventos, e com uma prancha presa aos pés. O esporte mistura manobras de *surf*, *windsurf* e *wakeboard*.

O seu praticante pode deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar vôos, numa velocidade de até 60 km/h. A pipa é feita do mesmo material utilizado na fabricação de uma asa-delta. A prancha pode ser fabricada por um material especial para o esporte, como também pode ser confeccionada pelo mesmo material de uma prancha de *surf*.

Conforme a ABETA (2008), o *kitesurf*, como é praticado hoje, foi criado na França entre 1993 e 1994. Em 1996, o esporte chegou ao Brasil, com manobras feitas por Paulino Ferrari, no Rio de Janeiro. Em 1999, aconteceu o I Campeonato Mundial de *Kitesurf*, em Leucate, na França, além do *King of the Air*, na Ilha de Maui, no Havaí. O primeiro grande evento internacional de *kitesurf* a ser realizado no Brasil aconteceu no ano 2000, o I Campeonato Mundial da *Kite Pro World Tour* (KPWT), na praia da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, foi criada a Associação Brasileira de *Kitesurf* (ABK), e em 2001, criou-se a *International Kiteboarding Organization* (IKO), que é a organização internacional do esporte.

Há no Brasil cerca de 120 locais para a prática do *kitesurf*, e aproximadamente 90 organizações que oferecem serviços ligados ao esporte no país, segundo dados da ABETA (2008). Porém, no Piauí só há uma escola e um atleta cadastrados na ABK, ambos no povoado Barra Grande.

O Piauí, mais precisamente a praia do Coqueiro, em Luís Correia, devido às boas condições climáticas, começa a receber eventos de caráter nacional e internacional de *kitesurf*, como o *Kite-Xtreme* Brasil, realizado em 2007, evento da 1ª divisão do circuito mundial de *kitesurf* e a única prova internacional de *kitesurf* no Brasil reconhecida e chancelada pela ABK (UOL, 2009). Em 2008, foi realizado o Circuito Brasileiro de *Kitesurf* e 3º Piauí *Kitesurf*, no mesmo local, com a participação de vários atletas de todo o país.

Em outros locais do Estado o *kitesurf* é também praticado, mas geralmente sem fins competitivos. No município de Cajueiro da Praia, por exemplo, o *kitesurf* é praticado nas praias do povoado Barra Grande porém nesse caso eventos de caráter competitivos já ocorreram como uma das etapas do 4º Piauí *Kitesurf* (Fotografia 16).



Fotografia 16 – Prática do *kitesurf* – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, abr./2009

As condições de intensidade e velocidade dos ventos verificadas em Cajueiro da Praia são atrativos para turistas praticantes desse esporte que buscam além de condições ambientais favoráveis uma boa estrutura para consertos, reparos e locais para guarda dos equipamentos. Esta estrutura de apoio à atividade do *kitesurf* está presente em quatro pousadas de Barra Grande, cujos proprietários também são praticantes do esporte, dois deles estrangeiros.

Porém, segundo a ABETA (2008), no Brasil “há baixo grau de profissionalização, conhecimentos técnicos precários e mão-de-obra despreparada, o que tem elevado o número de acidentes” durante práticas de *kitesurf*. A ABK (2009) sugere alguns padrões para o funcionamento de uma escola de *kitesurf* no Brasil:

- A escola deve disponibilizar e obrigar seus alunos a utilizarem equipamentos de segurança tais como: capacetes, colete flutuador e sistemas de desengate rápido em perfeito estado em todas as barras de controle da escola.
- O local de aula deve ser seguro e livre de obstáculos que possam colocar em risco a integridade dos alunos.
- Ter a disposição equipamentos adequados para todas as condições de vento do local.
- Fazer os alunos compreenderem e estarem cientes dos procedimentos de emergência.
- Ter um máximo de 2 alunos por professor nas aulas na areia e 1 professor por aluno nas aulas na água.
- Ter certeza que todos os alunos leram, compreenderam e assinaram um documento no qual assumem a responsabilidade por acidentes e danos materiais e ficam cientes dos riscos do esporte.
- Ter visível a previsão do tempo para o dia e realçando qualquer possibilidade de tempestade ou condições perigosas prevista pela meteorologia.

- Ter visível o telefone dos salva vidas, bombeiros, hospital mais próximo e ter um procedimento para levar vítimas rapidamente ao socorro adequado.
- De acordo com as necessidades do local, possuir um barco (equipado com salva vidas, faca e ancora) para resgate de acidentados, com piloto habilitado e experiente. OBS.: Caso uma escola/professor não possua seu próprio barco de resgate é fundamental que os salva vidas, ou uma associação de praticantes ou corpo de bombeiros tenham treinamento para lidar com kitesurfistas em necessidades.
- Os professores devem ser credenciados pela IKO e devem ter seus certificados válidos e visíveis.
- No caso do professor não ser credenciado recomendamos checar se possuem longa e comprovada experiência no kitesurf e ainda no ensino de outros esportes aquáticos.
- Os professores devem ter um curso de primeiros socorros e a escola deve possuir um kit de primeiros socorros.

De acordo com estes padrões, há a necessidade do conhecimento de primeiros-socorros por parte dos professores, bem como de uma estrutura de Corpo de Bombeiros, para possíveis resgates e salvamentos, e/ou hospital bem equipado para atender os acidentados. Deste modo, percebe-se que há uma limitação para o desenvolvimento da atividade em Cajueiro da Praia, pois o município não tem Corpo de Bombeiros, barco a motor e nem um hospital de urgência. Assim, se houver qualquer acidente, o acidentado deverá ser levado ao município de Parnaíba, a 72km, onde há hospital com condições de prestar atendimento.

Apesar dos problemas apontados o *kitesurf* é o esporte mais praticado em Cajueiro da Praia pelos visitantes. Porém, o *windsurf* também pode ser praticado, pois necessita das mesmas condições que o primeiro: ventos. O *windsurf* é um esporte olímpico, caracterizado pela utilização de uma prancha e uma vela, ao contrário do *kitesurf* que utiliza uma pipa. Por ser um esporte praticado tanto no mar, como em lagos e lagoas poderá tornar-se um outro atrativo tendo em vista a existência no município de lagoas como a dos Pemas e Santana. Porém, os riscos para a prática dessa atividade são os mesmos do *kitesurf*, podendo ser também uma limitação para o desenvolvimento desse esporte no município.

4.3.2 Caminhadas e canoagem

A caminhada, de acordo com a ABETA (2008), é a realização de passeios e percursos a pé, realizados em ambientes naturais com pouca infra-estrutura de apoio, com diferentes graus de dificuldade, cujo objetivo pode ser de superação de limites ou de contemplação. As caminhadas são chamadas de *hiking* (curtas) e *trekking* (longas). Ainda de acordo com a Associação,

a caminhada, como atividade de aventura, pode ser dividida em dois grandes grupos: a caminhada e a caminhada de longo curso. A primeira pode durar desde uma hora até um dia inteiro, mas o praticante retornará ao seu local de origem, para ali pernoitar. Na caminhada de longo curso, muito conhecida como travessia, o praticante pernoitará em locais ao longo da trilha, porque o trecho percorrido excede o limite de um dia de viagem. O pernoite pode acontecer em situações diversas como acampamentos, pousadas, fazendas e bivaques entre outros (ABETA, 2008, p. 81).

A canoagem é outra atividade de aventura, praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rio, lago, águas calmas ou agitadas. A canoa pode ser aberta ou fechada com remo de uma só pá, podendo o praticante estar sentado ou ajoelhado, enquanto o caiaque é uma embarcação fechada que utiliza remo de duas pás; o praticante permanece sentado na cabine (ABETA, 2008).

No Brasil, a canoagem surgiu como prática esportiva de maneira informal, em 1943, segundo a Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa, 2009), através de um imigrante alemão nascido em 1915, o Sr. José Wingen. Em 1989, foi criada a Confederação, que regulamenta a atividade, juntamente com as federações estaduais. Ainda não existem Normas Técnicas para a prática da canoagem. Além das regras estipuladas pela CBCa, existem regras internacionais elaboradas pela Federação Internacional de Canoagem (FIC).

As atividades de caminhadas e de canoagem como turismo de aventura devem ser organizadas por empresas especializadas, com a orientação de guias de turismo (profissão regulamentada) ou condutores de visitantes. Conforme Souza e Corrêa (2000, p. 75), o guia de turismo é um “profissional apto a prestar informações sobre o local visitado e assessorar o turista quando necessário”, enquanto os condutores de visitantes são “moradores de um lugar que, mesmo não tendo formação específica, são profundos conhecedores da área em que vivem e por isso acompanham turistas, prestando-lhes informações preciosas e precisas”.

As Competências Mínimas para Condutores de Turismo de Aventura, independentemente do tipo de atividade praticada, encontram-se normatizadas pela ABNT através da NBR15285. Por outro lado, a NBR15398 trata das competências para condutores de caminhada de longo curso enquanto as Normas Técnicas NBR15505-1 e NBR15505-2 normatizam o produto turístico com atividades de caminhada e classifica os percursos respectivamente (ABNT, 2009).

Atividades de caminhada, canoagem, bem como outras atividades de turismo de aventura, podem ser realizadas no povoado de Barra Grande e na sede do município de Cajueiro da Praia.

4.4 Serviços de condução de visitantes

Os passeios ecológicos, bem como caminhadas e a prática da canoagem, no povoado Barra Grande, são organizados pela Associação de Condutores de Turismo de Barra Grande (Barratur), e pela Cooperativa de Condutores de Visitantes de Barra Grande – Nativos: Arte – Ecotur. Na sede municipal existe apenas a Associação de Condutores de Turismo Tremembés – Acontur Tremembés.

4.4.1 Associações de condutores de turismo do povoado Barra Grande

Conforme pesquisa com associados, a Barratur foi criada em 2003. Possui sede própria, registro em cartório e 26 associados (Fotografia 17). A Associação disponibiliza aos turistas e visitantes três opções de passeios ecológicos, com duração média de 1h e meia a 2hs, ao preço de R\$20,00 por pessoa (preço do mês de maio/2009). São eles: a Rota dos Cavalos-Marinhos, a Trilha das Ostras e a Rota do Fraldão.



Fotografia 17 – Sede da Barratur – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

A Rota dos Cavalos-Marinhos é um passeio feito de canoa, ou seja, a prática da canoagem, na maré alta, entre os “braços” do rio Camurupim, passando por mangues até chegar na “Camboa² dos Cavalos-Marinhos” onde é possível observar estes peixes com

² Braços de rios.

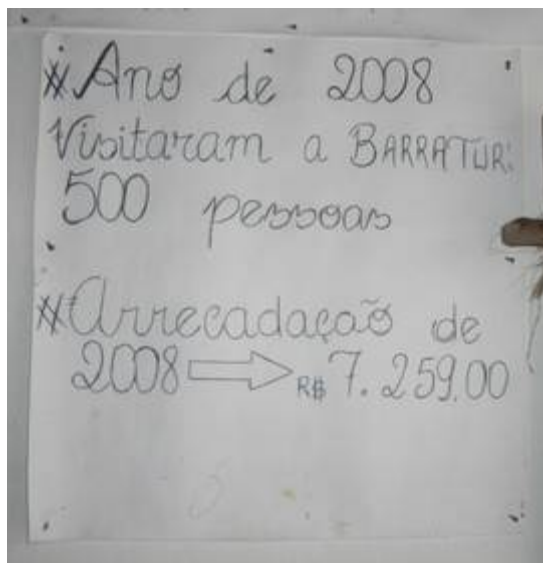
formato semelhante a um cavalo. Segundo o MTur, como foi explicado anteriormente, a observação da vida selvagem é uma das práticas do turismo de aventura. Assim, este passeio une o turismo de aventura com o turismo de observação.

A Trilha das Ostras é uma caminhada entre os mangues e outras vegetações típicas da região até chegar a um cultivo de ostras (Fotografia 18), onde os condutores de visitantes explicam aos turistas todo o processo de produção das ostras desde a fase inicial até a fase adulta, próprias para consumo. A Rota do Fraldão é um passeio recém-elaborado, no qual os praticantes usando coletes salva-vidas, e acompanhados por dois condutores, um na água e outro em uma canoa, descem o rio, na força da correnteza quando a maré está baixando.



Fotografia 18 – Cultivo de ostras – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, set./2007

De acordo com registros de visitantes da própria Associação, em 2008, a Barratur prestou serviços a 500 pessoas, dos mais variados Estados brasileiros, como Piauí, Ceará, Maranhão e São Paulo, e também turistas estrangeiros, da Itália e França (Fotografia 19). Neste mesmo ano, foram arrecadados R\$7.259,00 com os passeios e venda de *souvenirs* e artesanato da própria Associação.



Fotografia 19 – Cartaz indicativo do número de visitantes que utilizaram serviços da Barratur – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

A presença de turistas estrangeiros, dispostos a realizar passeios ecológicos, é constante, e o fato dos condutores não saberem falar outro idioma, dificulta a comunicação e a qualidade dos passeios. A comunicação, segundo os próprios condutores, é feita através de mímicas. Porém, já estava agendada para o mês de junho de 2009, a realização de um curso de espanhol básico com os condutores para minimizar os problemas decorrentes da dificuldade de comunicação com os estrangeiros. Entretanto só o aprendizado do idioma Espanhol não é suficiente, pois há a necessidade, também, do conhecimento do idioma Inglês.

Cursos de treinamento e capacitação dos associados da Barratur estão sendo implementados em parceria, em sua maioria, com o SEBRAE, como curso de guia de turismo, curso de condutor de turismo e curso de ecoturismo. Entretanto, eles não têm conhecimento específico sobre as normas técnicas para as atividades de aventura, elaboradas pela ABNT; só possuem um conhecimento básico, obtido por meio desses cursos.

Durante os seis anos de existência da Barratur, os associados não fizeram nenhum treinamento de primeiros-socorros. Este fato é preocupante uma vez que o conhecimento sobre os primeiros-socorros é de fundamental importância para quem organiza atividades de aventura em função dos riscos. Segundo o presidente da Associação, um de seus parceiros, a Organização Não-Governamental (ONG) Care já estava providenciando a realização de um curso sobre esta temática, ainda para o ano de 2009.

De acordo com observação em campo, em relação a equipamentos de segurança e de comunicação, durante os passeios de canoa e de descida no rio, os praticantes utilizam coletes salva-vidas, e os condutores um rádio de comunicação ligado à sede da Associação. Entretanto, não há um veículo de apoio para remoção de feridos em caso de acidentes. Se isto acontecer, o ferido é levado pelos próprios condutores até o povoado, e seguem em uma ambulância da prefeitura até Luís Correia ou Parnaíba, dependendo da gravidade do acidente, onde existem hospitais mais equipados.

Assim, a falta de treinamento de primeiros-socorros e a falta de estrutura médico-hospitalar no povoado pode ser um entrave para o desenvolvimento, com qualidade e segurança, das atividades de turismo de aventura.

Outra associação de condutores existente em Barra Grande é a Nativos: Arte – Ecotur (Fotografia 20). Esta cooperativa foi criada a partir da saída de alguns integrantes da Associação Barratur, em setembro de 2008. É registrada em cartório, possui sede própria e é composta por 12 integrantes. Segundo nos informaram os próprios associados, os componentes realizaram vários cursos de treinamento e capacitação, promovidos pelo SEBRAE e pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), inclusive de primeiros-socorros.



Fotografia 20 – Sede da Nativos: Arte – Ecotur – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

Durante os passeios, levam um *kit* para primeiros-socorros, um rádio de comunicação à distância e um telefone celular. Porém, assim como os condutores da Barratur, não falam outros idiomas, não possuem um veículo de apoio e nem têm conhecimento específico das normas sobre turismo de aventura da ABNT.

A Cooperativa dispõe de três roteiros de visitação: Trilha das Camboas, Passeio Cavalo-Marinho e Passeio Pôr-do-Sol. A Trilha das Camboas é caracterizada pelas caminhadas realizadas nas margens dos mangues, durante a maré baixa, para a observação de moluscos, como ostras e sururu, e de crustáceos, como caranguejo e siri, além de aves estuarinas.

De acordo com observação em campo, o Passeio Cavalo-Marinho é realizado em canoas, no estuário do rio Camurupim, onde são observados cavalos-marinhos, moluscos e aves. Em relação aos cavalos-marinhos, os guias têm um cuidado especial com o seu manejo: utilizam luvas para evitar contaminá-los, e os colocam dentro de um reservatório de vidro, evitando que os turistas o machuquem, ao tocá-lo (Fotografia 21). Na ocasião, são explicadas as características do animal, além de informações sobre o seu habitat.



Fotografia 21 – Observação de cavalos-marinhos – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, set./2007

O Passeio Pôr-do-sol é um passeio de canoa para contemplar o pôr-do-sol, no estuário do rio Camurupim, com a possibilidade de observar aves estuarinas no igarapé da Ilha das Garças.

Conforme os condutores, eles têm uma preocupação constante com a preservação dos locais visitados e com os impactos ambientais provocados pelas atividades desenvolvidas. Durante as caminhadas, os condutores recolhem todo o lixo encontrado, inclusive dos próprios visitantes, e procuram alternar as trilhas, evitando a realização de dois passeios seguidos no mesmo local, a fim de diminuir o efeito do pisoteio. Eles procuram, também,

falar um pouco sobre educação ambiental e o meio ambiente local, o que torna os turistas mais conscientes sobre a conservação da natureza, promovendo, assim, o turismo sustentável.

Percebe-se, então, que houve uma mudança de comportamento dos condutores, como também do desenvolvimento da própria atividade, pois segundo a pesquisa realizada por Carvalho (2008), nos passeios de canoa não eram utilizados coletes salva-vidas, e os condutores não tinham consciência de que estavam impactando o meio ambiente.

Isto mostra, de acordo com Swarbrooke (2000a), como o turismo pode ser benéfico ao meio ambiente, quando oferece motivação para a sua conservação, seja ela financeira ou não. Deste modo, os condutores garantem a continuidade das suas atividades, o que lhes gera renda, e ao mesmo tempo preservam o meio ambiente.

Segundo Irving et al. (2005), promover o turismo sustentável requer uma nova visão sobre os problemas sociais, a diversidade cultural, e a dinâmica ambiental dos destinos, e não significa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos. Mais do que isso, o turismo, na contemporaneidade, ocupa uma posição privilegiada na economia globalizada para gerar benefícios ao desenvolvimento local e promover a responsabilidade pela proteção da natureza.

4.4.2 Associação de condutores de visitantes da sede municipal de Cajueiro da Praia – PI

A Acontur Tremembés é a única associação de condutores de visitantes localizada na sede municipal. Foi fundada em 2004, mas somente agora está se organizando, realmente, como tal. É composta por 20 moradores de Cajueiro da Praia, não tem sede própria e ocupa provisoriamente uma sala da Colônia de Pescadores local.

A Acontur Tremembés tem registro, como associação de condutores, apenas no SEBRAE, e não possui equipamentos de comunicação e de segurança. Entretanto, alguns de seus integrantes já realizaram cursos de primeiros socorros, guias de turismo, inglês básico e elaboração de Roteiros Turísticos.

Segundo seus integrantes, a Associação disponibiliza somente passeios realizados a pé, ou seja, caminhadas, mesmo não tendo os equipamentos mínimos de segurança e comunicação. A Associação não oferece passeios de canoa, pois não tem, ainda, uma canoa própria e coletes salva-vidas. Os únicos passeios que a Acontur está preparada a realizar são a Trilha do Barbaço (Fotografia 22), que consiste numa caminhada a partir da Praia do Itam até a Praia do Cajueiro, e o Passeio Ecológico, caminhada desde a Praia do Cajueiro até a Ponta do Sardim. Estes passeios têm duração média de duas a três horas, custando R\$10,00 por pessoa, ou R\$3,00, em grupos acima de 10 pessoas (preços de maio/2009). Outros passeios

estão sendo planejados como: pesca na Lagoa dos Pemas; Trilha das Oferendas (caminhada, na maré baixa, pelas camboas da Ilha Grande (CE), passando por um trecho de canoa, até o “Cemitério da Zumira”); e observação de peixes-boi (em parceria com o Projeto Peixe-Boi Marinho, do ICMBio). Porém, estes passeios necessitam de meio de transporte (uma canoa) e equipamentos de segurança, como coletes salva-vidas; inexistentes, por enquanto, na Associação.



Fotografia 22 – Trilha do Barbaço – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Stella Carvalho, maio/2009

Deste modo, o município de Cajueiro da Praia possui uma boa oferta de passeios ecológicos aliados à prática de atividades de aventura, que geram renda para a comunidade local e promovem a preservação dos ambientes naturais onde são praticadas. Esta preservação acontece a partir da preocupação dos condutores em conservar esses locais limpos e com o mínimo de impacto ambiental possível, mesmo ainda não tendo estudos de capacidade de carga local. Esta preocupação é repassada aos visitantes, que ao terem contato com a natureza, podem criar um sentimento de preservação do meio ambiente.

No que diz respeito às normas de segurança exigidas às atividades de aventura, apenas duas associações, as do povoado Barra Grande, já têm os equipamentos mínimos obrigatórios para realizar tais atividades, como o uso de coletes salva-vidas e rádios de comunicação. Isto demonstra uma maior preocupação em relação à qualidade e à segurança dos serviços

oferecidos aos turistas além de representar um ponto favorável para o desenvolvimento do turismo local.

4.5 Turismo de observação e o Projeto Peixe-Boi Marinho no Piauí

A busca recente por uma relação harmoniosa entre o homem e natureza começou com o surgimento da consciência ambiental e da preocupação na proteção dos recursos naturais. Com isso, houve um aumento do interesse humano pela vida selvagem e a possibilidade de entrar em contato com ela, surgindo, assim, uma nova modalidade de turismo, o turismo de observação.

No turismo de observação os animais são o principal foco de atratividade, pois eles despertam curiosidade, admiração e entusiasmo. Orams (1996) classifica interação entre o homem e a vida selvagem como um espectro, no caso, o espectro de oportunidades de interação entre o turismo e a vida selvagem.

Nesta classificação existem oportunidades de observação da vida selvagem em três ambientes: cativo, semi-cativo e habitat selvagem. Nos cativos, locais completamente construídos pelo homem, os animais são confinados em abrigos com grades, jaulas e fossos, como por exemplo, aquários, aviários e zoológicos. Nos semi-cativos, há elementos antrópicos, onde os animais são alojados em confinamento parcial, como parques de vida selvagem e centros de reabilitação. No habitat selvagem os animais vivem normalmente, com liberdade total, sem nenhuma estrutura física que limite o seu movimento.

O crescimento deste tipo de turismo, segundo Wilson e Tisdell (2001), deve ter se originado a partir de desenvolvimento da atividade turística e do desejo dos turistas de ver animais selvagens em seu estado natural. A diminuição rápida das populações de espécies selvagens e o encolhimento dos seus habitats naturais têm estimulado desenvolvimento desta atividade.

Duffus e Dearden (1990 apud SOARES, 2005) também consideram que existem várias possibilidades de interação entre os turistas e a vida selvagem. Eles as classificam em três categorias: alto consumo (*high-consumptive*); baixo consumo (*low-consumptive*); sem consumo (*non-consumptive*). A categoria de alto consumo é aquela onde estão incluídas as atividades de caça e pesca. Da segunda categoria fazem parte os zoológicos, oceanários e outros ambientes que mantêm os animais em cativo. Na terceira categoria, sem consumo,

se enquadram as atividades que possibilitam a observação da vida selvagem em seus ambientes naturais, como a observação de aves, de baleias e os safáris fotográficos.

De acordo com estes autores, a interação entre o homem e a vida selvagem de forma não consumível pode ser definida como a forma de recreação em que o animal é um objeto de recreação do homem, não é propositadamente afetado ou removido de seu ambiente durante a interação. Porém, o fato de ser uma atividade sem consumo não implica dizer que não há impactos. Na observação de animais no ambiente natural, os impactos negativos são bem menores que se o animal for retirado ou eliminado. Estas atividades além de serem geradoras de benefícios econômicos, são responsáveis pela mudança no comportamento dos turistas, tornando-os mais preocupados com questões ambientais, contribuindo com a conservação da natureza, seja com recursos financeiros, ou por meio de atitudes.

O turismo de observação pode propiciar o desenvolvimento de campanhas educacionais e conservacionistas do meio ambiente e incentivar a pesquisa científica. Entretanto, se essa atividade não for bem planejada pode provocar conseqüências danosas, como mudanças comportamentais nos animais causadas pela presença humana, poluição, entre outros. Por este motivo, já existem algumas normas de avistagem, especificamente para cetáceos (baleias), estabelecidas pelo IBAMA, através da Portaria nº117/96, posteriormente alterada pela Portaria nº24/2002 (ANEXO 14).

Dentre os animais marinhos, os mais procurados pelos turistas para observação, no Brasil, são as baleias jubarte, *Megaptera novaeangliae* (Borowsky, 1781), a baleia-de-bryde, *Balaenoptera edeni* (Anderson, 1879), tartarugas marinhas e peixe-boi. As atividades de incentivo e monitoramento da observação das baleias jubarte são organizadas pelo Instituto Baleia Jubarte (IBJ), uma organização não-governamental, atuante na Bahia. As baleias-de-bryde são estudadas e observadas através de ações do Projeto Baleia de Bryde, no litoral de São Paulo. As ações de conservação e pesquisa, para garantir a recuperação e sobrevivência de cinco espécies de tartarugas marinhas no Brasil fazem parte do projeto de conservação da fauna aquática mais antigo do Brasil, o Projeto TAMAR, com mais de 20 anos de existência e com sede na Bahia.

O peixe-boi marinho é a espécie de mamífero aquático mais ameaçado do Brasil, por estar sujeito tanto à mortalidade intencional quanto à acidental, segundo Luna (2001). No Nordeste brasileiro, as principais ameaças são o encalhe de filhotes e a captura acidental em redes e currais de pesca, seguidos de morte intencional (Lima,1997). O peixe-boi marinho pertence à ordem dos sirênios, que é a única espécie de mamífero aquático preferencialmente herbívoro (Hartman, 1979 apud LUNA, 2008). Ainda segundo o autor, o mamífero vive

submerso na água, mas precisa vir à superfície em intervalos de dois a cinco minutos para respirar. Vive cerca de 50 anos, podendo medir até quatro metros de comprimento e pesar até 800 quilos.

O peixe-boi marinho alimenta-se, principalmente, de algas, capim marinho e mangue. Segundo Luna (2008), são descritas duas subespécies, uma que ocorre na América Central e do Sul, a *Trichechus manatus manatus* (Linnaeus, 1758), e outra que ocorre na América do Norte, a *T. m. latirostris* (Harlam, 1824). Ainda conforme a autora, esta divisão foi proposta por Hatt (1934) e confirmada por Domning e Hayek (1986). No Brasil há ainda a ocorrência do peixe-boi amazônico *Trichechus inunguis* (Coimbra-Filho, 1972), que se distingue dos demais do gênero por ser o único dos sirênios exclusivo de água doce.

No Brasil, embora protegidos por lei desde 1967 (Lei de Proteção à Fauna Nº 5.197), foi somente no começo da década de 1980 que houve uma preocupação maior com a sua preservação, quando foi criado o Projeto Peixe-Boi Marinho pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com o objetivo de avaliar o estado de conservação do mamífero no litoral brasileiro.

Em 1990, o IBAMA criou o Centro Nacional de Conservação e Manejo de Sirênios (Portaria IBAMA Nº 544, de 26.04.1990, com alteração da Portaria IBAMA Nº 40, de 16.08.1991), o Centro Peixe-Boi/IBAMA, sediado na Ilha de Itamaracá/PE – uma unidade especializada e descentralizada do IBAMA, que desde 1997 tem a Petrobrás como patrocinadora oficial do Projeto.

Em 1998, o Centro Peixe-Boi/IBAMA recebeu status de Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos ou Centro Mamíferos Aquáticos (CMA) (Portaria IBAMA Nº 143-N, de 22.10.1998) e passou a ser responsável pelo gerenciamento das questões relacionadas com os mamíferos aquáticos, e o Projeto Peixe-Boi/IBAMA passou a ser um projeto executivo deste Centro. Assim, o CMA atua em co-gestão com a Fundação de Mamíferos Marinhos e é o responsável pelas ações de pesquisa, conservação e manejo do peixe-boi marinho (PROJETO, 2009).

O CMA realizou de 1990 a 1993 um levantamento da ocorrência da espécie no norte e nordeste do litoral brasileiro sendo detectados quatro pontos estratégicos de observação, nos Estados da Paraíba, Alagoas (Fotografia 23), Ceará e Piauí (BRASIL, 2009a).



Fotografia 23 – Peixe-boi avistado em Alagoas
Fonte: Luciano Candisani [2007?]

O município de Cajueiro da Praia possui uma base do Projeto Peixe-Boi Marinho, de responsabilidade do CMA e do ICMBio, que desde a sua criação em 2007, assumiu as atividades desenvolvidas pelo IBAMA.

No Piauí, o peixe-boi é mais comumente localizado na foz dos rios Timonha e Camurupim. Alimenta-se, principalmente, de erva-de-sapo (*Salvinia auriculata*), samambaia de mangue (*Acrostichum aureum*), aguapé-da-flor-branca (*Nymphaea ampla*), capim-gengibre (*Spartina brasiliensis*), alface-d'água (*Pistia stratiotes*), mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue-manso (*Laguncularia racemosa*) e mangue-siriba (*Avicennia germinans*) (PIAÚÍ, 1996).

Os trabalhos desse Projeto na região litorânea do Piauí iniciaram-se em 1997. Em 2009, contava com um dos maiores rebanhos da espécie, cerca de 25 animais, juntamente com o Maranhão e Paraíba, mostrando que a região oferece segurança e alimentação para este mamífero. Em fevereiro de 2005, foi feito o primeiro registro de nascimento de filhote de peixe-boi no seu ambiente natural do Brasil, no estuário do município de Cajueiro da Praia.

Em dezembro de 2008, foi inaugurada a nova base do Projeto Peixe-Boi Marinho (Fotografia 24), no Piauí, com 1.900 m² de área construída, em um terreno de 2.190 m², pois a antiga base (Fotografia 25) era muito pequena e sem estrutura física para a realização de pesquisas e receber visitantes. Porém, a mudança para a nova base ainda não ocorreu por completo, faltando a instalação de instrumentos de comunicação como telefone e conexão à *internet* (até julho/2009). Entretanto, a nova base poderá ser referência para o turismo de observação, o que pode acarretar o aumento da demanda turística e conseqüentemente a ampliação da oferta de produtos e serviços, gerando empregos e renda para o município.



Fotografia 24 – Fotografias da atual base do Projeto Peixe-Boi – Cajueiro da Praia – PI: 24A Museu; 24B Tanque de reabilitação; 24C Eco-oficina; 24D Centro de Convivência.

Fonte: Stella Carvalho, fev./2009



Fotografia 25 – Projeto Peixe-Boi: antiga base – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Stella Carvalho, set./1007

A estrutura física das novas instalações do Projeto, no Piauí, conta com um Centro de Convivência com um auditório onde os visitantes poderão assistir filmes educativos sobre a atuação do Projeto, bem como sobre o peixe-boi; um Museu, com acervo sobre a biodiversidade marinha, fauna e flora da região; uma eco-oficina, onde serão confeccionados produtos alusivos ao animal, como livros, CD-ROM e DVD informativos, além de camisetas,

chaveiros, canecas, brincos, prendedores de cabelo, animais de pelúcia, adesivos, porta-lápis, ímãs e bonés. Porém, esta oficina ainda não está em funcionamento, pois sua implantação depende de um projeto a ser realizado com outros parceiros. Há, ainda, uma loja de artesanato, a Eco-loja; um alojamento para pesquisadores; uma lanchonete; uma sala de pesquisa e um tanque para reabilitação de animais.

A base atualmente está funcionando das 8 às 12h e das 14 às 18h, de segunda à sexta-feira. Os vigilantes estão instruídos a abrir o portão externo para turistas que cheguem aos sábados e domingos e queiram visitar as dependências externas da base ou a Eco-loja. Esta loja está aberta de terça-feira a domingo, das 8 às 11h e das 14 às 17h. A responsabilidade pela sua administração é de um grupo de artesãos da sede municipal de Cajueiro da Praia, que ainda está se organizando enquanto associação.

O quadro de pessoal da base é composto por uma equipe de dois servidores do CMA/ICMBio (um técnico administrativo e uma analista ambiental), um funcionário administrativo terceirizado do ICMBio (técnico em informática), quatro vigilantes contratados por meio de edital e licitação pelo CMA/ICMBio, quatro servidores cedidos pela prefeitura de Cajueiro da Praia, sendo que dois trabalham na atividade de monitoramento (um canoieiro e um monitor, responsável pelas anotações de avistagem) e os outros dois trabalham na nova sede (um na limpeza e outro no jardim e na manutenção dos equipamentos).

Segundo os funcionários, a principal atividade desenvolvida pela base é o monitoramento dos peixes-boi no seu ambiente natural, por meio da metodologia do ponto fixo, ou seja, pela observação feita de uma torre localizada a cerca de 1.500m da costa, em frente à Ilha Grande, no estuário dos rios Timonha e Ubatuba. Esta torre é feita de concreto armado e possui 7,5m de altura, submersa 1,5m na maré baixa e 3,5m na maré alta, com uma área de 2,5m² e com capacidade para suportar até seis pessoas (Fotografia 26). Os monitoramentos dos peixes-boi acontecem ao mesmo tempo, em todas as bases de pesquisa do país, nos dias de segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, das 6 às 10 horas da manhã. Este procedimento ocorre para garantir que um mamífero, avistado no Piauí, não seja o mesmo observado no Ceará, por exemplo.



Fotografia 26 – Torre de observação do Projeto Peixe-Boi – Cajueiro da Praia - PI
Fonte: Stella Carvalho, set./2007

Ainda não estão sendo realizados passeios de avistagem, pelo Projeto. Porém, há a possibilidade de acompanhamento da atividade de monitoramento, desde que dentro dos horários estabelecidos. Nesse caso, o visitante interessado, precisará estar na praia da Itam, endereço da base, às 05h30min e retornará depois das 10h, após o término do trabalho. Para a avistagem, não há cobrança de taxa, no entanto, é permitida a presença na torre de apenas quatro visitantes e dois monitores. Também, é exigido o agendamento da visita, e não há garantia, nessa modalidade de observação em habitat natural, de que o animal será avistado.

Está em fase de elaboração um projeto de turismo de observação de peixes-boi, com o objetivo de tornar a avistagem mais provável, inclusive por meio de marcação de animais nativos e pelo georeferenciamento deles, além de outras formas de acompanhamento, mas é muito cedo para previsões de quando estará disponível. O objetivo principal desse projeto é beneficiar condutores de turismo da comunidade, gerando trabalho e renda para os nativos da região, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável do município.

Nesse sentido, em junho de 2009, foi realizada a I Oficina de Trabalho para Desenvolvimento de Atividades Ecoturísticas em Cajueiro da Praia, com a participação de representantes do governo municipal e estadual, universidades, comunidade local,

associações, ONG's, órgãos públicos e instituições de pesquisa. Foram discutidas ações para programar este tipo de turismo no município.

4.6 Estrutura hoteleira de Cajueiro da Praia – PI

O município de Cajueiro da Praia possui uma boa estrutura hoteleira e crescente a cada ano. Segundo dados do PRODETUR/NE II (BNB, 2004), no ano de 2002 só havia quatro estabelecimentos hoteleiros no município. Em 2007, este número havia aumentado para onze (CARVALHO, 2008). Até julho/2009, já eram doze pousadas distribuídas pelo povoado de Barra Grande (73%) e pela sede municipal (27%).

Conforme pesquisa de campo, até julho/2009, a sede municipal de Cajueiro da Praia possuía três pousadas, de caráter familiar e com estrutura física bem simples, somando 24 UH, e 50 leitos³. São elas: Pousada Lú, Pousada Pôr do Sol e Pousada Takavi (Fotografia 27). Conforme informações dos administradores, a grande maioria dos hóspedes compõe-se de representantes comerciais e pesquisadores. Não há nenhum tipo de registro de hóspedes e *folders* e/ou panfletos informativos.

Nas pousadas da sede municipal, detectou-se que nenhum de seus funcionários tem qualquer tipo de treinamento e capacitação para trabalhar no setor hoteleiro. Tal constatação pode ser um entrave para o desenvolvimento, com qualidade e sustentabilidade, da atividade turística no município. Este desinteresse por qualificação da mão-de-obra local se deve ao fato de seus administradores não considerarem que a sede municipal seja um destino turístico. Para eles, somente o povoado Barra Grande, atualmente, tem potencial para tal. Entretanto, reconhecem que com a nova base do Projeto Peixe-Boi, esta realidade pode vir a mudar, com o desenvolvimento do turismo de maneira sustentável.

³ Leito refere-se ao espaço ocupado por uma pessoa.



Fotografia 27 – Fachada da Pousada Takavi – Sede municipal de Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, set./1007

No povoado Barra Grande, de acordo com pesquisa de campo, a atividade turística está mais consolidada, com um número maior de estabelecimentos hoteleiros, com melhores acomodações e estruturas físicas. Segundo Costa (2006), havia nesse ano no povoado Barra Grande apenas cinco pousadas. Até julho/2009, este número subiu para nove pousadas, algumas mais simples, outras de padrão internacional. São elas: Hotel Pousada do Mualém, Pousada Camboas, Pousada Casa Taboa, Pousada do Fred, Pousada Barra Grande Kitecamp, Pousada Pontal da Barra, Pousada Rota dos Ventos, Pousada Ventos Nativos, e Pousada Ventos do Mar (Fotografia 28).



Fotografia 28 – Pousada Ventos do Mar – Povoado Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Stella Carvalho, abril/2009

As pousadas do povoado Barra Grande tinham, até julho/2009, um total de 52 UH e 164 leitos. Comparando-se com os dados observados por Carvalho (2008) houve um crescimento de 61 leitos e 13 UH, de 2007 a 2009. Das nove pousadas, duas são de proprietários estrangeiros, um francês, a Pousada Ventos Nativos, e um italiano, a Pousada Ventos do Mar.

Assim, Cajueiro da Praia possui uma estrutura hoteleira que está de acordo com a demanda do município, porém, concentrada no povoado Barra Grande. Por outro lado, os povoados Barrinha e Morro Branco, não possuem nenhum tipo de estabelecimento de hospedagem. Isto reflete diretamente na divulgação dessas localidades, bem como do próprio desenvolvimento turístico local.

5 PERCEPÇÃO DO TURISMO EM CAJUEIRO DA PRAIA – PI, POR TURISTAS E RESIDENTES

A percepção do turismo no município de Cajueiro da Praia foi identificada a partir da imagem que os turistas e moradores locais têm da atividade turística. Isto foi detectado por meio da aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas, em diferentes datas no ano de 2009, a respeito da opinião deles sobre o turismo e sobre o município.

5.1 Percepção dos turistas

A identificação da percepção dos turistas do município de Cajueiro da Praia em relação ao turismo local se deu por meio da aplicação de 104 formulários, distribuídos entre a sede municipal e o povoado de Barra Grande, por serem os únicos com meios de hospedagem. Como explicado na Seção 1 deste trabalho, considerou-se como “turista” apenas os visitantes que estavam hospedados em alguma pousada.

Descobrir a percepção que os turistas têm de um determinado destino turístico é importante para nortear o planejamento da atividade. Conforme Walter (apud CAMPOS, 2006, p. 5), a

satisfação ou insatisfação em relação a uma determinada viagem depende, é claro, da percepção do viajante. Expectativa, experiência e memória têm a ver com a realidade da mente, inatingíveis e imateriais, que não deixam os porquês das viagens visíveis, palpáveis ou verificáveis nem as razões pelas quais uma mesma viagem pode ser vivida de tantas maneiras diferentes.

Deste modo, se os turistas saírem insatisfeitos com algo, isto pode ser a maior lembrança que levarão da viagem, carregando uma imagem negativa da localidade.

Entre os pesquisados, 73% estavam hospedados no povoado de Barra Grande, e o restante, 27% estavam hospedados na sede municipal (Gráfico 3). Destes, 57% são do gênero feminino, enquanto 43% são do gênero masculino (Gráfico 4). Em relação à idade, 56% têm entre 20 a 39 anos, 22% entre 40 a 49 anos, 13% entre 50 a 59 anos, e 10% acima de 60 anos (Gráfico 5).

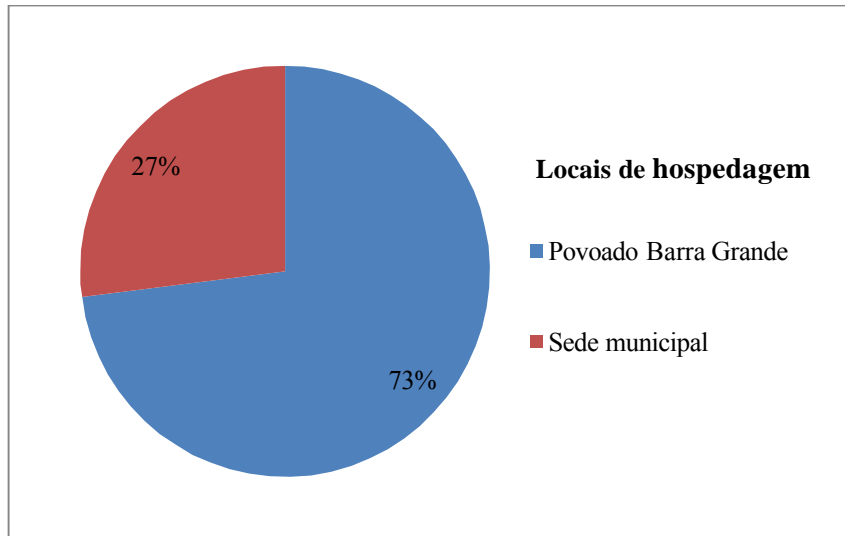


Gráfico 3 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo locais em que estão hospedados
Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

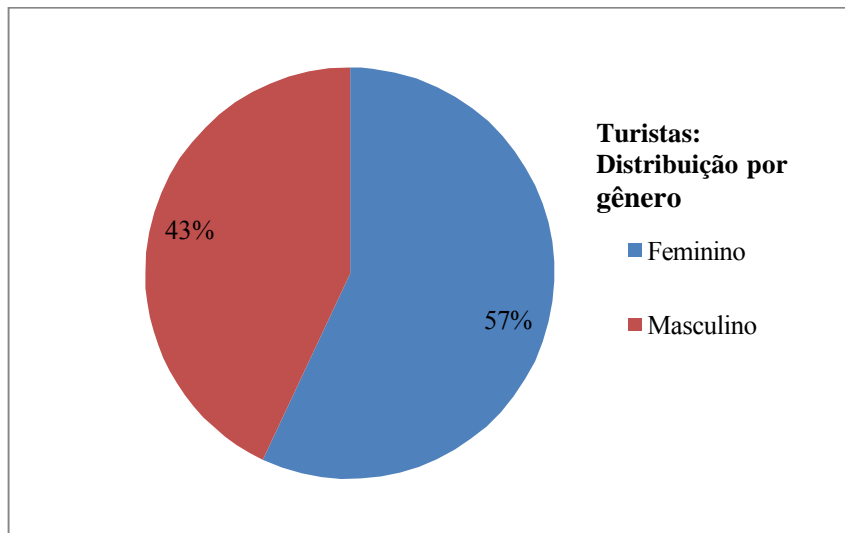


Gráfico 4 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo gênero
Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

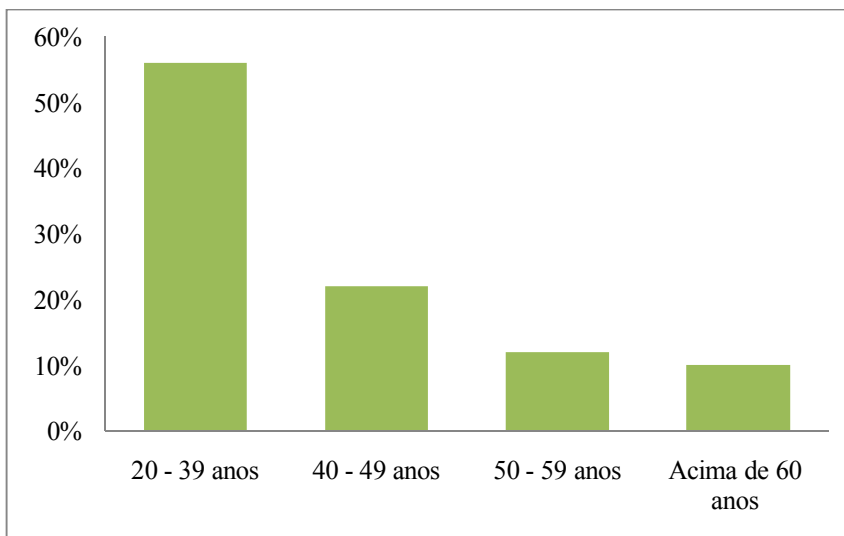


Gráfico 5 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo faixa etária

Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

Percebe-se, então que 78% dos turistas têm idade entre 20 a 49 anos. Este dado pode estar relacionado aos períodos em que os formulários foram aplicados: carnaval, semana-santa e férias escolares do mês de julho. Nestas épocas, os jovens são atraídos pelos eventos musicais realizados e também pelas características do município que é propícia para a prática de esportes.

A pesquisa revelou que 100% dos turistas utilizam automóvel para chegarem ao município. Em geral, esses carros ficam parados no interior das pousadas, quando há estacionamento próprio, já que não há necessidade deles para locomoção, devido às curtas distâncias da malha urbana, e à falta de pavimentação em alguns locais, como nas ruas Pontal da Barra e José Soares Veras, ambas no povoado Barra Grande.

Em relação à cidade onde moram, 58% dos turistas responderam que residem em Teresina – PI e 12% em Parnaíba – PI, significando que a grande maioria dos visitantes do município é do próprio Estado, enquanto outros 10% moram em Fortaleza – CE, 7% em São Luis – MA, 6% em São Paulo – SP, e outros 7% residem em outras cidades (Gráfico 6).

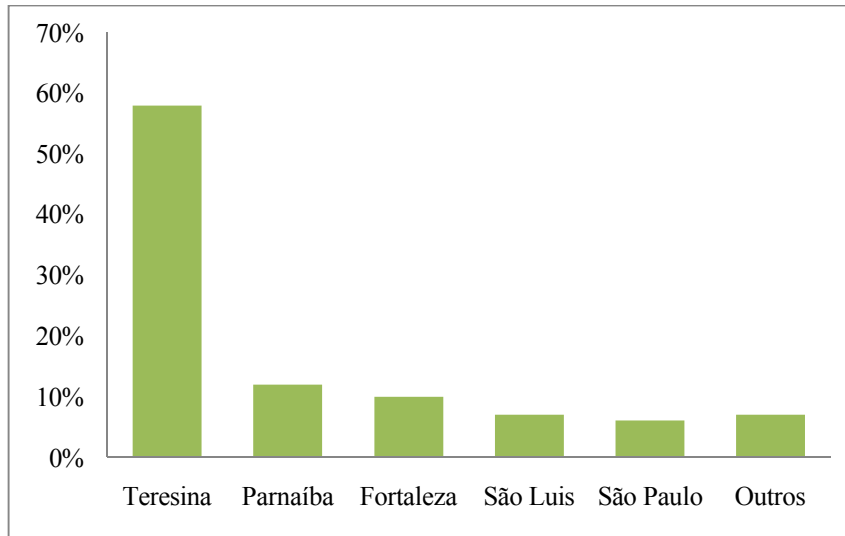
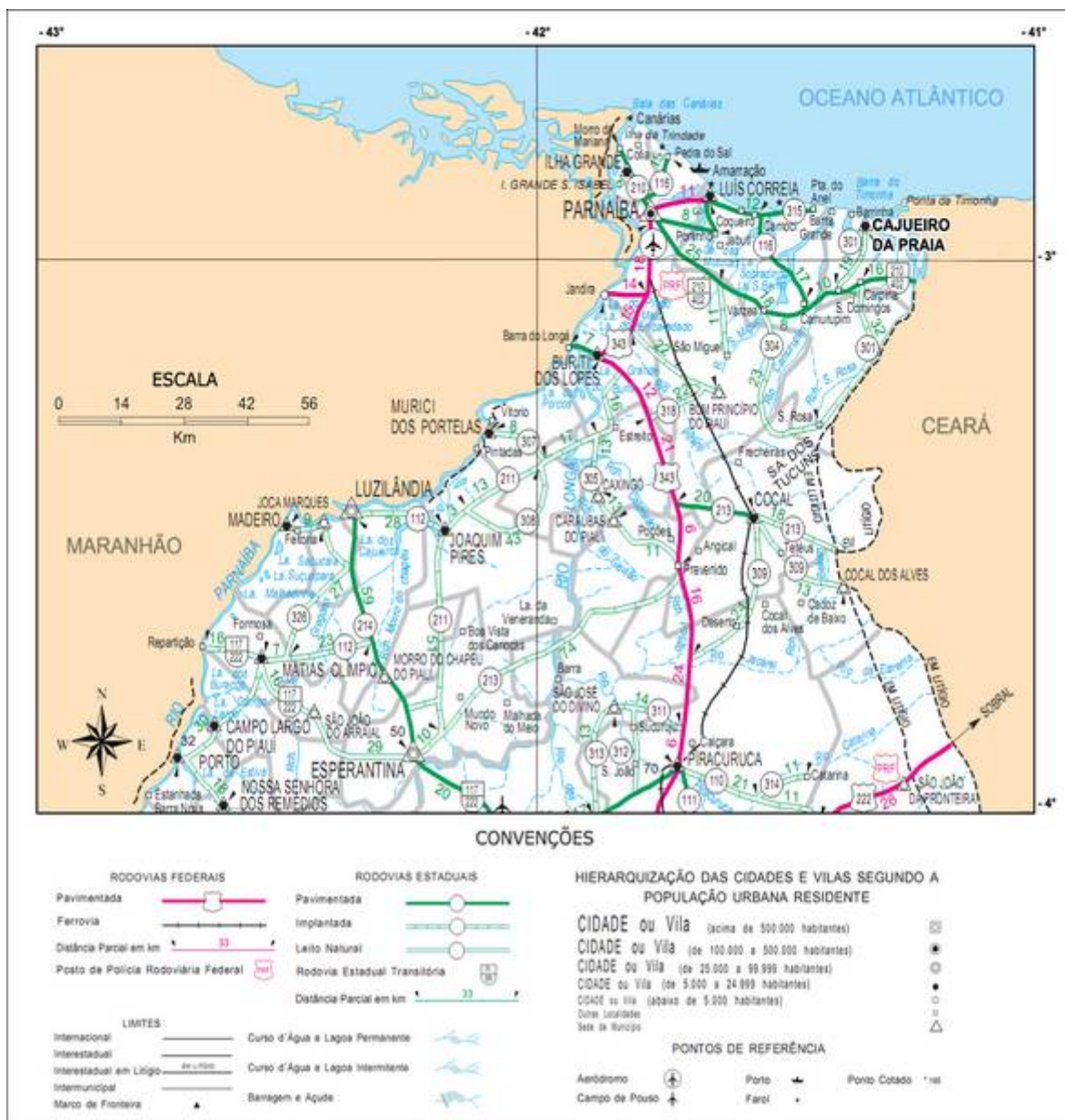


Gráfico 6 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia, segundo a cidade de origem

Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

A grande presença de teresinenses nas localidades se deve a fator cultural. É costume viajarem para o litoral piauiense no período de férias e feriados, por ser a região do litoral nordestino mais próxima da capital do Estado, cerca de 400 km. Por este motivo, muitos teresinenses possuem segundas residências no litoral do Estado, e sempre que possível se deslocam para estas casas. Isto é percebido também no município de Cajueiro da Praia. As pequenas distâncias entre as cidades de Parnaíba – PI (72 km), Fortaleza – CE (a 565 km) e São Luis – MA (555 km) a Cajueiro da Praia, também favoreceu a ida de turistas destas regiões para o município.

As boas estradas também favorecem este deslocamento com destino a Cajueiro da Praia. A partir de Teresina, o percurso segue inicialmente pela BR-343, até Parnaíba – PI, e depois há duas opções: a primeira é através da BR-402, que liga a cidade de Parnaíba a Camocim – CE até uma bifurcação à esquerda (sem sinalização turística indicativa), logo depois do povoado Camurupim, seguindo pela PI-301; a segunda opção é através da estrada que liga o município de Parnaíba a Luís Correia – PI, e em seguida pela PI-116 até o povoado de Camurupim, cerca de 40 km, seguindo pela BR-402 e depois pela PI-301, como mostra o Mapa 3.



Mapa 3: Mapa rodoviário de parte da região norte do Piauí

Fonte: Adaptado do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (2009)

A atividade turística no município de Cajueiro da Praia teve início no povoado Barra Grande. Isso ocorreu por volta da década de 1980, quando se instalou a primeira pousada no local. Assim, com o tempo, o turismo no povoado foi crescendo, e a imagem que se passava era que o povoado de Barra Grande era um município, e não um povoado pertencente ao município de Cajueiro da Praia. Essa idéia foi percebida quando os turistas foram questionados sobre essa questão. Entre os pesquisados, 57% tinham conhecimento desta informação, enquanto o restante, 43%, não sabiam. Este fato mostra que há ainda uma grande desinformação por parte dos turistas em relação ao local visitado (Gráfico 7).

A maioria dos turistas pesquisados, 84%, afirmou que soube do povoado/município a partir de amigos e/ou parentes, enquanto apenas 9% tomaram conhecimento através da mídia, e outros 7% souberam do local por outras formas (Gráfico 8). Nenhum dos pesquisados foi atraído para o município através de informações obtidas na *Internet*, revistas e guias turísticos especializados ou *folders* informativos. Deste modo, a maior divulgação do povoado/município acontece pelo chamado “boca-a-boca”. Entende-se, então, que há falta de divulgação e informação turística sobre o município nas regiões emissoras, principalmente no próprio Estado, onde reside a maior parte dos turistas. Isto seria uma limitação para o desenvolvimento turístico local, pois um destino turístico que não é bastante conhecido e divulgado não pode atrair muitos visitantes.

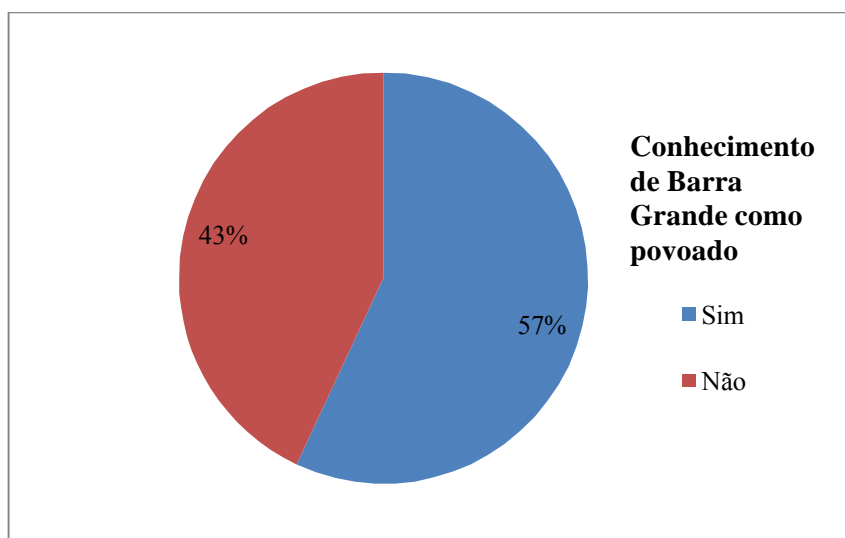


Gráfico 7 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo conhecimento de Barra Grande como um povoado do município de Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

Ainda quanto à divulgação do município, 41% dos pesquisados acham que é regular, e 23% acham péssima, enquanto 34% acham boa e apenas 2% acham ótima (Gráfico 9). Deste modo, a maioria dos turistas pesquisados considera que há ineficiência na divulgação das potencialidades turísticas locais.

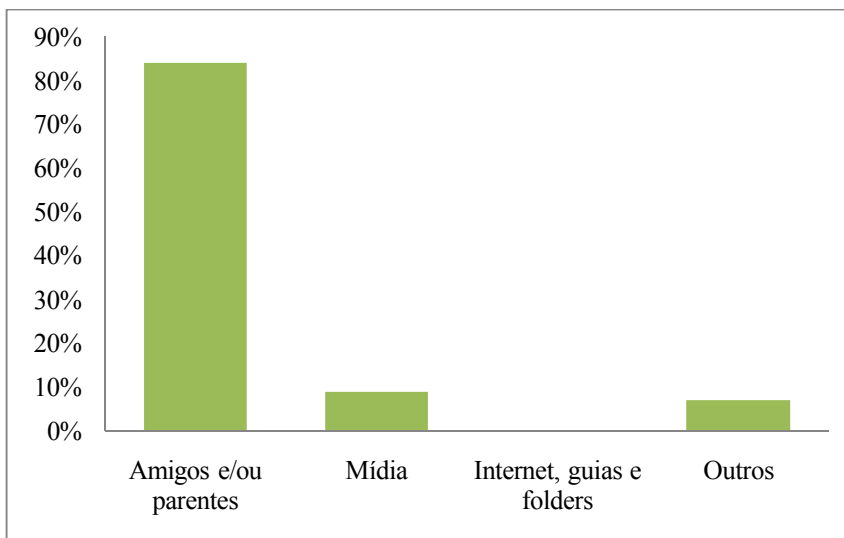


Gráfico 8 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo informação de como souberam do povoado/município

Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

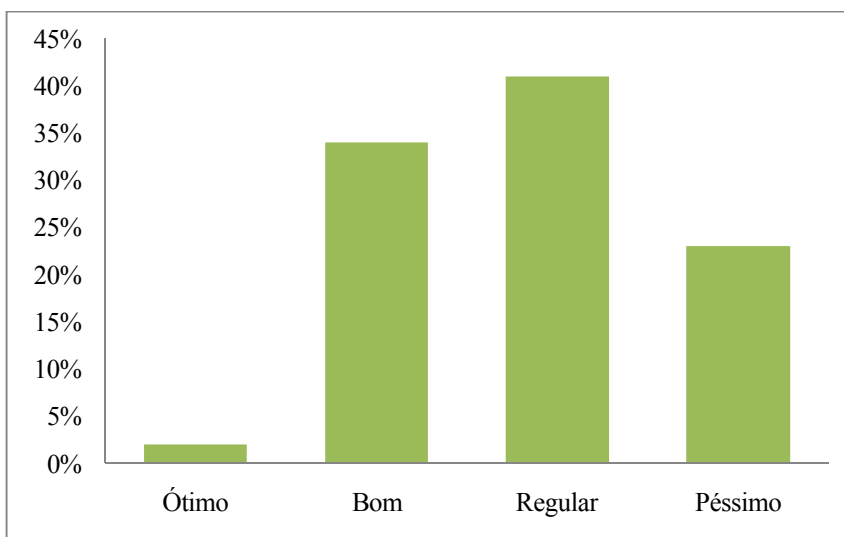


Gráfico 9 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo percepção sobre a divulgação do município

Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

Desde o início do desenvolvimento turístico do município de Cajueiro da Praia, a principal motivação das viagens ao local era a busca por tranquilidade. Os turistas se deslocavam para o município a fim de “fugir” das festas e badalações que o município vizinho de Luís Correia oferecia. Esta motivação ainda continua sendo a principal para 52% dos turistas pesquisados, enquanto, 16% afirmaram ser as praias, 14% a curiosidade/novidade, 9% a prática de esportes, e 9% viajaram por outros motivos (Gráfico 10).

Notou-se que a prática de esportes teve uma participação significativa nos dados coletados, apesar da pesquisa ter sido realizada em períodos em que a força e intensidade dos ventos não estivessem em condições ideais para a prática de esportes náuticos, como o *kitesurf*. O melhor período para a prática deste e outros esportes que necessitam de ventos, é entre os meses de agosto a outubro. Nestes meses, a velocidade do vento é alta, atraindo visitantes de várias regiões do país, inclusive estrangeiros.

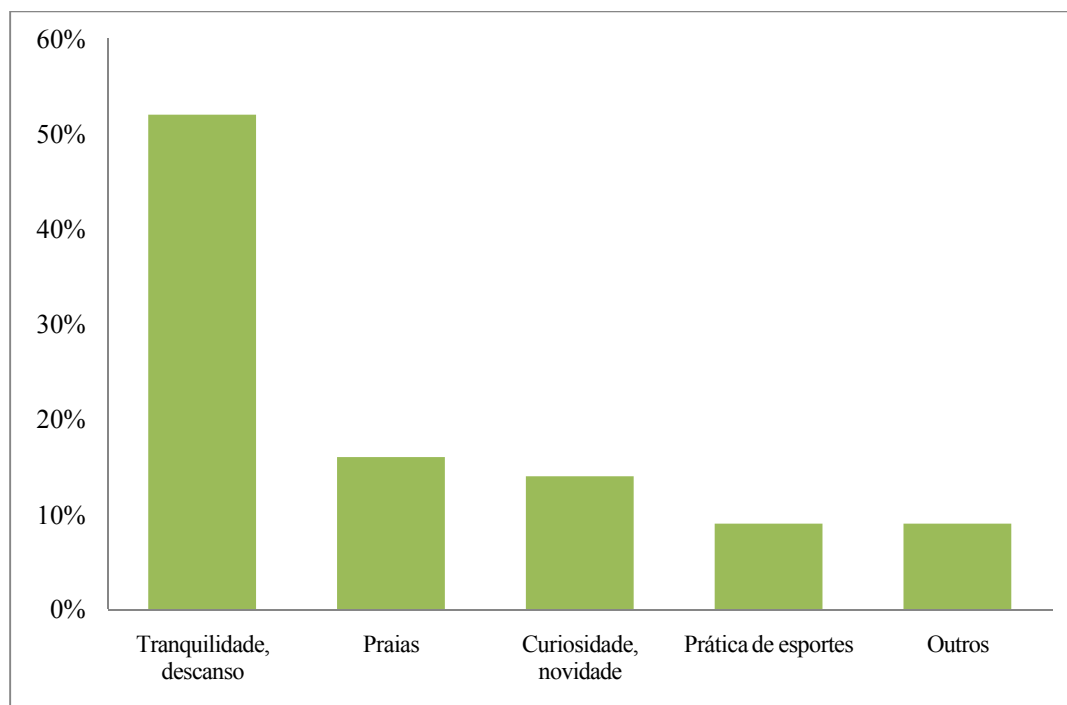


Gráfico 10 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo motivo da viagem

Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

Estes dados ao serem comparados com os do Gráfico 6, percebeu-se que 61,0% dos teresinenses foram à Cajueiro da Praia em busca de tranquilidade e descanso, confirmando que estes turistas se deslocavam até este município para evitar as festas e badalações que ocorrem no município de Luís Correia. Para os turistas oriundos de Parnaíba, 42,0% afirmaram ter o mesmo motivo do anterior, enquanto 33,0% disseram ser a beleza das praias. Os dados mostraram que para 40,0% dos turistas cearenses a principal motivação da viagem foi a busca pela tranquilidade e descanso e a curiosidade por conhecer um local novo. A maioria dos turistas de São Luís – MA (50%) e São Paulo – SP (66,0%) também foram ao município em busca de descanso e tranquilidade. Deste modo, constatou-se que essa

motivação foi a principal, independente da origem dos visitantes, comprovando que essa é a imagem que o município passa (Tabela 6).

Tabela 6: Distribuição dos turistas, segundo cidade de origem e motivo da viagem – Cajueiro da Praia – PI, 2009

Motivo da viagem Cidade de origem	Tranqüilidade descanso	Praias	Curiosidade novidade	Prática de esportes	Outros motivos
Teresina	61,0%	11,0%	11,0%	8,5%	8,5%
Parnaíba	42,0%	33,0%	9,0%	-	16,0%
Fortaleza	40,0%	10,0%	40,0%	10,0%	-
São Luís	50,0%	12,5%	12,5%	25,0%	-
São Paulo	66,0%	-	17,0%	17,0%	-
Outros Estados	12,5%	50,0%	12,5%	-	25,0%

Fonte: pesquisa direta, fev.-jul./2009

Em relação ao tempo de permanência dos turistas, em Cajueiro da Praia, 47% dos pesquisados ficaram no município por 4 dias ou mais, 42% permaneceram por 3 dias, e outros 10% por 2 dias, enquanto 1% ficou apenas um dia (Gráfico 11). Isto mostra que a maioria dos seus visitantes, 99%, permanecem mais de 2 dias no município. Este dado pode estar relacionado ao período de aplicação dos questionários (carnaval e semana santa) e indicam que o visitante não está de férias, mas apenas aproveitando esses poucos dias de feriados. Outra razão para essa reduzida permanência pode estar relacionada à própria infraestrutura do município que não dispõe de muitas opções de lazer. Assim, o oferecimento de opções variadas de lazer diurno e noturno poderiam ser boas alternativas de entretenimento para o turista, possibilitando dessa forma uma maior geração de renda para moradores locais.

Os turistas, quando questionados sobre a quantidade de vezes que visitaram o município, tiveram respostas variadas. Destes, 39% responderam que já visitaram o município de Cajueiro da Praia de 2 a 3 vezes, outros 35% estavam conhecendo pela primeira vez, e outros 26% já haviam visitado o local mais de 3 vezes (Gráfico 12). Estes dados mostram que a maioria dos turistas pesquisados (65%) retornou ao município e que, portanto, gostaram do local. Quando questionados se voltariam outras vezes, 100% responderam que sim, revelando a aceitação do município.

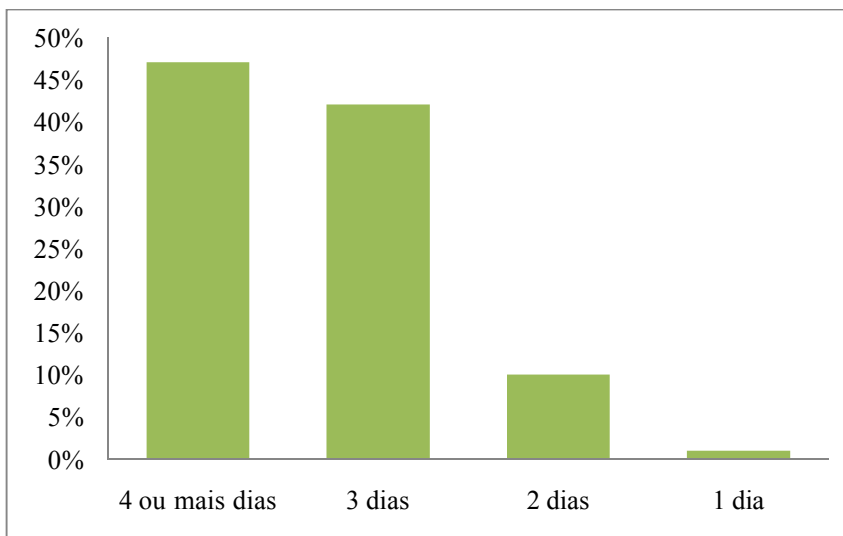


Gráfico 11 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo a permanência no município

Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

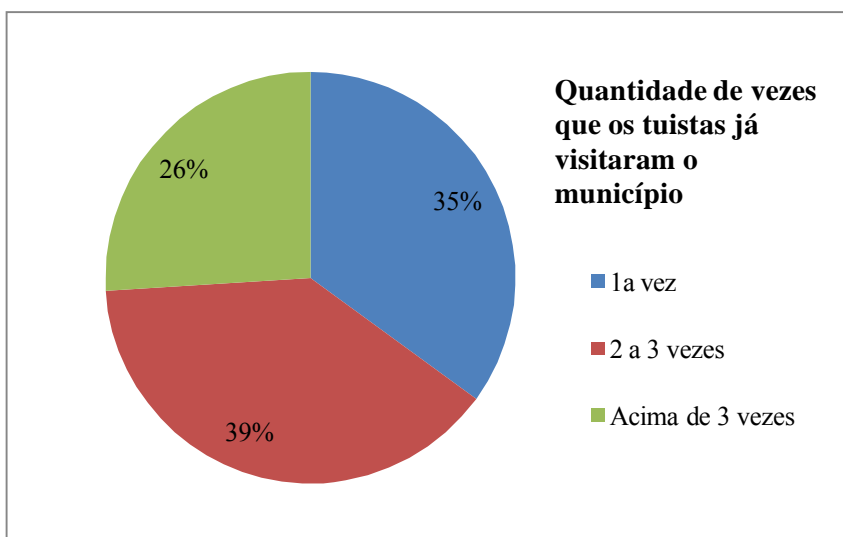


Gráfico 12 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo a quantidade de vezes que já visitaram o município

Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

Quando indagados se conheciam outros povoados do município, além daquele em que estavam hospedados, apenas 28% responderam que sim, enquanto 72% dos pesquisados afirmaram não conhecer os outros povoados (Gráfico 13). Assim, como a grande maioria estava no povoado Barra Grande, significa dizer que grande parte dos turistas não se desloca para conhecer os outros povoados mesmo tendo sido o automóvel o meio de transporte usado por 100% dos pesquisados para chegar ao município, como comentado anteriormente. Desta forma, o governo local poderia incentivar estes turistas a conhecerem as outras localidades, e seus atrativos, como por exemplo, as lagoas promovendo, assim, o desenvolvimento do

turismo no município como um todo e, não somente, no povoado Barra Grande. Em consequência, haveria um incremento na geração de empregos e renda beneficiando toda a comunidade.

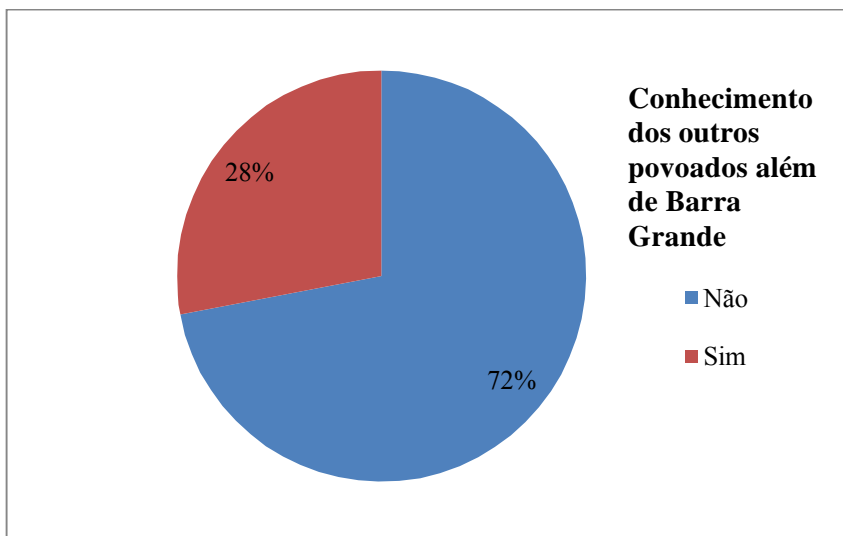


Gráfico 13 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo conhecimento de outros povoados do município
Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

Os turistas estavam acompanhados, em sua maioria (71%), pela família e/ou amigos. Outros (29%) estavam sozinhos ou com um acompanhante, e não houve nenhum registro de turista que fizesse parte de excursão. Isto mostra que ainda não está presente no município o chamado “turismo de massa”, caracterizado principalmente pela presença de grandes excursões, o que é um ponto positivo para o desenvolvimento turístico sustentável.

Os pesquisados foram solicitados a classificar alguns itens sobre o município entre ótimo, bom, regular ou péssimo. Em relação às informações turísticas, que seriam aquelas prestadas aos turistas sobre os eventos que ocorrem no município, os atrativos turísticos, a infra-estrutura, serviços e acessos, 44% dos pesquisados acharam regular, 30% péssimo e 23% bom, enquanto 3% não souberam responder e ninguém achou ótimo (Gráfico 14). Este é um dado importante, já que no povoado Barra Grande há um posto de informações turísticas, instalado na praça principal, porém, sem horários definidos de funcionamento. As informações prestadas se limitam à venda de um mapa turístico do município, contendo apenas telefones e endereços de algumas pousadas de Cajueiro da Praia e até telefones de hotéis de Luís Correia e Teresina (ANEXO 15).

Em relação à sinalização turística, que fornece informações sobre atrativos e destinos turísticos, 45% dos pesquisados acharam regular, 32% bom e 23% péssimo (Gráfico 15).

Partindo de Luís Correia até chegar ao município, existem algumas placas de sinalização turística, porém com informações erradas, principalmente no que se refere às distâncias. Uma das placas informa que a distância para chegar ao município é de 10 km, porém, ao percorrer 5 km, outra placa indica que ainda faltam 19 km. Este fato é um grave erro, que pode levar os visitantes a passarem da estrada de entrada ao município.

No que se refere à sinalização de trânsito, que informa e orienta os condutores de veículos sobre as vias, 38% dos turistas pesquisados disseram ser boa, enquanto 32% regular, 27% péssima e 3% não responderam (Gráfico 15). Estes dados refletem o estado de conservação das placas. Há nas estradas de acesso ao município de Cajueiro da Praia algumas placas de sinalização de trânsito novas, enquanto outras estão em péssimo estado de conservação, o que dificulta a sua interpretação.

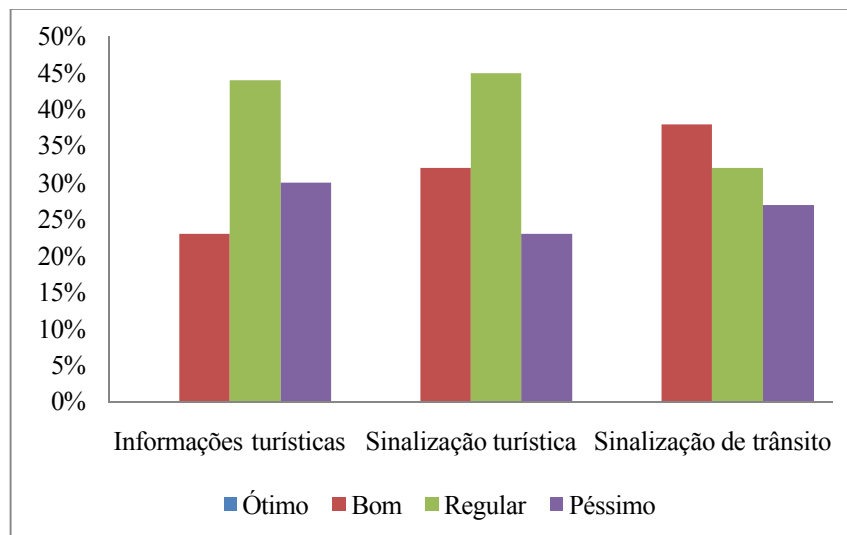


Gráfico 14 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo percepção sobre a infraestrutura turística do município (I)
Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

A hospitalidade está relacionada com a qualidade de um indivíduo ou comunidade de receber bem e acolher. Entretanto, para Campos (2006, p. 4) “o ato de hospedar e ser hospitaleiro são muito mais complexos que simplesmente receber o visitante; consiste na união, ou melhor, na aproximação de culturas, costumes e pessoas diferentes. Trata-se de uma relação de troca de valores entre o visitado e visitante”. Segundo Bedim e Paula (2007, p. 72), a hospitalidade pode “influenciar não apenas a imagem que o turista forma do destino, como também pode se configurar como fator determinante do tempo de permanência do turista na localidade e, por conseguinte, dos seus gastos”. Assim, quanto à hospitalidade dos moradores de Cajueiro da Praia, a grande maioria dos pesquisados (62%) afirmou ser ótima, 27% acham

boa, enquanto 6% acharam regular e 5% péssima (Gráfico 15). Este alto índice de aprovação dos turistas quanto à hospitalidade é um fator positivo para atração de visitantes.

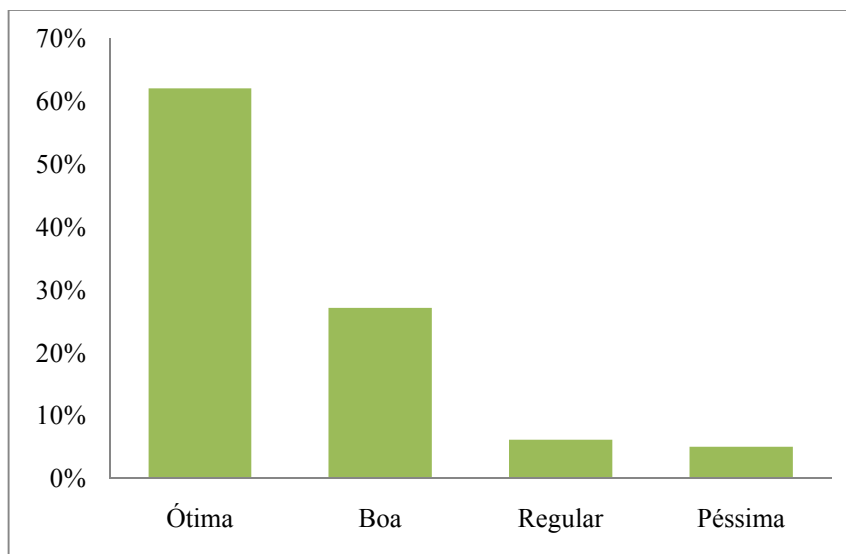


Gráfico 15 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo percepção sobre a hospitalidade do município
Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

Sobre a limpeza das praias, 58% dos turistas afirmaram ser boa e 9% ótima, apesar de reclamarem do incômodo ocasionado pela grande presença de algas marinhas na orla, enquanto, 25% acharam regular e 8% péssima (Gráfico 16). Este inconveniente poderia ser resolvido se as algas fossem retiradas das praias e utilizadas por indústrias de cosméticos, com a fabricação de xampus, cremes e outros produtos de beleza, aproveitando a mão-de-obra local. Desta forma, outra alternativa de emprego e renda para a comunidade seria gerada além de melhorar o aspecto estético das praias.

Em relação à limpeza urbana, 57% acharam boa, 37% regular, 3% péssima, e outros 3% não souberam responder (Gráfico 16). Foi observado que no município há poucas lixeiras, assim, o lixo é jogado, em vários locais, a céu aberto, o que provoca mau cheiro e atrai animais.

O município de Cajueiro da Praia passa a seus visitantes a imagem de ambiente tranquilo e seguro, mesmo não existindo policiamento ostensivo nas ruas. Por este motivo, 50% dos turistas consideram a segurança ótima e 42% boa, enquanto, 3% regular e 5% não souberam responder (Gráfico 16). Este dado é importante, pois, atualmente, a segurança tem sido um critério bastante decisivo na busca de destinos turísticos. Os turistas procuram visitar

locais seguros e em Cajueiro da Praia a segurança representa mais um fator positivo para o desenvolvimento turístico local.

Em relação aos serviços públicos, a maioria dos turistas pesquisados (54%) não precisou destes serviços, portanto não responderam, enquanto, 20% afirmaram serem bons, outros 20% afirmaram serem regulares e outros 6% péssimos. Quanto ao acesso rodoviário, que na sua maior parte, no período da pesquisa, esteve com uma pavimentação asfáltica em boas condições, 75% dos turistas o conceituaram como bom, 15% ótimo, e apenas 10% como regular (Gráfico 16). Apesar da avaliação positiva, 27% dos turistas reclamaram da presença de animais na pista, o que é um perigo.

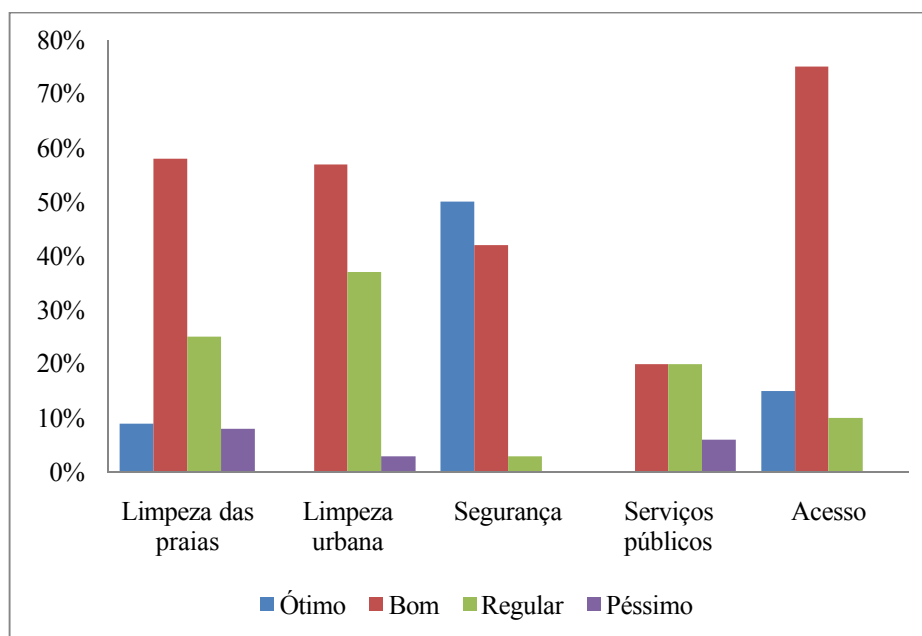


Gráfico 16 – Distribuição percentual de turistas, em Cajueiro da Praia – PI, segundo percepção sobre a infraestrutura turística do município (II)

Fonte: Pesquisa direta, fev.– jul./2009

Quando questionados se pretendiam voltar ao município de Cajueiro da Praia, 100% dos turistas pesquisados disseram que voltariam. Isto mostra que, apesar de alguns itens sobre o município não terem índices satisfatórios, como divulgação do município, sinalização e informação turística, os turistas gostaram de Cajueiro da Praia e pretendem voltar em outras oportunidades. Assim, em se concretizando essas visitas, o desenvolvimento do turismo local tende a ser sustentável e contínuo.

5.2 Percepção dos moradores do povoado Barra Grande

Em Barra Grande foram aplicados 26 formulários a moradores com idade superior a 19 anos, em diversos pontos da localidade, escolhidos de maneira aleatória. Destes, 59% são do gênero feminino e 41% do gênero masculino (Gráfico 17). Em relação à idade, 55% têm entre 20 a 39 anos, 14% entre 40 a 49 anos, 22% entre 50 a 59 anos, e 9% têm acima de 60 anos (Gráfico 18). Os dados mostraram que a maioria dos moradores do povoado são mulheres jovens, que poderiam ser utilizadas como mão-de-obra em empreendimentos turísticos locais. A busca de empregos em outras cidades, como Luís Correia e Parnaíba pode ter contribuído para os dados encontrados, sobre os homens.

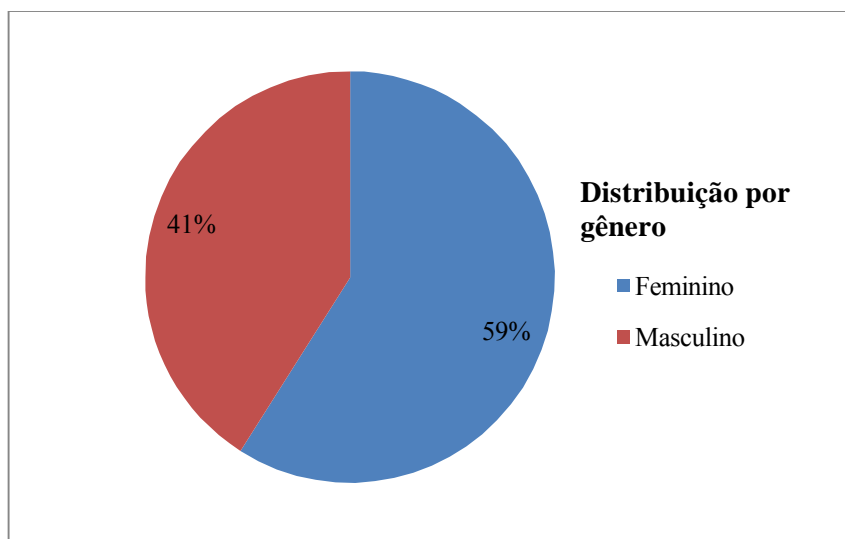


Gráfico 17 – Distribuição percentual de moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande segundo o gênero – Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

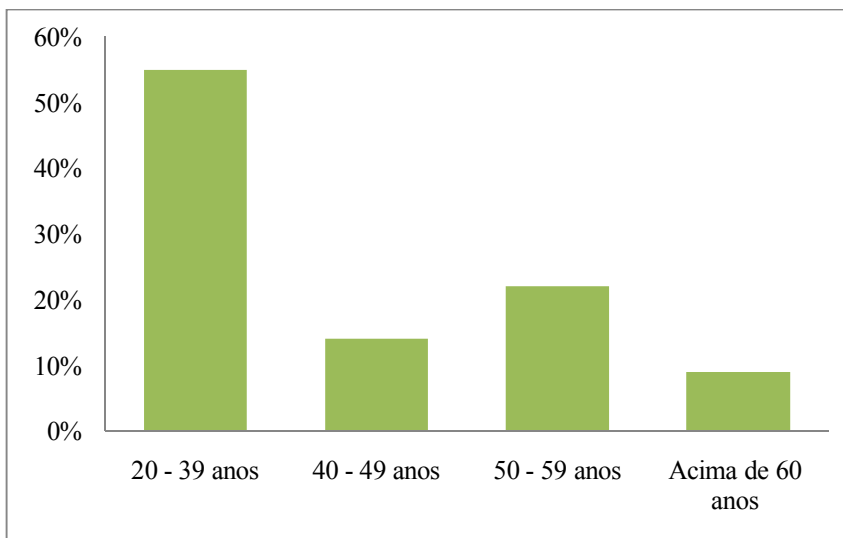


Gráfico 18 – Distribuição percentual de moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande segundo faixa etária – Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Quando questionados se aceitam que o turismo seja desenvolvido no município, a grande maioria (97%) afirmou que sim, enquanto 3% disseram que não. A aceitação, por parte dos moradores, do desenvolvimento da atividade turística é fundamental, pois isto influencia diretamente no tratamento dado aos visitantes.

Magalhães (2002) afirma que à medida que a comunidade vai se sentindo envolvida, torna-se mais motivada em relação a sua participação no processo de desenvolvimento do turismo, o que pode levar ao surgimento do senso de responsabilidade de ser guardião dos patrimônios natural, histórico e cultural da localidade. Neste processo, a comunidade também tem um papel importante de fiscalizador da atividade e avaliador dos reais impactos sentidos pela população local e quais as mudanças seriam melhor aproveitadas por ela. Assim, os residentes discutem o que querem e o que podem fazer para contribuir para o desenvolvimento local.

Neste sentido, sobre a relação que os moradores têm com o turismo, 56% afirmaram ter algum tipo de relação com a atividade, enquanto 44% não (Gráfico 19). Dos que têm relação com o turismo, 53% têm uma relação direta, ou seja, trabalham em alguma atividade desenvolvida exclusivamente para o turismo, como por exemplo, em pousadas. Enquanto 47% têm uma relação indireta, ou seja, trabalham em atividades feitas para a comunidade local, das quais o turismo pode se apropriar, como é o caso da pesca.

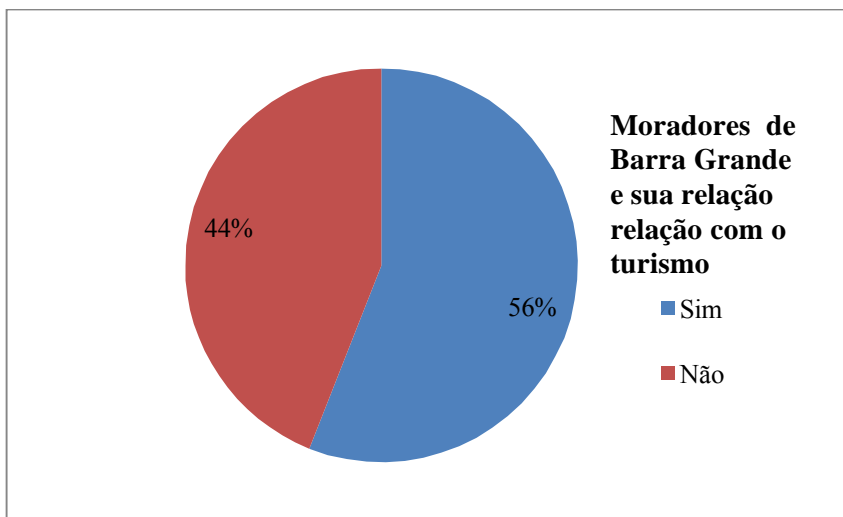


Gráfico 19 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande que têm relação com o turismo – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Os moradores foram questionados, também, se mais alguém da residência deles têm estas relações. Os dados mostraram que 41% afirmaram que sim, sendo que 64% destes, essa relação se dá de maneira direta e 36% de maneira indireta, enquanto 59% disseram não ter ninguém da sua casa que tenha uma relação com o turismo (Gráfico 20).

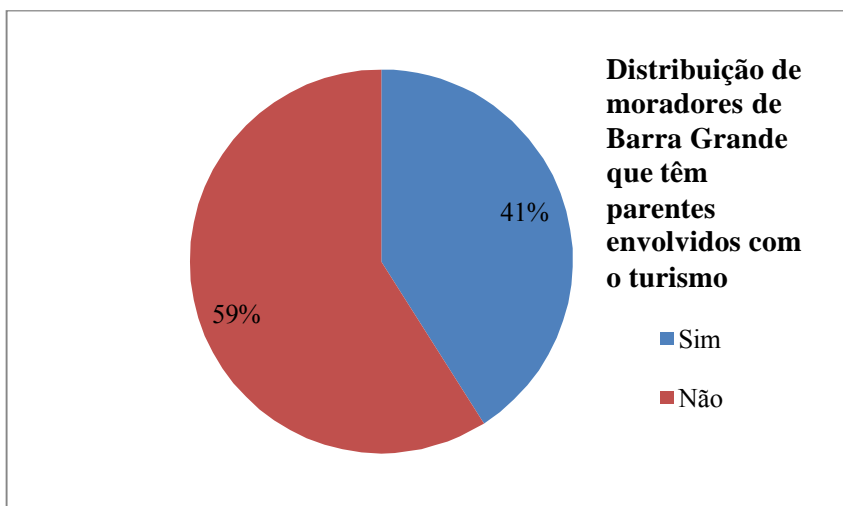


Gráfico 20 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo participação de parentes no turismo – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Estes dados comprovam a influência do turismo na renda dos moradores do povoado Barra Grande, com a geração de empregos. Contudo, no turismo, a geração de renda pode se

restringir a poucos, e os empregos gerados podem não absorver a mão-de-obra local, por falta de qualificação adequada que os trabalhos exigem. Neste sentido, o poder público local tem que intervir para promover, à comunidade, recursos e treinamentos que lhes são necessários. Já foram realizados no município de Cajueiro da Praia, vários cursos de capacitação, treinamentos e seminários para a comunidade local, promovidos pela Prefeitura local e SEBRAE, como: Seminário de Sensibilização e Mobilização da Comunidade Turística Pólo Costa do Delta; Curso de Atendimento a Clientes; Curso de Espanhol Básico, entre outros.

Os moradores que não têm relação com a atividade turística foram indagados se gostariam de trabalhar em alguma atividade relacionada ao turismo. Os dados indicaram que 59% disseram que sim, enquanto 41% disseram não ter interesse. Este número pode estar relacionado com a idade dos moradores pesquisados, uma vez que são em sua maioria jovens, e estão em busca de emprego ou de um trabalho que acham ser melhor do que aquele que o turismo poderia lhe proporcionar.

Como os moradores de Barra Grande já têm contato com a atividade turística, perguntou-se a eles quais os principais benefícios que o turismo proporcionou para o povoado. Os resultados indicaram que 32% acham que houve um aumento da oferta de serviços, 27% acreditam que houve um aumento de empregos e renda, 18% indicaram uma melhoria na infraestrutura de acesso, 17% acham que houve uma maior divulgação do município, e 6% apontaram uma melhoria do saneamento básico (Gráfico 21).

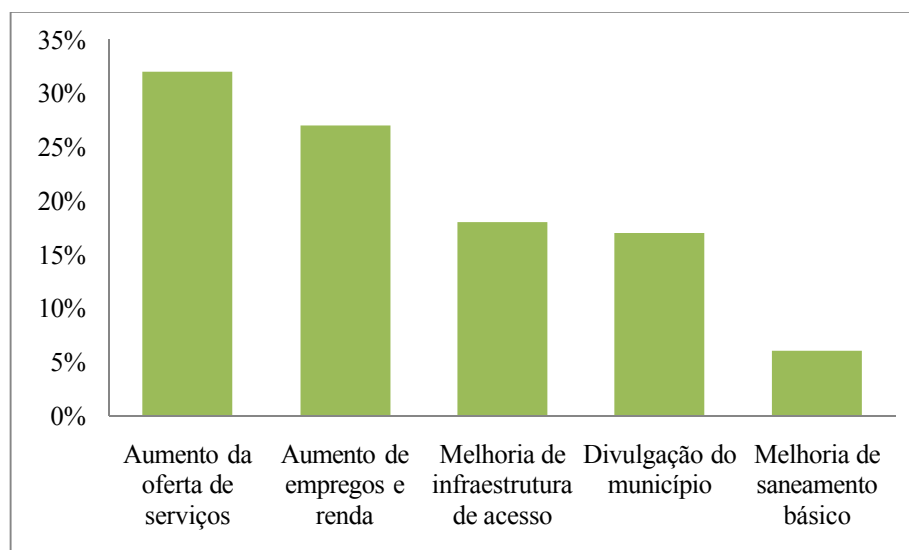


Gráfico 21 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo os benefícios proporcionados pelo turismo local – Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

No trabalho de Costa (2006), 50% dos moradores pesquisados afirmaram que o principal aspecto positivo que o turismo trouxe ao município foi o aumento da oferta de serviços, enquanto 25,44% responderam a melhoria do saneamento, 12,28% à divulgação da cultura local e o restante (12,28%) outros benefícios. Deste modo, nota-se que o aumento da oferta de serviços foi percebida pelos moradores desde 2006, e continuou em 2009, mostrando o crescimento do povoado.

Em relação a impactos negativos do turismo, 90% dos pesquisados afirmaram que a atividade turística local trouxe efeitos negativos para o município, enquanto 5% disseram que não, e outros 5% não souberam responder. Os dados sobre a indicação dos aspectos negativos apresentaram o seguinte resultado: 42% dos pesquisados afirmaram que houve especulação imobiliária e elevação dos preços de produtos e serviços, 30% apontaram poluição de praias, rios e lagoas, 14% apontaram poluição sonora, 11% a destruição da vegetação local, e 16% citaram outros impactos negativos, como o aumento da violência e do consumo de drogas (Gráfico 22).

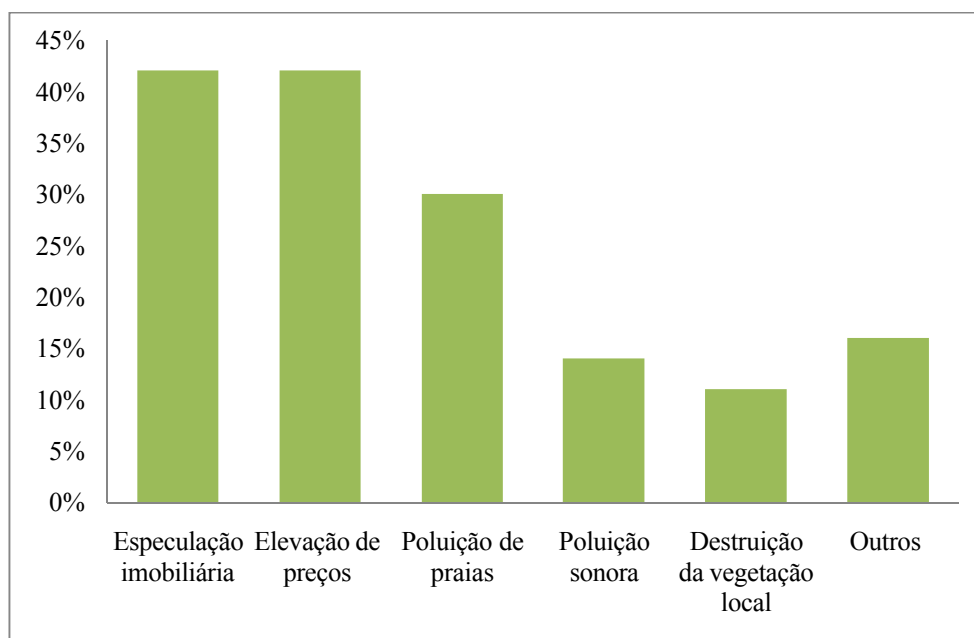


Gráfico 22 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo a percepção dos impactos negativos provocados pelo turismo – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Apesar de considerarem que o turismo local provocou impactos negativos, 83% dos moradores pesquisados disseram que a atividade provoca mais efeitos positivos do que negativos, enquanto 12% têm posição contrária, e 5% não souberam responder.

Costa (2006) pesquisou apenas impactos ambientais provocados pelo turismo no povoado Barra Grande. Naquele ano, 80,51% dos moradores pesquisados responderam que o maior impacto negativo era o acúmulo de lixo, enquanto outros 13,56% apontaram a poluição do mar, 3,39% a falta de aterro ou depósito de lixo, 1,69% o desmatamento e 0,85% a extinção de animais.

Estes resultados mostram que a comunidade do povoado Barra Grande tem consciência dos principais impactos que o turismo tem ocasionado na localidade. Monteiro e Monteiro (2008, p. 4) comentam que:

os moradores devem possuir um olhar crítico para a prática do turismo, percebendo que este poderá valorizar seus patrimônios culturais, naturais e ainda gerar renda na comunidade com a venda do artesanato, divulgação da gastronomia local, etc. É necessário ressaltar que a relação entre moradores e turistas deve ser harmônica e se caracteriza por ser nutrida de interesses de ambas as partes.

Assim, este olhar crítico tem grande importância para o desenvolvimento turístico local, pois as comunidades podem desempenhar uma forte influência em qualquer processo de mudança que ocorra nas suas localidades, como o processo de desenvolvimento do turismo. Para Swarbrooke (2000b, p.65):

as comunidades [podem ter] o controle total da política estratégica e das decisões táticas em relação ao turismo na área; as comunidades [podem ter] poder de veto contra todas as políticas e decisões sobre turismo que estejam nas mãos das entidades do setor público; as comunidades [podem estabelecer] as prioridades e os parâmetros da política e/ ou das decisões do setor público; às comunidades é permitido escolher uma política ou estratégia entre um pequeno número de opções, todas as quais foram geradas pelos que elaboram as políticas do setor público; as opiniões da comunidade são utilizadas para ajudar a justificar as decisões tomadas pelos órgãos do setor público; a comunidade [pode ser] consultada, mas os seus pontos de vista [podem não influenciar] significativamente a política do setor público.

Deste modo, para o autor o poder público tem conhecimento da influência que as comunidades devem ter, mas nem sempre dá importância a isto ou ao que elas pensam. Assim, promover o desenvolvimento local requer uma comunidade consciente e participativa, em todo o processo, desde o planejamento até a execução das ações.

Ghon (2003 apud IRVING; MENDOÇA, 2004) explica que participar significa dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo, que tem como objetivo fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões e desigualdades.

Os moradores do povoado Barra Grande foram questionados se alugam/alugariam as suas residências para turistas, e 88% disseram que não fazem/fariam esta prática, e apenas 12% disseram que sim. Destes que responderam não, 50% afirmaram que não alugam/alugaria suas residências para turistas devido à estrutura simples/precária das moradias, enquanto 40% disseram não ter interesse, e 10% deram outros motivos. Este resultado é semelhante ao obtido por Costa (2006), onde 86% dos moradores do povoado Barra Grande afirmaram que não alugariam as suas residências para turistas, enquanto 14% disseram que sim. Dos moradores que disseram que não alugariam, 45,35% alegaram questão pessoal, 45,35% a falta de condições físicas da moradia e 9,3% apontaram outros motivos.

Sobre as principais potencialidades turísticas no povoado, 100% dos moradores citaram as belezas das praias, rios e lagoas, 65% a tranquilidade e descanso, 44% os passeios, e 12% os eventos esportivos (Gráfico 23). De acordo com os resultados, as belezas naturais do povoado Barra Grande representam os principais atrativos turísticos da localidade. Por este motivo, os moradores devem ter uma maior preocupação com a preservação dos mesmos, já que a qualidade ambiental é um fator importante para atração de turistas.

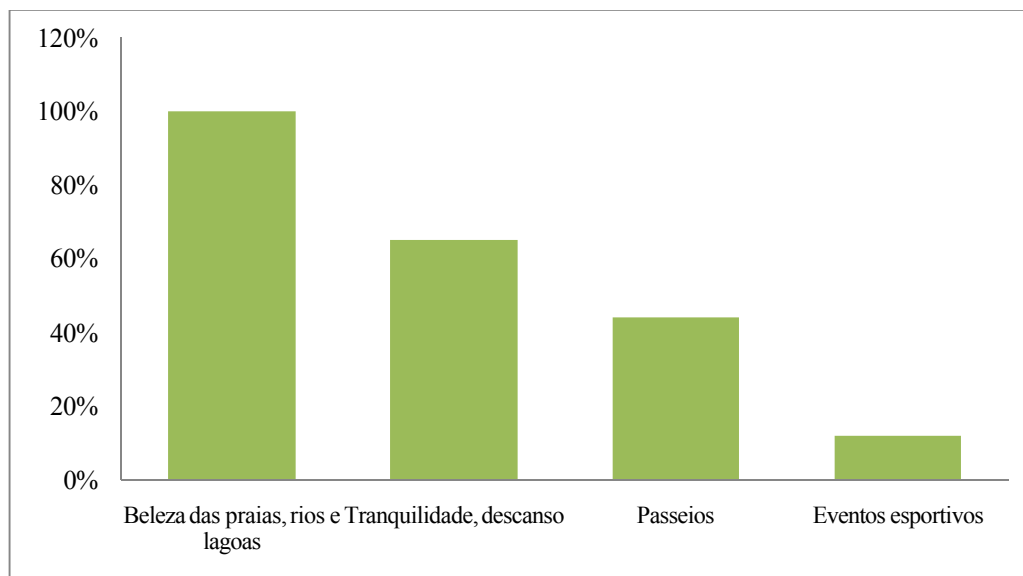


Gráfico 23 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo indicação das potencialidades turísticas do povoado – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Na pesquisa de Costa (2006), a faixa de praia foi considerada pela maioria dos moradores (79,37%) do povoado Barra Grande como o principal atrativo turístico local, enquanto 18,25% dos moradores indicaram os passeios, e 2,38% citaram as manifestações culturais, como festas juninas e festejos. Assim, comparando os dados obtidos por Costa (2006) com os deste trabalho, percebeu-se que houve um aumento do potencial turístico, com a possibilidade de utilização dos rios e lagoas para este fim.

Em relação às limitações para o desenvolvimento turístico local, 79% apontaram a precariedade da infraestrutura urbana e turística, 65% citaram a inexistência de alguns serviços urbanos, como farmácia e posto de gasolina, 29% a falta de treinamento e qualificação para atender os turistas, 12% citaram a dificuldade de acesso, e outros 12% outros motivos (Gráfico 24). Para os moradores, a infraestrutura urbana do município precisa melhorar bastante, pois os sistemas de abastecimento de água, luz, telefone e telefonia móvel ainda são insuficientes e precários. E como comentado na Seção 2, se um local é bom para a sua comunidade é bom também para os turistas. Quanto à infraestrutura turística, segundo os moradores, há a necessidade de integração dos empreendimentos turísticos com a comunidade, com a possibilidade de utilização da estrutura física desses estabelecimentos por parte dos moradores, bem como pela oferta de empregos neste setor. Alguns serviços como a instalação de agências de viagens e de transporte turístico precisam também ser melhorados.

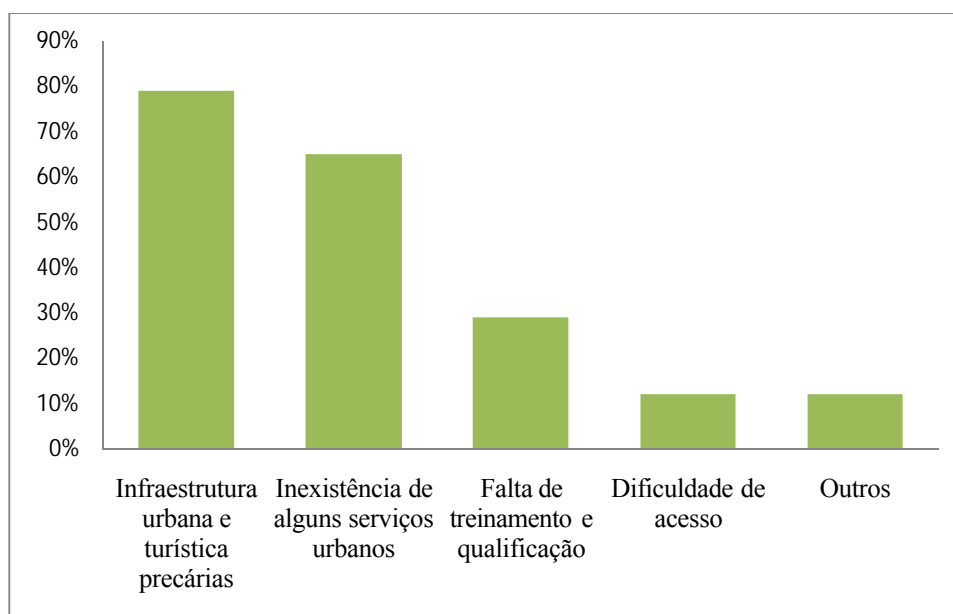


Gráfico 24 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo indicação das limitações para o desenvolvimento turístico local – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Os moradores foram indagados, ainda, se tinham conhecimento da APA do Delta do Parnaíba, e se sabiam que o município de Cajueiro da Praia faz parte dessa Área de Proteção Ambiental. Os dados mostraram que 68% dos pesquisados não tinham conhecimento da existência da APA, enquanto 32% disseram que sim (Gráfico 25), e 85% não sabiam que o município fazia parte da APA, enquanto apenas 15% sabiam desta informação.

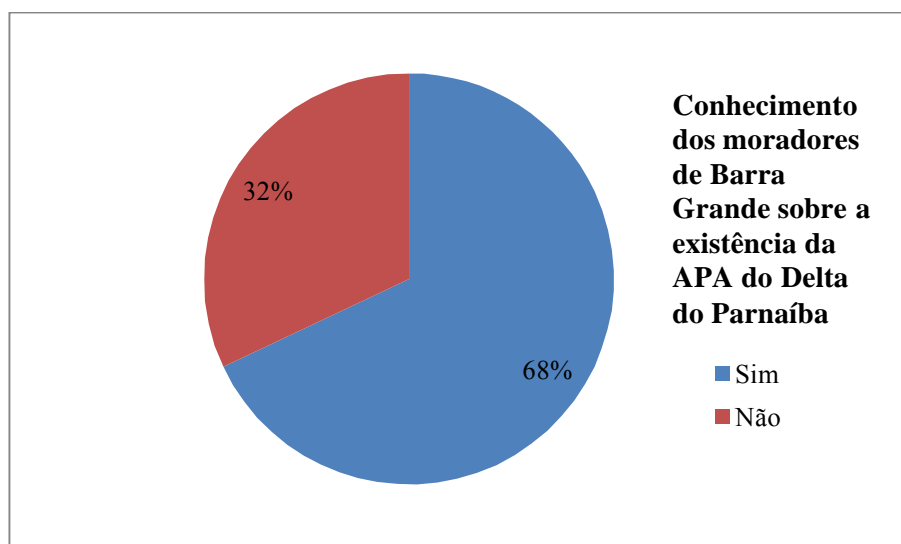


Gráfico 25 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais do povoado Barra Grande, segundo conhecimento da existência da APA do Delta do Parnaíba – Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Esta falta de informação a respeito da APA revela um dado importante, pois o não conhecimento pode implicar no não-cumprimento dos seus objetivos, como proteger os rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar; proteger os recursos hídricos, fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental, entre outros. Implicaria, também, na prática de algumas atividades que são proibidas de serem realizadas dentro da APA, descritas no Art. 5º do seu Decreto de criação, como implantação de atividades salineiras e industriais potencialmente poluidoras, que impliquem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água; exercício de atividades capazes de provocar erosão ou assoreamento das coleções hídricas; exercício de atividades que impliquem em matança, captura ou molestamento de espécies raras da biota regional, principalmente do Peixe-boi-marinho; despejo, no mar, nos manguezais e nos cursos d'água abrangidos pela APA, de efluentes, resíduos ou detritos, capazes de provocar danos ao meio ambiente; entre outras.

A divulgação das medidas previstas nesse Decreto deveria ter sido adotada desde a implantação da APA do Delta do Parnaíba, em 1996, com calendário anual de divulgação,

com o objetivo de esclarecer a comunidade local sobre a APA e suas finalidades. Entretanto, percebe-se que esta divulgação não vem sendo feita, descumprindo as normas da própria APA, o que pode acarretar vários impactos ambientais na região.

5.3 Percepção dos moradores da sede municipal e dos outros povoados da orla marítima

Na sede municipal foram aplicados 48 formulários, enquanto, nos povoados Barrinha e Morro Branco foram aplicados 11 e 13 formulários, respectivamente, totalizando 72 formulários. Dos moradores pesquisados, 54% são do gênero feminino e 46% do gênero masculino (Gráfico 26). Em relação à idade, 54% têm entre 20 a 39 anos, 13% entre 40 a 49 anos, 10% entre 50 a 59 anos, e 23% têm acima de 60 anos (Gráfico 27). Os dados obtidos revelaram que a maioria dos moradores são mulheres jovens, assim como constatado no povoado Barra Grande. Entretanto, há um número significativo de idosos, mais que o dobro do povoado Barra Grande, uma vez que o município se originou a partir de uma vila de pescadores, na área onde está localizada a sede municipal.

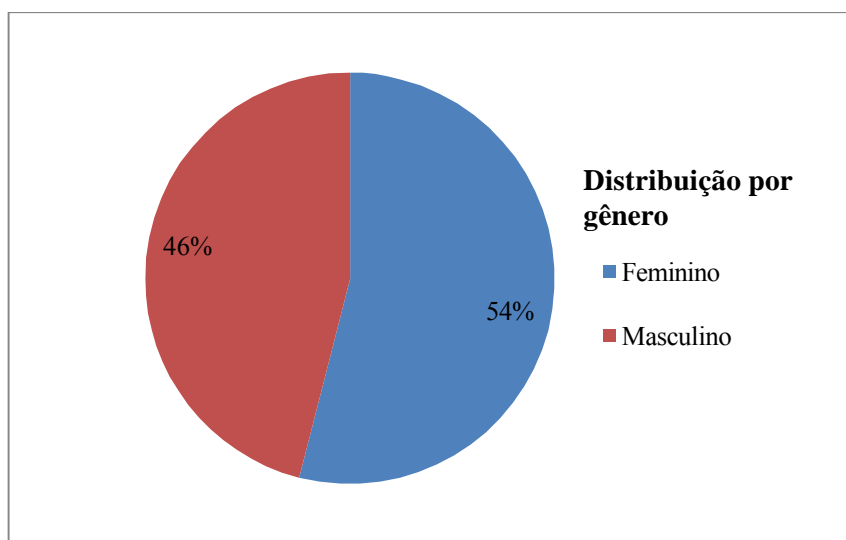


Gráfico 26 – Distribuição percentual de moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo o gênero – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

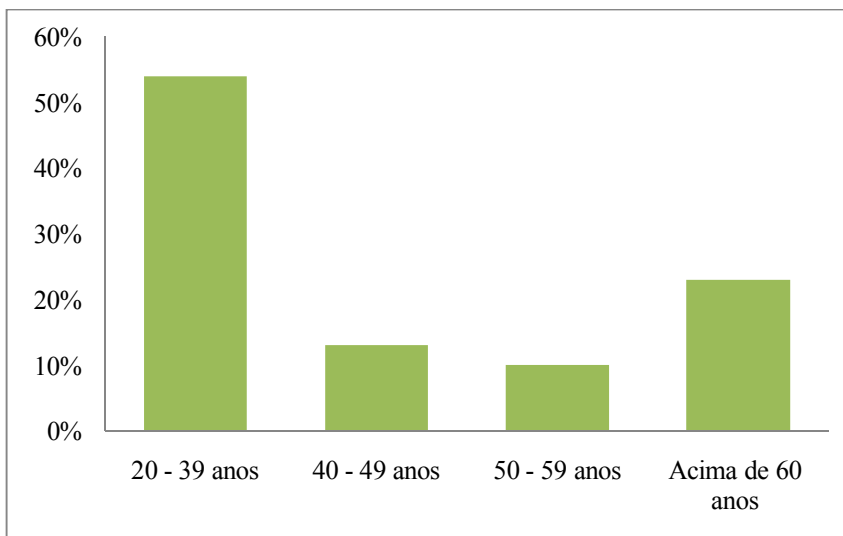


Gráfico 27 – Distribuição percentual de moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo a faixa etária – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Quando questionados se aceitam que o turismo seja desenvolvido no município, a maioria (93%) respondeu que sim, enquanto 7% disseram que não. A aceitação é um dado importante, pois caso contrário a atividade turística estará fadada ao fracasso. Por outro lado, esta aceitação é também preocupante, pois se percebeu que os moradores não têm muita consciência do que é o turismo e de quais são os seus reais impactos, ao serem questionados sobre os possíveis impactos negativos que o turismo pode provocar. Para eles, o turismo seria o “salvador do mundo”.

Para 53% dos pesquisados a atividade turística pode trazer efeitos negativos para o município, enquanto 28% disseram que não, e outros 19% não souberam responder. Assim, para um número significativo de moradores, o desenvolvimento do turismo só traria consequências positivas, o que não acontece na realidade, mostrando que eles têm uma imagem distorcida da atividade turística. Estes dados, comparados com os do povoado Barra Grande, onde 83% dos moradores afirmaram que o turismo trouxe impactos negativos, mostram a diferença entre este povoado com as demais localidades da orla. Os moradores da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco ainda não têm a percepção de que o turismo quando for desenvolvido nestas localidades, também poderá trazer impactos negativos, e não ser exatamente o “salvador do mundo” como imaginam.

Dentre os que afirmaram haver efeitos negativos, 35% dos moradores citaram que o turismo pode trazer especulação imobiliária, 29% apontam elevação dos preços de produtos e serviços, 22% a poluição de praias, rios e lagoas, 12% apontam destruição da vegetação local,

6% poluição sonora e 13% outros impactos negativos, como o aumento da violência, do consumo de drogas e a chegada de costumes ruins (Gráfico 28).

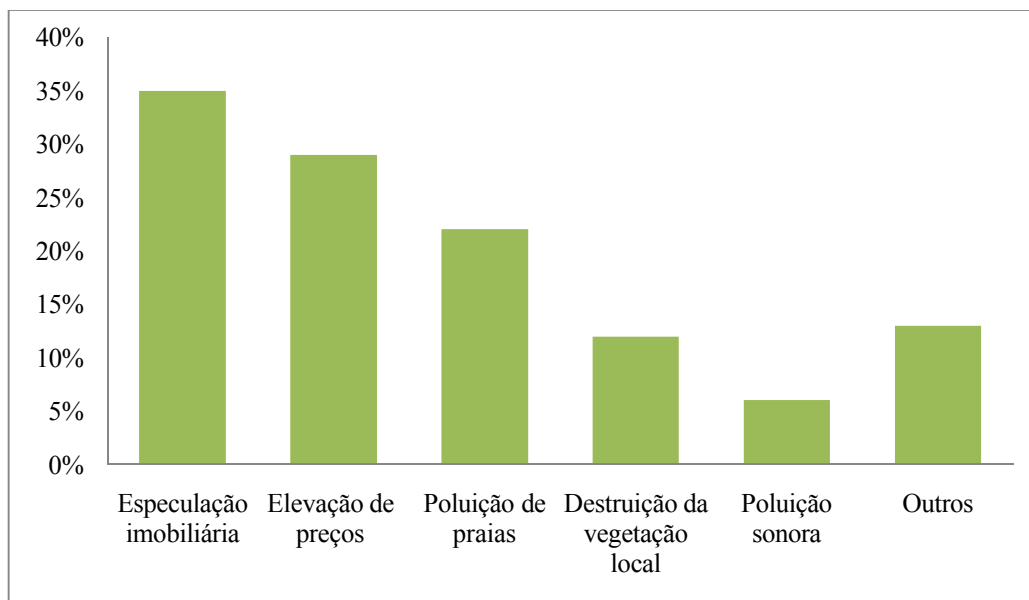


Gráfico 28 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo a percepção dos possíveis impactos negativos que o turismo pode proporcionar ao município – Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Os moradores foram indagados sobre quais seriam os benefícios que o turismo poderia trazer ao município, com o desenvolvimento da atividade. Os dados mostram que 92% acham que pode haver um aumento de empregos e renda, 77% esperam um aumento da oferta de serviços, 73% uma melhoria na infraestrutura de acesso, 33% prevêm uma maior divulgação do município, 24% esperam uma melhoria do saneamento básico, e 6% não souberam responder (Gráfico 29). Os dados revelaram que 98% dos moradores disseram que o turismo pode provocar mais impactos positivos do que negativos, e apenas 2% dos moradores pensam ao contrário.

A porcentagem destes números é alta, comparadas com as do povoado Barra Grande, onde 32% dos moradores acham que com o turismo houve um aumento da oferta de serviços, 27% acreditam que houve um aumento de empregos e renda, 18% identificaram uma melhoria na infraestrutura de acesso, 17% acham que houve uma maior divulgação do município, e 6% viram uma melhoria do saneamento básico. Essas diferenças, como dito anteriormente, confirmam a percepção dos moradores de Barrinha e Morro Branco de que o turismo é a grande esperança de melhoria na sua qualidade de vida.

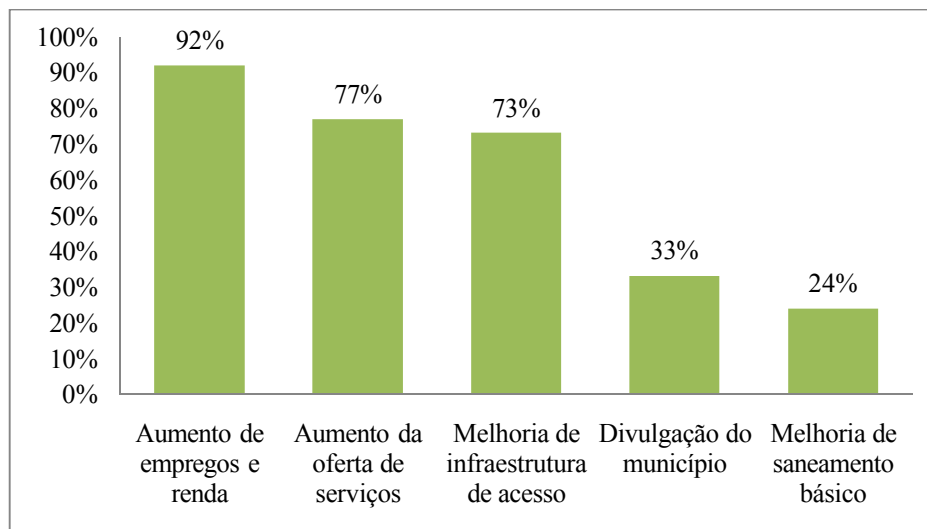


Gráfico 29 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo percepção dos possíveis benefícios que o turismo pode proporcionar ao município – Cajueiro da Praia – PI

Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Questionados sobre a relação com o turismo, 36% afirmaram ter algum tipo de relação com a atividade, enquanto a maioria (64%) respondeu que não tem. Dos que têm relação com o turismo, 21% possuem relação direta, enquanto 79% indireta (Gráfico 30). Quando questionados se alguém da sua residência se relaciona com essa atividade, 77% disseram que não, porém 23% afirmaram que sim, sendo 81% de maneira indireta e 19% de maneira direta (Gráfico 31).

Os dados comprovam que os moradores da sede municipal e dos outros povoados da orla marítima ainda não sofrem uma influência significativa da atividade turística. A maioria das relações se dá de maneira indireta, ou seja, os moradores trabalham em atividades que não são exclusivas para o turismo, mas que podem ser apropriadas por ele.

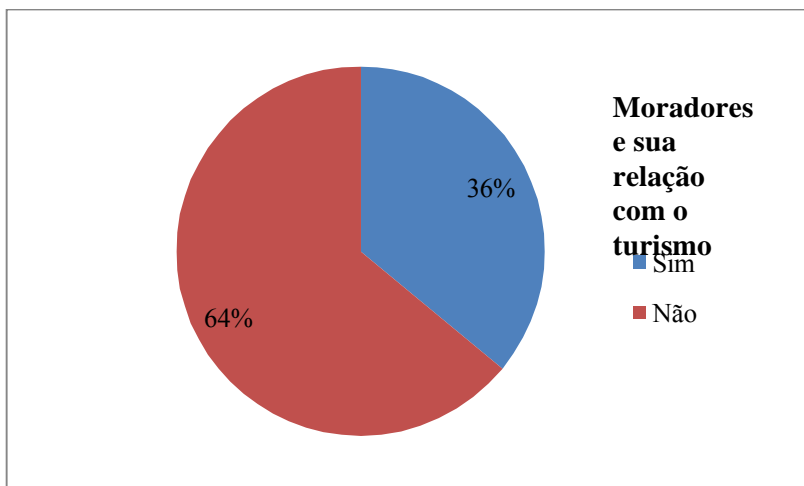


Gráfico 30 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco que têm relação com o turismo – Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

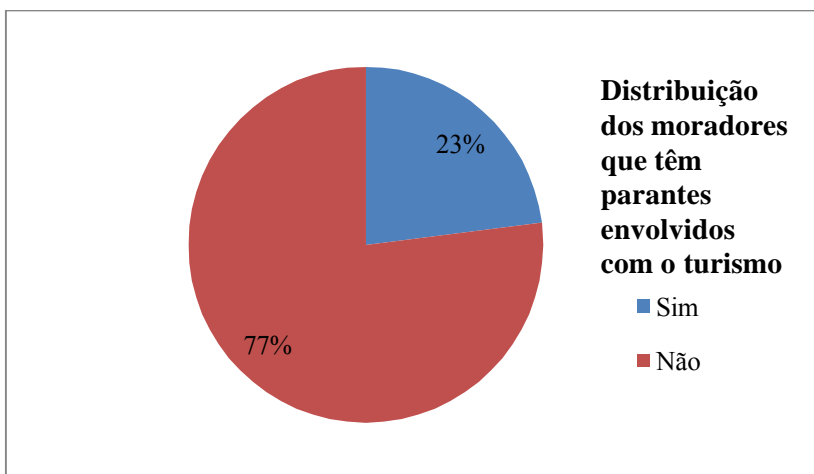


Gráfico 31 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo a participação de parentes no turismo – Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Dos moradores que não têm relação com a atividade turística, 62% gostariam de trabalhar em alguma atividade relacionada, enquanto 38% disseram não ter interesse. Entre os interessados, a maioria é de jovens com idade entre 20 a 39 anos e que podem ser aproveitados como mão-de-obra para atividades relacionadas ao turismo.

Em relação a aluguel das suas residências para turistas, 73% dos moradores disseram que não fazem/fariam esta prática, e 27% disseram que sim. Dos que não alugam/alugariam as suas residências para turistas, 72% afirmaram não ter interesse, 21% apontaram a estrutura física das casas, e 7% devido a outros motivos. Assim, o aluguel não é uma possibilidade de

renda extra para a maioria dos moradores, porém, com o desenvolvimento turístico local esta realidade pode vir a mudar, considerando que 27% dos moradores já se dispõem a essa prática.

Sobre as potencialidades turísticas das localidades, 78% dos moradores citaram as belezas das praias, rios e lagoas, 64% o Projeto Peixe-Boi Marinho, 31% a tranquilidade e descanso, 13% os passeios, e 3% os eventos esportivos. De acordo com esses dados, para a grande maioria dos moradores das localidades, o Projeto Peixe-Boi Marinho é uma atrativo turístico local importante, e que o desenvolvimento das suas atividades, poderá incrementar a renda e gerar empregos para a comunidade local (Gráfico 32).

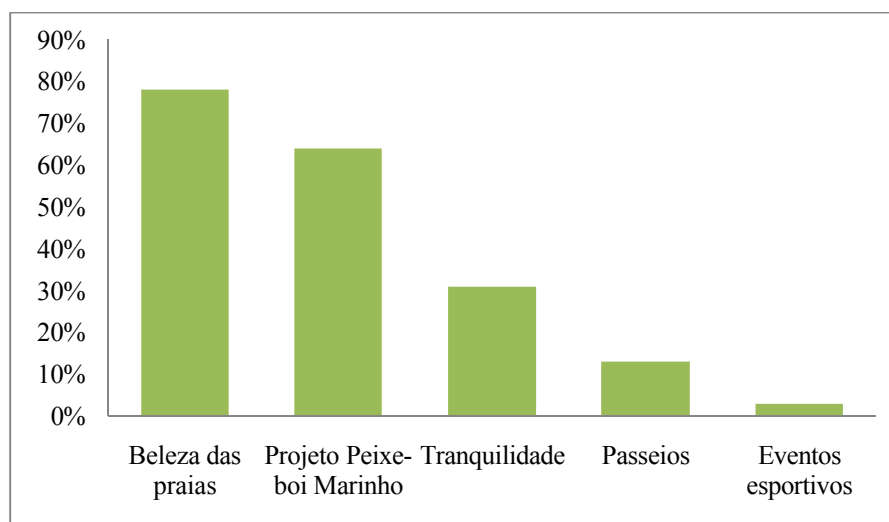


Gráfico 32 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo indicação das potencialidades turísticas das localidades – Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Em relação às limitações para o desenvolvimento turístico local, 77% disseram que são a infraestrutura urbana e turística precárias, assim como ocorreu no povoado Barra Grande. Para 53% dos moradores a inexistência de alguns serviços urbanos, como posto de gasolina e farmácia limitam o turismo, 47% apontaram a falta de treinamento e qualificação para atender os turistas, 19% acham que é a dificuldade de acesso, e 3% são outros motivos (Gráfico 33). Em relação à dificuldade de acesso apontada, essa limitação é pertinente somente para os próprios moradores, por não terem muitas opções de transporte a outros municípios ou pela falta de conhecimento da real situação das estradas de acesso ao município de Cajueiro da Praia, pois como comentado anteriormente, para 90% dos turistas o acesso é bom ou ótimo.

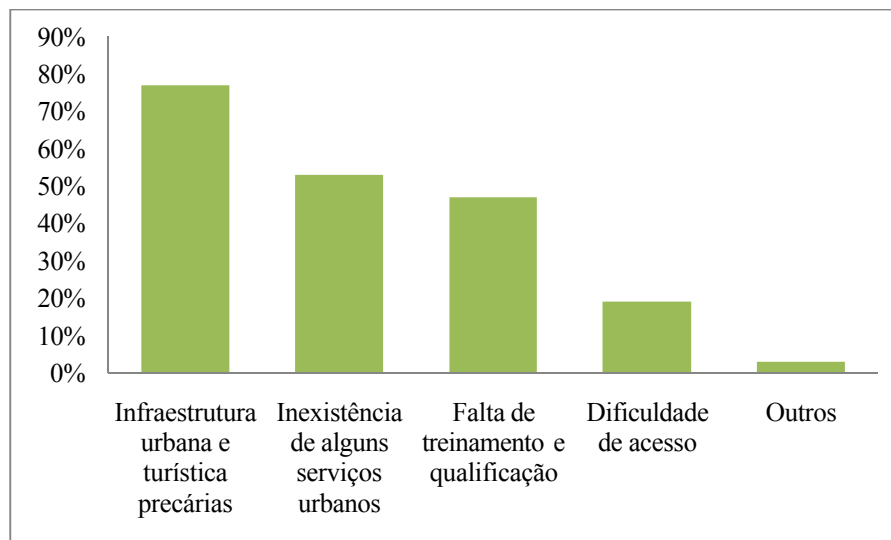


Gráfico 33 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo indicação das limitações para o desenvolvimento turístico local – Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Sobre a existência da APA do Delta do Parnaíba, 67% dos moradores disseram que não tinham conhecimento desta informação, enquanto 33% disseram que sim, e 74% não sabiam que o município de Cajueiro da Praia é parte integrante da APA, enquanto 26% sabiam disso. Este resultado é semelhante ao verificado no povoado Barra Grande, mostrando que nestas localidades há uma grande desinformação a respeito da APA, o que pode resultar em impactos ambientais na região (Gráfico 34).

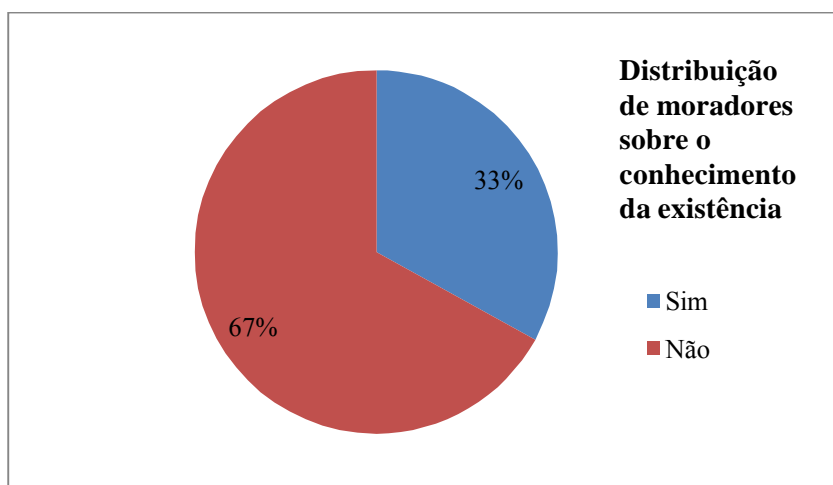


Gráfico 34 – Distribuição percentual dos moradores de 20 anos e mais da sede municipal e dos povoados Barrinha e Morro Branco, segundo conhecimento da existência da APA do Delta do Parnaíba – Cajueiro da Praia – PI
Fonte: Pesquisa direta, jul./2009

Assim, nesta seção foram levantados quais são as possibilidades e limitações do desenvolvimento do turismo no município de Cajueiro da Praia. Para isto, identificaram-se os atrativos naturais e culturais, verificaram-se as suas formas de exploração e a percepção dos turistas que visitaram os povoados da orla marítima no período da pesquisa, bem como dos moradores dessas localidades.

Dentre os atrativos naturais, que variam de lagoas a praias, algumas inclusive desertas, destaca-se a praia da Barra Grande, que é o único atrativo de cunho natural em que realmente há exploração turística. Nessa praia concentram-se várias barracas, que são fonte de renda para a comunidade local, e três pousadas.

Em relação a atrativo cultural o destaque é para os eventos musicais que acontecem no povoado de Barra Grande, atraindo visitantes e movimentando a economia local. Na sede municipal há eventos esportivos, porém sem divulgação, envolvendo somente a comunidade local.

Nesta seção abordaram-se, também, as atividades de turismo de aventura como atrativo turístico para o município, com a prática do *kitesurf*, passeios ecológicos, com observação de cavalos-marinhos e do peixe-boi marinho. No povoado Barra Grande há duas associações de condutores que realizam passeios, na localidade, o que gera renda para os seus associados. Na sede municipal há uma associação que ainda está em fase de organização.

Apresentou-se, também, como se encontra a estrutura hoteleira do município de Cajueiro da Praia, que até julho/2009 contava com doze pousadas, sendo nove no povoado Barra Grande e três na sede municipal.

Por fim, nesta seção, mostrou-se a percepção dos turistas sobre o turismo local e dos próprios moradores sobre a atividade turística. Os turistas foram indagados sobre cidade de origem, tempo de permanência no município, quantidade de vezes que já visitaram o município, avaliação da infraestrutura turística, entre outros. A percepção dos moradores foi analisada nos povoados Morro Branco e Barrinha e a sede municipal e, separadamente, para o povoado Barra Grande, por ter este povoado um maior contato com o turismo.

6 CONCLUSÃO

O município de Cajueiro da Praia – PI possui vários atrativos e potenciais turísticos, como praias com ventos propícios à prática de esportes radicais, como o *kitesurf*, lagoas, estuários onde se realizam passeios ecológicos que unem o turismo de aventura com a observação da vida animal, e o Projeto Peixe-Boi Marinho do ICMBio. Destes, alguns já são explorados turisticamente, enquanto outros são apenas potenciais, que poderiam ser alternativas de emprego e renda para a comunidade local.

O turismo no município é mais desenvolvido no povoado Barra Grande, pois foi a primeira localidade a ser “descoberta” pelos turistas, o que provocou um aumento da oferta de serviços no povoado, e conseqüentemente, a geração de empregos e renda. Assim, nesta localidade são observadas várias casas que servem como “segunda residência”. Isso se deve a possibilidade de descanso e tranquilidade que o local proporciona, que é a principal motivação das viagens por parte de quem a visita. Porém, nessa localidade, o turismo já trouxe impactos negativos que foram percebidos pela maioria da população, e que se não forem tomadas medidas rápidas pode provocar efeitos irreversíveis, prejudicando a continuidade do desenvolvimento turístico local.

Diferentemente do que ocorre no povoado Barra Grande, as comunidades dos povoados Barrinha, Morro Branco e da sede municipal, ainda não vivenciam o turismo no seu dia-a-dia, porém, desejam que ele se desenvolva, na esperança de que traga benefícios para todos. Entretanto, para que isso ocorra é necessário que o turismo seja desenvolvido de uma maneira sustentável, buscando a igualdade social, equilíbrio com o meio ambiente e a viabilidade econômica. Para tanto, a comunidade do município deve ser esclarecida do que seja realmente turismo e sobre os impactos, positivos e negativos que poderão advir. É importante também a participação dos moradores no processo de desenvolvimento turístico de forma a se beneficiar em termos econômicos e não prejudicar o meio ambiente local.

Para a comunidade local, principalmente, é fundamental ter boa informação, pesquisa e comunicação da natureza do turismo. Estes aspectos representam um dos princípios do desenvolvimento sustentável do turismo, discutidos na Conferência Globe’90, comentado na Seção 2. No entanto, foi constatado que somente a comunidade do povoado Barra Grande tem consciência sobre isto. Por este motivo, é preciso que haja um esclarecimento aos moradores do município sobre a natureza da atividade turística.

Os moradores do povoado Barra Grande tem uma ligação maior com o turismo, uma vez que um número significativo de seus moradores trabalha diretamente em atividades relacionadas ao turismo. Nas outras localidades esta relação é bem menor e a maioria dos que trabalha com o turismo o faz de modo indireto. Assim, o governo local poderia incentivar os moradores, que ainda não trabalham, a desenvolver atividades ligadas ao artesanato local, gastronomia, hospedagem, entre outras, de modo a integrá-los com o turismo, mesmo que de uma forma indireta.

Os povoados Barrinha e Morro Branco não têm estabelecimentos de hospedagem e nem estrutura física urbana para atrair visitantes, apesar de terem belos atrativos naturais que precisam ser estruturados. Esses povoados servem apenas como ponto de passagem do povoado Barra Grande à sede municipal de Cajueiro da Praia.

A sede municipal começa a se estruturar para receber turistas em busca da observação de peixes-bois marinhos, que são o principal atrativo turístico da localidade. Porém, esta observação ainda é feita de maneira improvisada, a partir do acompanhamento dos trabalhos realizados pelo Projeto Peixe-Boi Marinho, do ICMBio.

Os moradores dos povoados Barrinha, Morro Branco e da sede municipal aceitam e querem que o turismo se desenvolva em suas localidades a qualquer custo, pois acreditam que o turismo é o “salvador do mundo” e só trará benefícios. Este dado é preocupante, pois a comunidade local pode ficar alheia ao desenvolvimento turístico, sendo excluída do processo e de seus efeitos positivos.

No âmbito ambiental, percebe-se que há uma grande desinformação da comunidade do município de Cajueiro da Praia a respeito da Área de Proteção do Delta do Parnaíba. Grande parte dos moradores desconhecia totalmente esse assunto e não sabia nem mesmo que o município integrava a APA. Este fato pode provocar efeitos negativos diretos nas localidades, na medida em que o não-conhecimento implica no não-cumprimento dos seus objetivos, com a prática de atividades proibidas de serem realizadas em uma área de preservação. Entre esses objetivos está o de fomentar o turismo ecológico, mas não de uma maneira aleatória, necessitando de planejamento baseado nos princípios da sustentabilidade. Deste modo, a falta de consciência por parte da comunidade local pode ser uma limitação para o desenvolvimento turístico sustentável, pois pode propiciar impactos ambientais, como a destruição da fauna e da flora, queimadas e poluição das praias, indo contra um dos princípios da sustentabilidade: preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

Para grande parte dos moradores as limitações para o desenvolvimento turístico local se devem às precárias infraestruturas urbana e turística e a inexistência de alguns serviços

urbanos, como farmácia e posto de gasolina. Para os moradores é preciso melhorar os sistemas de abastecimento de água, luz, telefone e telefonia móvel. Deste modo, o município será bom para a sua comunidade, e conseqüentemente será bom para os turistas.

Sobre os turistas, percebe-se que a grande maioria tomou conhecimento do município através de amigos e parentes, de uma maneira informal, pois não há divulgação de Cajueiro da Praia nas localidades emissoras de turistas. Este fato se constitui em mais uma limitação para o desenvolvimento do turismo local. Uma maior divulgação turística por diferentes meios, provavelmente aumentaria a demanda, o que acarretaria um uso maior dos serviços e produtos turísticos do município, movimentando a economia local.

Com o desenvolvimento das atividades de turismo de observação de peixes-boi, através do Projeto do ICMBio, o município de Cajueiro da Praia pode se tornar referência neste tipo de turismo, gerando mais empregos e renda para a comunidade local, além da preservação do habitat destes mamíferos e do seu entorno, provendo desta maneira, o turismo de maneira sustentável.

Outro ponto favorável para o desenvolvimento turístico no município é o fomento da prática do *kitesurf*, que atrai praticantes de vários Estados do país e do exterior, movimentando escolas para aprendizagem do esporte, campeonatos esportivos, lojas com vendas de produtos e manutenção, e meios de hospedagem com adaptações para a guarda dos equipamentos. Percebeu-se que o principal requisito para a prática desse esporte, as boas condições de intensidade e velocidade de ventos, é o mesmo para a prática de outros esportes aquáticos, como o *windsurf*, porém ainda não é realizado no município. Estes esportes poderiam ser praticados nas lagoas do município, se essas forem estruturadas para isso, o que se tornaria mais uma opção de lazer tanto para os moradores quanto para os turistas, podendo, assim, ampliar as fontes de renda com o turismo.

Deste modo, foi constatado que o turismo no município de Cajueiro da Praia pode ser, realmente, um fator propulsor do desenvolvimento sustentável local, pois o município tem muitos atrativos e potenciais turísticos que, se bem estruturados e com o auxílio de um planejamento da atividade que inclua a comunidade local, pode atrair ainda mais turistas para as localidades, ainda fora do circuito turístico, gerando empregos e renda.

Assim, para o desenvolvimento do turismo sustentável no município de Cajueiro da Praia, sugerem-se as seguintes recomendações a serem adotadas pelo governo local e pela comunidade:

No campo ambiental:

- Desenvolver palestras e campanhas educativas a fim de informar a comunidade sobre a existência da APA do Delta do Parnaíba, bem como os seus objetivos e medidas a serem tomadas, promovendo a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região. A comunidade deve participar destas palestras e campanhas para terem maior conhecimento do local onde residem;
- Melhorar o sistema de coleta de lixo do município; construir um local adequado para o seu destino final; informar a comunidade sobre os malefícios da prática das queimadas e enterros do lixo; promover campanhas educativas sobre a importância do correto armazenamento do lixo, a fim de evitar a presença de animais nas ruas e estradas do município; e incentivar a coleta seletiva do lixo, tanto com os moradores quanto com os turistas;
- Realizar estudo da capacidade de carga dos atrativos do município, tanto no que se refere ao número de visitantes/dia, quanto das atividades que estão sendo desenvolvidas e das que podem vir a ser implementadas;
- Fazer o mapeamento dos pontos de acesso turístico, delimitando as áreas mais frágeis, que não podem ser impactadas durante os passeios ecológicos;

No campo sociocultural:

- Resgatar a história, as tradições e a cultura local, junto a comunidade, promovendo, deste modo, a sustentabilidade cultural;
- Melhorar a organização e o calendário dos eventos musicais, no que diz respeito à sua localização e à data da realização, evitando a poluição sonora, diminuindo os efeitos da sazonalidade e levando a uma maior integração da comunidade local com os turistas. Esta escolha deve ser realizada, considerando os interesses em conjunto com organizadores dos eventos e a comunidade local;

No campo turístico:

- Promover palestras com a comunidade local, que envolvam tanto os moradores mais jovens quanto os mais idosos, sobre aspectos básicos do turismo, as suas conseqüências e as possibilidades de vender produtos turísticos locais;
- Melhorar a sinalização turística do município e de seus atrativos;
- Criar um plano de marketing turístico para o município, com a finalidade de aumentar o fluxo de turistas, gerando mais empregos e renda;

- Efetivar e melhorar o funcionamento e o trabalho do Centro de Informações Turísticas;
- Estimular a produção e venda de artesanato local;
- Criar e manter atualizado um cadastro das famílias que têm interesse a trabalhar com o turismo, e em quais possíveis atividades;
- Estimular a visitação a outros povoados da orla marítima, além do povoado Barra Grande;
- Estimular a capacitação e qualificação dos condutores de visitantes, primando pela qualidade e segurança nas atividades desenvolvidas;
- Por último, elaborar um plano de desenvolvimento do turismo, a partir do Plano Diretor do município, elaborado em 2008.

REFERÊNCIAS

- ABETA. **Diagnóstico do turismo de aventura no Brasil**. 2008. Disponível em: <http://www.abeta.com.br/pt-br/pgn.asp?id_pg=61&nivel=1>. Acesso em: 02 mar. 2009.
- ABK. Padrões sugeridos pela ABK para funcionamento de uma escola. Disponível em: <http://www.abk.com.br/programa/automatic_site/index.php?idioma=0&id=224>. Acesso em: 02 mar. 2009.
- ABNT. **NBR 15500**: turismo de aventura – terminologia. Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **Pesquisa de Normas Técnicas**. Disponível em: <<https://www.abntnet.com.br/e-commerce/ssl/pesquisaresultado.aspx>>. Acesso em: 03 mar. 2009.
- ABREU, J. A. P.; TIMO, G. F. Normalização e certificação em turismo de aventura no Brasil. In: UVINHA, R. R. **Turismo de aventura**: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005.
- ALEXANDRIA, S. S. S. de. **Arquitetura e construção com terra no Piauí**: investigação, caracterização e análise. Teresina: UFPI, 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado). Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN). Teresina, 2006.
- ANDRADE, J. V. de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 2002.
- ARAÚJO, J. L. L. (Coord.). **Atlas escolar do Piauí**: geo-histórico e cultural. João Pessoa, PB: Grafset, 2006.
- BAPTISTA, E. M. de C. **Caracterização e importância ecológica e econômica dos recifes da zona costeira do Estado do Piauí**. Teresina: UFPI, 2004. 290 f. Dissertação (Mestrado). Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN). Teresina, 2004.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BEDIM, B. P.; PAULA, H. E. de.; "Relatos visitados": história oral e pesquisa em turismo e hospitalidade. Considerações teórico-metodológicas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n. 1, 2007.
- BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____. **Turismo e PRODETUR**: dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.

BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

BNB. PRODETUR/NE II. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa do Delta** – PDITS. Teresina: RUSCHMANN Consulting, 2004. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

BNB. **PRODETUR/NE** – visão geral. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/Content/aplicacao/prodetur/visao/gerados/prodetur_visao_geral.asp>. Acesso em: 03 mar. 2009.

BORN, R. H. Agenda 21: legado da Rio 92 e instrumento para a transformação social. In: BORN, R. H. (Coord.). **Diálogos entre as esferas global e local**: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2002.

BRAGA, D. C. **Planejamento turístico**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRANCO, S. M. **Ecológica**: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. 2. ed. São Paulo: Edgard Bhucher, 1999.

BRASIL. Decreto-lei n. 1989, de 28 de agosto de 1996. Disponível em: <www.ibama.gov.br/cma/legislacao.php?id_arq=37>.

_____. ICMBio. **Centro de Mamíferos Aquáticos**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cma/index.php>>. Acesso em: 11 fev. 2009a.

_____. MTur. **Casos de sucesso**: regionalização. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/acontece/detalhes/20090703.html>>. Acesso em: 29 jul. 2009b.

_____. MTur. **Informativo dados & fatos**. Ano 1, n.2. Brasília, DF: MTur, 2008a.

_____. MTur. **Turismo de aventura**: orientações básicas. Brasília, DF: MTur, 2008b.

_____. MTur. **Turismo no Brasil 2007-2010**. Brasília, DF: MTur, 2007a.

BRUHNS, H. T. **A busca pela natureza**: turismo e aventura. Barueri, SP: Manole, 2009.

BRUSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: um estudo para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPOS, S. R.; Os cinco sentidos da hospitalidade. **Revista Global Turismo**, v.2, 2006. Disponível em:

<<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/viewArtigo.php?codigo=64&titulo=OS%20CINCO%20SENTIDOS%20DA%20HOSPITALIDADE>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

CANDISANI, L. **Peixe-boi no litoral de Alagoas**. [2007?]. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cma/index.php?id_menu=12&foto_categoria=2&pagina=7>. Acesso em: 28 fev. 2009.

CARVALHO, S. M. S. **O município de Cajueiro da Praia (PI): perspectivas de desenvolvimento turístico**. Teresina: UESPI, 2008. 75 f. Monografia (Graduação). Universidade Estadual do Piauí, Curso de Turismo. Teresina, 2008.

CASASOLA, L. **Turismo y ambiente**. México: Trillas, 2000.

CASTRO, V. **2 fotos**. Digital color, 2008.

CAVALCANTI, A.P.B. **Impactos e condições ambientais da zona costeira do Estado do Piauí**. Rio Claro (SP): UNESP, 2000. 353 f. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro(SP), 2000.

CBCA. **História**. Disponível em: <<http://www.cbca.org.br/historia.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CODEVASF. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP** : síntese executiva : Território da Planície Litorânea. Brasília, DF : TDA Desenhos & Arte Ltda., 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. São Paulo: Papirus, 1998.

_____. O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (Org.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, A. S. **Turismo e Desenvolvimento Local Sustentável em Barra Grande – Cajueiro da Praia (PI)**. Teresina: UFPI, 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado). Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN). Teresina, 2006.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DE LA TORRE, O. **El Turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Planejamento do Turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Turismo sustentável e meio ambiente.** 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.
DNIT. [Mapas Rodoviários das Unidades da Federação]. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/menu/rodovias/mapas>>. Acesso em: 01 mar. 2009.

FARAH, S. D. Políticas de incentivo ao turismo de aventura no Brasil: o papel do Ministério do Turismo. In: UVINHA, R. R. **Turismo de aventura:** reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005.

FERRETTI, E. R. **Turismo e o meio ambiente.** São Paulo: Roca, 2002.

GIANSANTI, R. **O desafio do desenvolvimento sustentável.** Sueli Angelo Furlan, Francisco Scarlato (Coord.). São Paulo: Atual, 1998. (Série meio ambiente).

GODARD, O. et. al. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. **Estudios Territoriales**, ILPES – Instituto Latinoamericano y Del Caribe de Planificación Económica y Social, Santiago, n. 24, 1987.

IBGE. **Sistema IBGE de recuperação automática:** produção agrícola municipal – 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>>. Acesso em: 25 maio 2009.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, 2005.

_____.; MENDONÇA, T. C. Turismo de Base Comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 4, 2004.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução: Lúcia Orth. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEMOS, C. Inovação na era do conhecimento. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIMA, R. P. **Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*):** distribuição, status de conservação e aspectos tradicionais ao longo do litoral nordeste do Brasil. Recife: UFPE, 1997. 81 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Oceanografia. Pernambuco: UFPE, 1997.

LOUREIRO, J. de A.; BRAGA, M. B.; SELVA, V.; MOTTA, Z. C. S. Ecoturismo e desenvolvimento local para a Reserva Particular do Patrimônio Natural de Maracaípe – PE. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (Org.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental.** Fortaleza: EDUECE, 2003.

LUNA, F. de O.; et al. Captura e utilização do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus manatus*) no litoral Norte do Brasil. **Revista Biotemas**, v. 21, n.1, 2008.

LUNA, F. de O. **Distribuição, status de conservação e aspectos tradicionais do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus manatus*) no litoral norte do Brasil**. Recife: UFPE, 2001. 122 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Oceanografia. Pernambuco: UFPE, 2001.

MACHADO, M. de B. T. Turismo: um conceito socioespacial. In: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa (PB): Editora Universitária/UFPB, 2007.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MEADOWS, D. H.; et al. **Limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MONTEIRO, J. de O.; MONTEIRO, J. de O.. Turismo, comunidade e preservação: a importância de práticas sustentáveis na localidade de Barro do Furado. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais**, Eixo 4. Fortaleza – CE: Instituto Terramar e Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, 2008. CD-ROM.

MOURA, A. K. C.; GARCIA, L. G. Turismo sustentável: viabilidade da proposta, insustentabilidade do discurso oficial. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 10., 2007, João Pessoa. **Identidade Cultural e Desenvolvimento Local: Anais**, Tomo II. João Pessoa – PB: Editora, 2007. p.1088-1098. CD-ROM.

NASCIMENTO, A. C. N. do; CARVALHO, J.C. O turismo comunitário como fator de desenvolvimento local: o caso da comunidade Barro Vermelho - Parnaíba/PI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais, Eixo 4**. Fortaleza – CE: Instituto Terramar e Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, 2008. CD-ROM.

NASCIMENTO, M. S. V. do; SASSI, R. Análise da atividade pesqueira e das condições sócio-econômicas dos pescadores artesanais de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí, Brasil. **Gaia Scientia**, v. 1, n. 2, 2007.

NETO, A. **Luiz Correia & Cajueiro da Praia: Executivo e Legislativo**. Teresina: Edições Geração 70, 2006.

OLIVEIRA, S. D. de. A certificação do turismo de ventura no Brasil e o papel das Universidades no contexto da operação segura e responsável. In: SEMINTUR, 5., 2008, Caxias do Sul, RS. **Anais, GT 01**. Caxias do Sul, RS: Universidade Caixas do Sul, 2008. CD-ROM.

OMT. **Barômetro da OMT do turismo mundial**. v. 6, n. 2. Madri (Espanha): OMT, 2008.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução: Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Introdução ao Turismo**. Direção e Redação: Amparo Sancho. Tradução: Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

ORAMS, M. B. *A conceptual model of tourist-wildlife interaction: the case for education as a management strategy*. **Australian Geographer**, v. 27, n.1, 39-51, 1996.

PERINOTTO, A. R. C.; BARBOSA, A. G. P.; FILHO, W. G. C. O Projeto Peixe-Boi Marinho como alternativa de sustentabilidade e análise do ecoturismo em Cajueiro da Praia – PI. **Revista Global Tourism**, v.4, n.2, 2008.

PIAUI. GOVERNO DO ESTADO. **Região Polo Histórico-Cultural realiza seminário sobre turismo**. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/materia.php?id=34623>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

PIAUI. Secretaria de Planejamento. Fundação CEPRO. **Macrozoneamento costeiro do Estado do Piauí**. Fundação CEPRO, Fundação Rio Parnaíba. Teresina: 1996

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA. **Relatório final do Plano Diretor**: Município de Cajueiro da Praia – PI. Cajueiro da Praia – PI: Technum Consultoria, 2008.

PROJETO, P. **Projeto peixe-boi**. Disponível em: <<http://www.projetopeixe-boi.com.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2009.

RAOSOFT. *Simple size calculator*. Disponível em: <<http://www.raosoft.com/samplesize.html>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

ROCHA, A. C. C. da. **Critérios habitacionais para o controle da doença de Chagas**: estudo de caso no Estado do Piauí. 2002. Porto Alegre: 2002. 120 p. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, 2002.

RUSCHMANN, D. van de M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Paula Yone Stroh (Org.). 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALVATI, S. S. Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. In: BORN, R. H. (Coord.). **Diálogos entre as esferas global e local**: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2002.

SANTOS, C. A. de J.; CAMPOS, A. C. Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SHIKI, S. de F. N. **Estado, políticas públicas e desenvolvimento local**: sustentabilidade do turismo no Nordeste brasileiro. Brasília: UNB, 2007. 361 f. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SOARES, I. **2 mapas**. Escalas variam.

SOARES, M. Análise das possibilidades do turismo de observação de vida selvagem no litoral de Santa Catarina. **Coordenadas** (Itajaí), v. 1, 2005.

SOUZA, A. M.; CORRÊA, M. V. M. **Turismo**: conceitos, definições e siglas. 2. ed. Manaus: Valer, 2000.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Tradução: Margarete Dias Pulido. v.1. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000a.

_____. **Turismo sustentável**: meio ambiente e economia. Tradução: Esther Eva Horovitz. v.2. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000b.

UNSD. *Actualización de las recomendaciones sobre estadísticas de turismo OMT-ONU* 1994. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/statcom/doc00/m83note-s.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2009.

UOL. O RADICAL. **Piauí receberá mundial de kitesurf pela primeira vez**. Disponível em: <http://oradical.uol.com.br/conteudo/mundial_kitesurf_piaui_2007.asp>. Acesso em: 15 ago. 2009.

VASCONCELOS. [Turismo e desenvolvimento sustentável]. 2002. Disponível em: <<http://jasper.rc.unesp.br/corumbatai/vd/cp06/index.htm>>. Acesso em: 6 ago. 2007.

VAZ, G. N. **Marketing turístico**: receptivo e emissor, um roteiro estratégico para projetos mercadológicos públicos e privados. Revisão: Janice Yunes Perim. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

WILSON, C.; TISDELL, C. *Sea turtles as a non-consumptive tourism resource especially in Australia*. **Tourism Management**, v. 22, 279-288, 2001.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Coordenadoria Geral de Pós-Graduação
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO
ECOTONAL DO NORDESTE (TROPEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE (PRODEMA)
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)

Título do Trabalho: Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia – PI

Pesquisadora: Stella Maria Sousa Carvalho

Prof. Orientador: José Luís Lopes de Araújo

FORMULÁRIO PARA DEMANDA REAL

No: _____

DATA: ___/___/___

LOCAL: _____

1. Idade: _____

2. Sexo: () Masc. () Fem.

3. Cidade onde mora: _____ UF: _____

4. Qual a principal motivação da viagem?

- a. () Praias
- b. () Tranquilidade, descanso
- c. () Prática de esportes
- d. () Curiosidade, novidade
- e. () Negócios, trabalho
- f. () Outros: _____

5. Você sabia que Barra Grande é um povoado do município de Cajueiro da Praia?

() Sim () Não

6. Como soube deste local?

- a. Amigos, parentes
 - b. Mídia
 - c. Internet
 - d. Revistas e guias especializados
 - e. Folders
 - f. Outros: _____
7. Quantas vezes já visitou este local? _____
8. Conhece os outros povoados do município?
 Sim Não
9. Quem está te acompanhando nessa viagem?
- a. Sozinho/casal
 - b. Família/amigos.
 - c. Excursão
10. Qual meio de transporte utilizado para chegar ao município?
- a. Automóvel
 - b. Ônibus de linha regular
 - c. Ônibus fretado
 - d. Outros
11. Qual o tempo de permanência no município?
- a. 1 dia
 - b. 2 dias
 - c. 3 dias
 - d. 4 dias ou mais
14. Você voltaria ao município / povoado?
 Sim Não
15. Entre ótimo[1], bom[2], regular[3] e péssimo[4], como você classifica os seguintes itens do município / povoado?
- a. Divulgação
 - b. Informações turísticas
 - c. Sinalização turística
 - d. Sinalização de trânsito
 - e. Limpeza das praias
 - f. Limpeza urbana
 - g. Hospitalidade
 - h. Segurança
 - i. Serviços públicos
 - j. Acesso
16. Sugestões e críticas sobre os serviços oferecidos aos turistas?
-
-
-

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Coordenadoria Geral de Pós-Graduação
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO
ECOTONAL DO NORDESTE (TROPEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE (PRODEMA)
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)

Título do Trabalho: Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia – PI

Pesquisadora: Stella Maria Sousa Carvalho

Prof. Orientador: José Luís Lopes de Araújo

QUESTIONÁRIO PARA A COMUNIDADE

No: _____

DATA: ___/___/___

LOCAL: **BARRA GRANDE**

1. Idade: _____
2. Sexo: () Masc. () Fem.
3. Você aceita que o turismo seja desenvolvido no município?
() Sim () Não
4. Você tem uma relação direta/indireta com o turismo em Cajueiro da Praia?
() Sim* () Não
* Qual? () Direta () Indireta
* De que forma é esta relação com o turismo? _____
5. Se você não trabalha na área do turismo, gostaria de trabalhar?
() Sim () Não
6. Alguém da sua casa tem algum tipo de relação com o turismo?
() Sim* () Não
* Qual? () Direta () Indireta
* De que forma é esta relação com o turismo? _____
7. Quais os principais benefícios que o turismo proporcionou para esta localidade?
 - g. () Aumento da oferta de serviços
 - h. () Melhoria de saneamento básico

- i. Melhoria de infraestrutura de acesso
 - j. Divulgação do município
 - k. Aumento de empregos e renda
 - l. Outros: _____
8. Você acha que o turismo trouxe impactos negativos para a localidade?
 Sim Não Não sei
9. Se a resposta for positiva, quais são os principais impactos negativos da atividade turística na localidade?
- a. Poluição de praias, rios e lagoas
 - b. Especulação imobiliária
 - c. Elevação de preços de produtos e serviços
 - d. Poluição sonora
 - e. Destruição da vegetação local
 - f. Outros: _____
10. Você acha que o turismo provoca, no município, mais impactos positivos do que negativos?
 Sim Não Não sei
11. Você aluga/alugaria sua residência para turistas?
 Sim Não
- Por quê?
-
-
12. O que você considera como potencialidade para o desenvolvimento turístico nesta localidade?
- a. Beleza das praias, rios e lagoas
 - b. Passeios
 - c. Eventos esportivos
 - d. Tranquilidade, descanso
 - e. Outros: _____
13. O que você considera como limitação para o desenvolvimento turístico nesta localidade?
- a. Falta de treinamento e qualificação para atender os turistas
 - b. Dificuldade de acesso
 - c. Infraestrutura urbana e turística precárias
 - d. Inexistência de alguns serviços urbanos
 - e. Outros: _____
14. Você tem conhecimento da existência da APA do Delta do Parnaíba?
 Sim Não
15. Você sabia que o município de Cajueiro da Praia faz parte desta APA?
 Sim Não

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Coordenadoria Geral de Pós-Graduação
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO
ECOTONAL DO NORDESTE (TROPEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE (PRODEMA)
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)

Título do Trabalho: Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia – PI

Pesquisadora: Stella Maria Sousa Carvalho

Prof. Orientador: José Luís Lopes de Araújo

QUESTIONÁRIO PARA A COMUNIDADE

No: _____
 DATA: ___/___/___
 LOCAL: _____

1. Idade: _____
2. Sexo: () Masc. () Fem.
3. Você aceita que o turismo seja desenvolvido no município?
 () Sim () Não
4. Você tem uma relação direta/indireta com o turismo em Cajueiro da Praia?
 () Sim* () Não
 * Qual? () Direta () Indireta
 * De que forma é esta relação com o turismo? _____
5. Se você não trabalha na área do turismo, gostaria de trabalhar?
 () Sim () Não
6. Alguém da sua casa tem algum tipo de relação com o turismo?
 () Sim* () Não
 * Qual? () Direta () Indireta
 * De que forma é esta relação com o turismo? _____
7. Com o desenvolvimento do turismo, na sua localidade, você acha que pode haver que benefícios?
 - a. () Aumento da oferta de serviços
 - b. () Melhoria de saneamento básico

- c. Melhoria de infraestrutura de acesso
 - d. Divulgação do município
 - e. Aumento de empregos e renda
 - f. Outros: _____
8. Você acha que o turismo pode trazer impactos negativos para a localidade?
 Sim Não Não sei
9. Se a resposta for positiva, quais seriam os principais impactos negativos da atividade turística na localidade?
- a. Poluição de praias, rios e lagoas
 - b. Especulação imobiliária
 - c. Elevação de preços de produtos e serviços
 - d. Poluição sonora
 - e. Destruição da vegetação local
 - f. Outros: _____
10. Você acha que o turismo pode provocar, no município, mais impactos positivos do que negativos?
 Sim Não Não sei
11. Você aluga/alugaria sua residência para turistas?
 Sim Não
- Por quê?
-
12. O que você considera como potencialidade para o desenvolvimento turístico nesta localidade?
- a. Beleza das praias, rios e lagoas
 - b. Tranqüilidade, descanso
 - c. Projeto Peixe-Boi Marinho
 - d. Passeios
 - e. Eventos esportivos
 - f. Outros: _____
13. O que você considera como limitação para o desenvolvimento turístico nesta localidade?
- a. Falta de treinamento e qualificação para atender os turistas
 - b. Dificuldade de acesso
 - c. Infraestrutura urbana e turística precárias
 - d. Inexistência de alguns serviços urbanos
 - e. Outros: _____
14. Você tem conhecimento da existência da APA do Delta do Parnaíba?
 Sim Não
15. Você sabia que o município de Cajueiro da Praia faz parte desta APA?
 Sim Não

ANEXO 1

SECRETARIA DE ASSISTENCIA A SAUDE / DAB - DATASUS
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA

PAG.: 1
 VERSAO:6.0
 DATA:26/05/2009

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2009 DA ZONA GERAL

MUNICIPIO: CAJUEIRO DA PRAIA

Sexo	Faixa Etaria (anos)										Total
	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 A 59	> 60	
Masculino	24	236	152	214	423	342	1.286	315	254	386	3.632
Feminino	21	236	138	216	350	340	1.165	303	269	377	3.415
Numero de Pessoas	45	472	290	430	773	682	2.451	618	523	763	7.047

Faixa Etaria (anos)	Doencas referidas										Faixa etaria (anos)	Condicao referida		
	ALC %	CHA %	DEF %	DIA %	DME %	EPI %	HA %	HAN %	MAL %	TB %		GES %		
0 a 14			14 0,70	2 0,10		6 0,30						10 a 19 anos	10 1,45	
15 anos e mais	56 1,11		82 1,63	92 1,83		13 0,26	343 6,81	1 0,02			1 0,02	20 anos e mais	45 2,13	
Total	56 0,79		96 1,36	94 1,33		19 0,27	343 4,87	1 0,01			1 0,01	Total	55 1,96	

N. de familias estimadas			ABASTECIMENTO DE AGUA			DESTINO DO LIXO		
	No	%		No	%		No	%
N. de familias cadastradas	1.774		Rede publica	261	14,71	Coleta publica	513	28,92
7 a 14 anos na escola	940	78,14	Poco ou nascente	1.501	84,61	Queimado/Enterrado	740	41,71
15 anos e mais alfabetizados	3.629	72,05	Outros	12	0,68	Ceu aberto	521	29,37
Pessoas cobertas c/ plano saude	58	0,82						
TRAT.AGUA NO DOMICILIO			TIPO DE CASA			DESTINO FEZES/URINA		
	No	%		No	%		No	%
Filtracao	774	43,63	Tijolo / Adobe	672	37,88	Sistema de Esgoto	23	1,30
Fervura	6	0,34	Taipa revestida	733	41,32	Fossa	945	53,27
Cloracao	196	11,05	Taipa nao revestida	362	20,41	Ceu aberto	806	45,43
Sem tratamento	798	44,98	Madeira	4	0,23			
			Material aproveitado	1	0,06		No	%
			Outros	2	0,11	Energia Eletrica	1.523	85,85

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2009

MUNICIPIO: CAJUEIRO DA PRAIA
SEGMENTO : 01 - ZONA URBANA - (ZONA URBANA)
EQUIPE : 0001 - PSF CAJUEIRO DA PRAIA

Sexo	Faixa Etaria (anos)										Total
	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 A 59	> 60	
Masculino	4	79	48	78	155	127	488	128	94	145	1.346
Feminino	6	71	45	70	132	136	421	110	109	154	1.254
Numero de Pessoas	10	150	93	148	287	263	909	238	203	299	2.600

Faixa Etaria (anos)	Doencas referidas										Faixa etaria (anos)	Condicao referida GES	
	ALC %	CHA %	DEF %	DIA %	DME %	EPI %	HA %	HAN %	MAL %	TB %			
0 a 14			4 0,58			1 0,15						10 a 19 anos	6 2,24
15 anos e mais	6 0,31		31 1,62	34 1,78		5 0,26	125 6,54					20 anos e mais	22 2,77
Total	6 0,23		35 1,35	34 1,31		6 0,23	125 4,81					Total	28 2,64

N. de familias estimadas			ABASTECIMENTO DE AGUA			DESTINO DO LIXO		
No	%		No	%		No	%	
N. de familias cadastradas	679		Rede publica	37	5,45	Coleta publica	240	35,35
7 a 14 anos na escola	348	80,00	Poco ou nascente	640	94,26	Queimado/Enterrado	364	53,61
15 anos e mais alfabetizados	1.416	74,06	Outros	2	0,29	Ceu aberto	75	11,05
Pessoas cobertas c/ plano saude	1	0,04						
TRAT.AGUA NO DOMICILIO			TIPO DE CASA			DESTINO FEZES/URINA		
No	%		No	%		No	%	
Filtracao	304	44,77	Tijolo / Adobe	272	40,06	Sistema de Esgoto	3	0,44
Fervura	4	0,59	Taipa revestida	249	36,67	Fossa	449	66,13
Cloracao	89	13,11	Taipa nao revestida	157	23,12	Ceu aberto	227	33,43
Sem tratamento	282	41,53	Madeira	1	0,15			
			Material aproveitado					
			Outros					
						Energia Eletrica	622	91,61

SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2009

MUNICIPIO: CAJUEIRO DA PRAIA
SEGMENTO : 02 - ZONA RURAL - (ZONA RURAL)
EQUIPE : 0002 - PSF DE BARRA GRANDE
MICROAREA: 06 - RESPONSAVEL : BENEDITA DE FATIMA ARAUJO

Sexo	Faixa Etaria (anos)										Total
	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 A 59	> 60	
Masculino	4	13	9	17	24	20	87	23	13	31	241
Feminino	2	14	7	10	17	24	80	25	23	36	238
Numero de Pessoas	6	27	16	27	41	44	167	48	36	67	479

Faixa Etaria (anos)	Doencas referidas										Faixa etaria (anos)	Condicao referida		
	ALC %	CHA %	DEF %	DIA %	DME %	EPI %	HA %	HAN %	MAL %	TB %		GES %		
0 a 14			2 1,71									10 a 19 anos	1 2,44	
15 anos e mais	3 0,83		7 1,93	15 4,14			28 7,73					20 anos e mais	1 0,61	
Total	3 0,63		9 1,88	15 3,13			28 5,85					Total	2 0,98	

N. de familias estimadas		%
N. de familias cadastradas	117	
7 a 14 anos na escola	58	85,29
15 anos e mais alfabetizados	291	80,39
Pessoas cobertas c/ plano saude	11	2,30

TRAT.AGUA NO DOMICILIO	No	%
Filtracao	91	77,78
Fervura	1	0,85
Cloracao	6	5,13
Sem tratamento	19	16,24

ABASTECIMENTO DE AGUA		No	%
Rede publica		58	49,57
Poco ou nascente		58	49,57
Outros		1	0,85

TIPO DE CASA		No	%
Tijolo / Adobe		66	56,41
Taipa revestida		34	29,06
Taipa nao revestida		16	13,68
Madeira			
Material aproveitado			
Outros		1	0,85

DESTINO DO LIXO		No	%
Coleta publica		45	38,46
Queimado/Enterrado		68	58,12
Ceu aberto		4	3,42

DESTINO FEZES/URINA		No	%
Sistema de Esgoto			
Fossa		110	94,02
Ceu aberto		7	5,98

		No	%
Energia Eletrica		115	98,29

SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2009

MUNICIPIO: CAJUEIRO DA PRAIA
SEGMENTO : 02 - ZONA RURAL - (ZONA RURAL)
EQUIPE : 0002 - PSF DE BARRA GRANDE
MICROAREA: 02 - RESPONSAVEL : IRACEMA VERAS IZIDORO

Sexo	Faixa Etaria (anos)										Total
	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 A 59	> 60	
Masculino	1	30	17	21	52	28	134	24	22	28	357
Feminino	5	30	20	31	43	28	118	21	18	31	345
Numero de Pessoas	6	60	37	52	95	56	252	45	40	59	702

Faixa Etaria (anos)	Doencas referidas										Faixa etaria (anos)	Condicao referida		
	ALC %	CHA %	DEF %	DIA %	DME %	EPI %	HA %	HAN %	MAL %	TB %		GES %		
0 a 14			3 1,20									10 a 19 anos	2 2,82	
15 anos e mais	6 1,33		12 2,65	8 1,77			34 7,52					20 anos e mais	7 3,72	
Total	6 0,85		15 2,14	8 1,14			34 4,84					Total	9 3,47	

N. de familias estimadas		%
N. de familias cadastradas	164	
7 a 14 anos na escola	125	85,03
15 anos e mais alfabetizados	333	73,67
Pessoas cobertas c/ plano saude	1	0,14

TRAT.AGUA NO DOMICILIO	No	%
Filtracao	77	46,95
Fervura		
Cloracao	15	9,15
Sem tratamento	72	43,90

ABASTECIMENTO DE AGUA		No	%
Rede publica		106	64,63
Poco ou nascente		57	34,76
Outros		1	0,61

TIPO DE CASA		No	%
Tijolo / Adobe		44	26,83
Taipa revestida		72	43,90
Taipa nao revestida		46	28,05
Madeira		2	1,22
Material aproveitado			
Outros			

DESTINO DO LIXO		No	%
Coleta publica		32	19,51
Queimado/Enterrado		45	27,44
Ceu aberto		87	53,05

DESTINO FEZES/URINA		No	%
Sistema de Esgoto			
Fossa		123	75,00
Ceu aberto		41	25,00
		No	%
Energia Eletrica		146	89,02

SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2009

MUNICIPIO: CAJUEIRO DA PRAIA
SEGMENTO : 02 - ZONA RURAL - (ZONA RURAL)
EQUIPE : 0002 - PSF DE BARRA GRANDE
MICROAREA: 03 - RESPONSAVEL : ADRIANA DA SILVA ALVES

Sexo	Faixa Etaria (anos)										Total
	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 A 59	> 60	
Masculino	6	12	4	9	23	28	90	37	26	40	275
Feminino	1	16	11	17	28	29	98	27	25	37	289
Numero de Pessoas	7	28	15	26	51	57	188	64	51	77	564

Faixa Etaria (anos)	Doencas referidas										Faixa etaria (anos)	Condicao referida		
	ALC %	CHA %	DEF %	DIA %	DME %	EPI %	HA %	HAN %	MAL %	TB %		GES %		
0 a 14			1 0,79									10 a 19 anos	1 1,75	
15 anos e mais	20 4,58		4 0,92	9 2,06			56 12,81	1 0,23				20 anos e mais	2 1,07	
Total	20 3,55		5 0,89	9 1,60			56 9,93	1 0,18				Total	3 1,23	

N. de familias estimadas		%
N. de familias cadastradas	151	
7 a 14 anos na escola	71	92,21
15 anos e mais alfabetizados	281	64,30
Pessoas cobertas c/ plano saude	45	7,98

TRAT.AGUA NO DOMICILIO	No	%
Filtracao	59	39,07
Fervura	1	0,66
Cloracao	36	23,84
Sem tratamento	55	36,42

ABASTECIMENTO DE AGUA	No	%
Rede publica	1	0,66
Poco ou nascente	149	98,68
Outros	1	0,66

TIPO DE CASA	No	%
Tijolo / Adobe	80	52,98
Taipa revestida	63	41,72
Taipa nao revestida	8	5,30
Madeira		
Material aproveitado		
Outros		

DESTINO DO LIXO	No	%
Coleta publica	85	56,29
Queimado/Enterrado	55	36,42
Ceu aberto	11	7,28

DESTINO FEZES/URINA	No	%
Sistema de Esgoto		
Fossa	57	37,75
Ceu aberto	94	62,25

	No	%
Energia Eletrica	139	92,05

SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2009

MUNICIPIO: CAJUEIRO DA PRAIA
SEGMENTO : 01 - ZONA URBANA - (ZONA URBANA)
EQUIPE : 0001 - PSF CAJUEIRO DA PRAIA
MICROAREA: 04 - RESPONSAVEL : CARLOS MARCIO BRITO DE LIMA

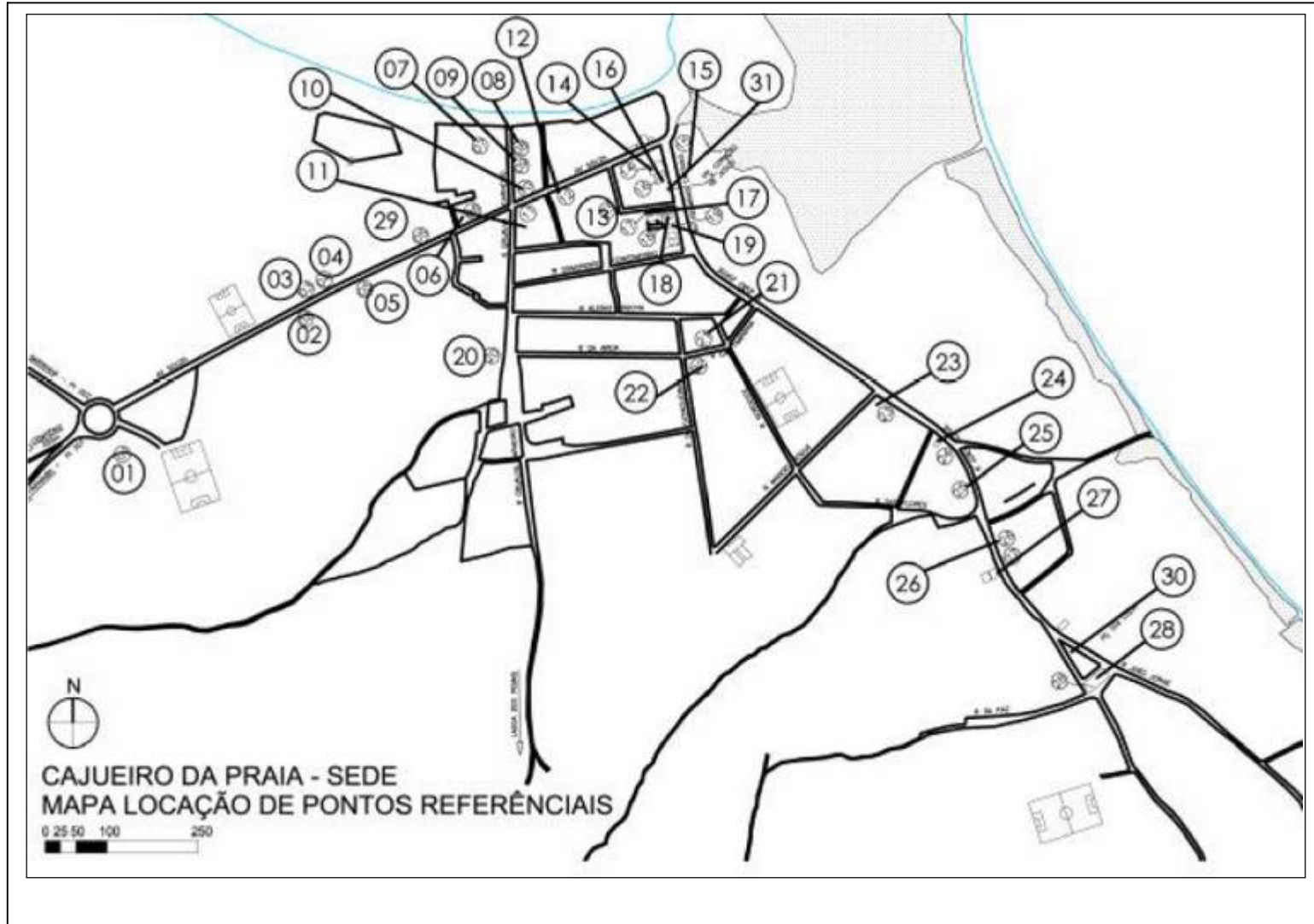
Sexo	Faixa Etaria (anos)										Total
	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 A 59	> 60	
Masculino	5	22	20	22	39	35	118	33	21	33	348
Feminino	5	26	13	15	37	29	106	32	26	30	319
Numero de Pessoas	10	48	33	37	76	64	224	65	47	63	667

Faixa Etaria (anos)	Doencas referidas											Faixa etaria (anos)	Condicao referida	
	ALC %	CHA %	DEF %	DIA %	DME %	EPI %	HA %	HAN %	MAL %	TB %	GES %			
0 a 14												10 a 19 anos	1	1,52
15 anos e mais			2				21					20 anos e mais	4	2,06
Total			2				21					Total	5	1,92
			0,30				3,15							

N. de familias estimadas			ABASTECIMENTO DE AGUA			DESTINO DO LIXO		
No	%		No	%		No	%	
N. de familias cadastradas	172		Rede publica	1	0,58	Coleta publica	93	54,07
7 a 14 anos na escola	114	100,88	Poco ou nascente	170	98,84	Queimado/Enterrado	78	45,35
15 anos e mais alfabetizados	368	79,48	Outros	1	0,58	Ceu aberto	1	0,58
Pessoas cobertas c/ plano saude								
TRAT.AGUA NO DOMICILIO			TIPO DE CASA			DESTINO FEZES/URINA		
No	%		No	%		No	%	
Filtracao	171	99,42	Tijolo / Adobe	81	47,09	Sistema de Esgoto	3	1,74
Fervura	1	0,58	Taipa revestida	77	44,77	Fossa	168	97,67
Cloracao			Taipa nao revestida	14	8,14	Ceu aberto	1	0,58
Sem tratamento			Madeira					
			Material aproveitado					
			Outros					
						Energia Eletrica	169	98,26

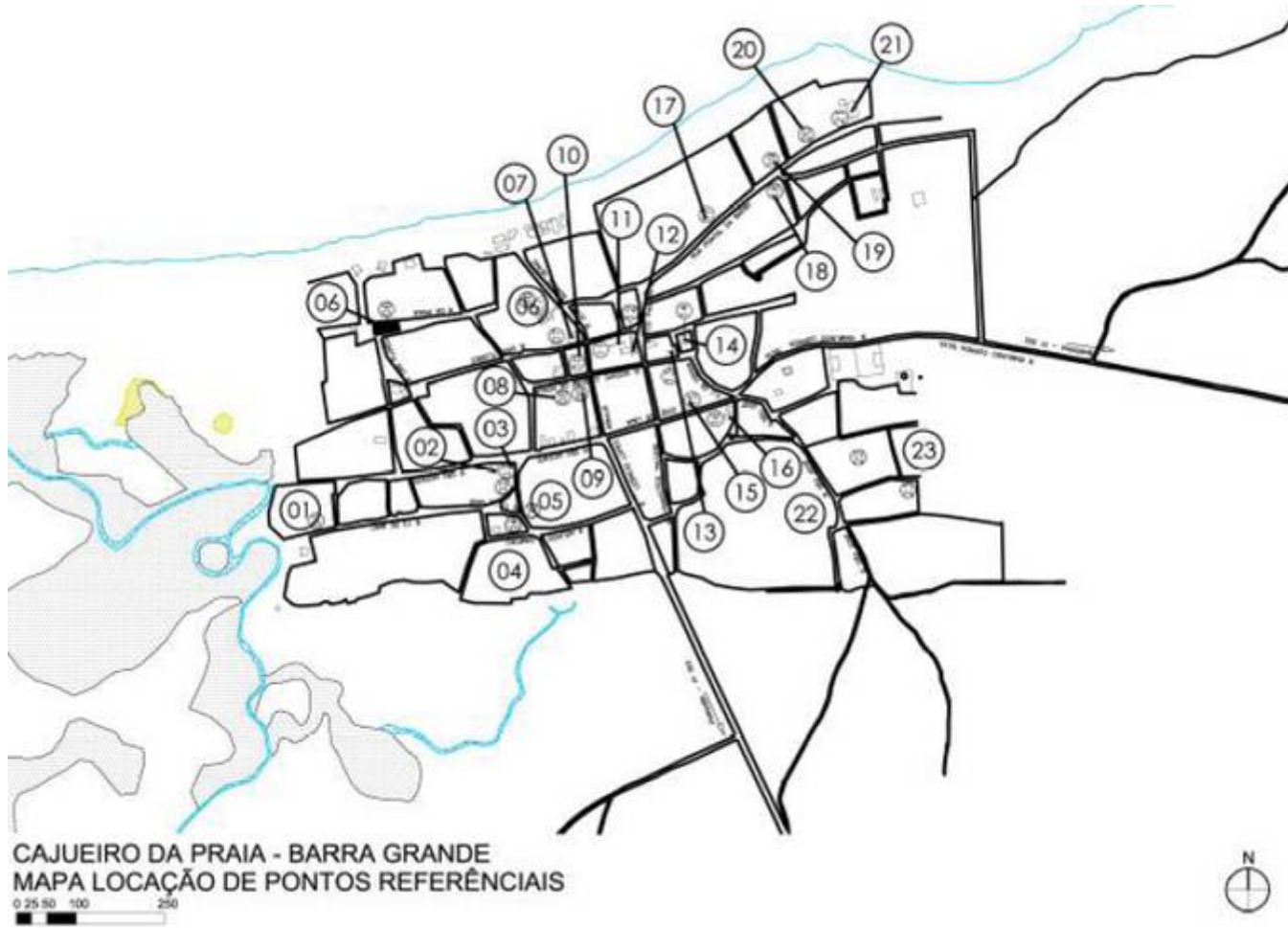
ANEXO

8



ANEXO 9

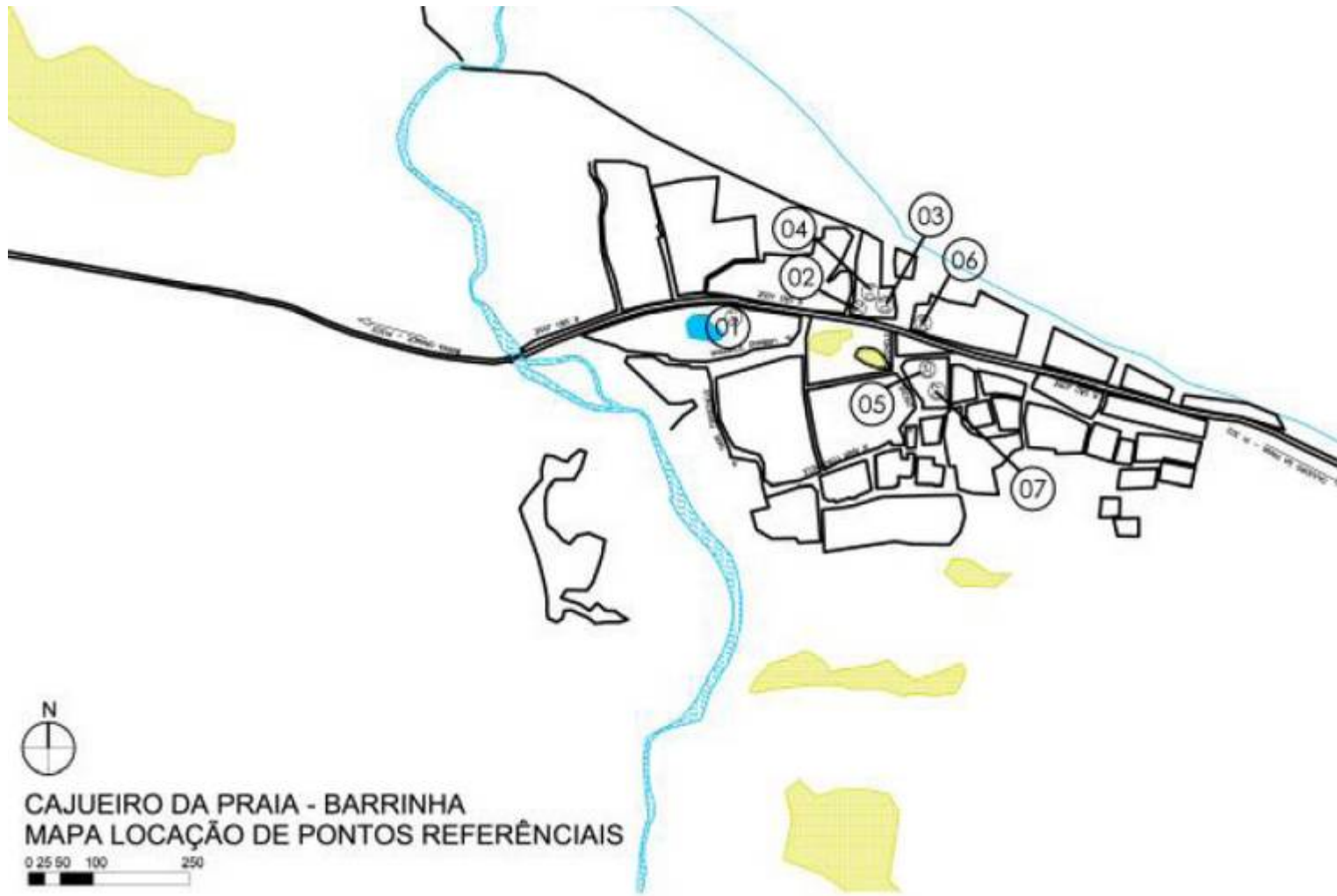
PONTOS DE REFERÊNCIA – SEDE MUNICIPAL	
ITENS	DESCRIÇÃO
1	Ginásio coberto (em construção)
2	Casa de Farinha
3	Unidade de Saúde I
4	Prefeitura Municipal
5	Câmara dos Vereadores
6	Postos dos Correios
7	Pousada Pôr do Sol
8	Sede do Projeto Peixe Boi
9	Colônia de Pescadores
10	Pousada Takavi
11	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
12	Pousada da Lú
13	Centro Comunitário Sagrado Coração
14	Igreja Católica Coração de Jesus
15	Casa Paroquial
16	Posto Telefônico
17	Unidade Escolar Manoel Ricardo
18	Secretarias de Serviços Urbanos, Turismo e Meio Ambiente
19	Ideal Club
20	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia
21	Igreja Assembléia de Deus (em construção)
22	Igreja Assembléia de Deus (sede provisória)
23	Delegacia de Polícia/Posto de Identificação
24	Igreja Assembléia de Deus
25	Creche Comunitária Tia Adalgisa
26	Igreja Católica Santa Luzia
27	Chafariz e Lavanderia
28	Unidade Escolar Joaquim Brizo
29	Secretaria de Educação Municipal
30	Praça Santa Luzia
31	Praça Coração de Jesus



ANEXO 10

ANEXO 11

PONTOS DE REFERÊNCIA – BARRA GRANDE	
ITENS	DESCRIÇÃO
1	Fábrica de Gelo
2	Pousada Camboas
3	Igreja Evangélica
4	Escola Municipal Arlindo Sampaio
5	Centro de Referência da Assistência Social
6	Pousada do Mualém
7	Unidade Escolar José Adrião de Araújo
8	Associação de Moradores de Barra Grande
9	Programa de Assistência à Criança
10	Quadra Poli-Esportiva
11	Posto Telefônico / Posto de Informações Turísticas
12	Igreja Católica
13	Lavanderia Pública (desativada)
14	Colônia de Pescadores
15	Igreja Evangélica (em construção)
16	Unidade de Saúde II
17	Pousada Barra Grande Kitecamp
18	Pousada Rota dos Ventos
19	Pousada do Mathiê
20	Pousada Casa Taboa
21	Pousada Pontal da Barra
22	Casa de Farinha
23	Chafariz (desativado)



ANEXO 12

ANEXO 13

PONTOS DE REFERÊNCIA – BARRINHA	
ITENS	DESCRIÇÃO
1	Igreja Evangélica
2	Igreja Católica São José (Antiga)
3	Igreja Evangélica
4	Unidade Escolar Maria Florence
5	Clube Barroão (Danceteria)
6	Igreja Católica São José (Nova)
7	Chafariz e Lavanderia
8	Posto de Saúde (Desativado)

ANEXO 14

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS
E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
PORTARIA Nº 117, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996
(Alterada pela Portaria nº 24, de 8 de fevereiro de 2002)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no artigo 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, e pelo artigo 83, inciso XIV, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/MINTER nº 445, de 16 de agosto de 1989, e o que consta do processo nº 02001.4424/90-25; considerando a necessidade de reformulação da Portaria nº 2306, de 22 de novembro de 1990, que define normas para evitar o molestamento intencional de cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras, de forma a possibilitar sua aplicação a toda espécie de cetáceo; considerando a existência de diversas espécies de cetáceos que ocorrem regularmente no interior de Unidades de Conservação que permitem o acesso público e a necessidade de garantir sua adequada proteção contra o molestamento intencional;

considerando o crescente desenvolvimento do turismo voltado para a observação de cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras e a necessidade de seu ordenamento, de forma a garantir a adequação desta observação às necessidades de conservação desses animais; resolve: Art 1º - Fica definido o presente regulamento visando prevenir e coibir o molestamento intencional de cetáceos encontrados em águas jurisdicionais brasileiras, de acordo com a Lei nº 7643, de 18 de dezembro de 1987.

Art 2º - É vedado a embarcações que operem em águas jurisdicionais brasileiras:

- a) aproximar-se de qualquer espécie de baleia (cetáceos da Ordem Mysticeti; cachalote *Physeter macrocephalus*, e orca *Orcinus orca*) com motor engrenado a menos de 100m (cem metros) de distância do animal mais próximo, devendo o motor ser obrigatoriamente mantido em neutro, quando se tratar de baleia jubarte *Megaptera novaeangliae*, e desligado ou mantido em neutro, para as demais espécies;
- b) reengrenar ou religar o motor para afastar-se do grupo antes de avistar claramente a(s) baleia(s) na superfície a uma distância de, no mínimo, de 50m (cinquenta metros) da embarcação;
- c) perseguir, com motor ligado, qualquer baleia por mais de 30 (trinta) minutos, ainda que respeitadas as distâncias supra estipuladas;
- d) interromper o curso de deslocamento de cetáceo(s) de qualquer espécie ou tentar alterar ou dirigir esse curso;
- e) penetrar intencionalmente em grupos de cetáceos de qualquer espécie, dividindo-o ou dispersando-o;
- f) produzir ruídos excessivos, tais como música, percussão de qualquer tipo, ou outros, além daqueles gerados pela operação normal da embarcação, a menos de 300m (trezentos metros) de qualquer cetáceo;
- g) despejar qualquer tipo de detrito, substância ou material a menos de 500m (quinhentos metros) de qualquer cetáceo, observadas as demais proibições dedespejos de poluentes previstas em Lei;
- h) aproximar-se de indivíduo ou grupo de baleias que já esteja submetido à aproximação de, no mesmo momento, de pelo menos, duas outras embarcações.

Art 3º - É vedada a prática de mergulho ou natação, com ou sem o auxílio de equipamentos, a uma distância inferior a 50m (cinquenta metros) de baleia de qualquer espécie.

Art 4º - Quando da operação de embarcações de turismo comercial no interior de Unidades de Conservação, nas quais ocorram regularmente a presença de cetáceos, caberá à Unidade em questão determinar:

a) o cadastramento das embarcações que operem regularmente na Unidade de Conservação, devendo constar o seu registro competente junto ao Ministério da Marinha, nome, tamanho, tipo de propulsão e lotação de passageiros da embarcação, bem como qualificação e endereço de seu responsável ou responsáveis;

b) o número máximo de embarcações cuja operação simultânea seja permitida no interior da Unidade de Conservação;

c) quando da existência de áreas de concentração ou uso regular por cetáceos, a(s) rota(s) e velocidade(s) para trânsito de tais embarcações no interior e/ou na proximidade de tais áreas.

Art 5º - Para a operação de embarcações de turismo comercial no interior de Unidades de Conservação nas quais ocorrem regularmente a presença de cetáceos, é obrigatória a provisão, em caráter permanente, de informações interpretativas sobre tais animais e suas necessidades de conservação, aos turistas transportados até aquelas Unidades.

Art 6º - Para efeito do disposto nesta Portaria, considera-se embarcação de turismo comercial aquela que transporta passageiros com finalidade turística, mediante pagamento.

Art 7º - É proibida a aproximação de quaisquer aeronaves a cetáceos em altitude inferior a 100m (cem metros) sobre o nível do mar.

Art 8º - O IBAMA, ouvido o Grupo de Trabalho Especial de Mamíferos Aquáticos, instituído pela Portaria nº 2097, de 20 de dezembro de 1994, poderá permitir, em caráter excepcional e restrito a aproximação de embarcações e aeronaves a cetáceos em condições distintas das estabelecidas nos art. 2º, 3º e 7º, exclusivamente para finalidades científicas.

Art 9º - Os infratores das normas estabelecidas nesta Portaria estarão sujeitos às penalidades determinadas pela Lei nº 7643, de 18 de dezembro de 1987, e demais normas legais vigentes.

Art 10º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 2306, de 22 de novembro de 1990.

EDUARDO DE SOUZA MARTINS

Presidente

(Publicada na Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 1996, emendada pela Portaria nº 24/2002, assinada pelo então presidente do IBAMA, Sr. Hamilton Nobre Casara, e publicada no DOU 13 de fevereiro de 2002).

ANEXO 15

